Elaine Meire Vilela

Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro.

Belo Horizonte

UFMG/Fafich

2008

Elaine Meire Vilela

Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro.

Tese apresentada ao curso de doutorado em Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Humanas.

Orientador:

Prof. Dr. Jorge Alexandre Neves.

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas/UFMG

2008

Agradecimentos

Um momento complexo no fechamento de uma tese é esse, o de agradecer. A complexidade encontra-se no fato de que a lista de pessoas que quero agradecer é imensa, pois são muitas as pessoas que, em menor ou maior grau, ajudaram-me a produzir esse trabalho. No entanto, não é possível citar e lembrar-me de todos que, por diversos motivos, apoiaram-me em uma jornada de anos de estudo, pesquisa e trabalho.

Tenho certeza de que foram muitas as pessoas que passaram de maneira rápida e descontínua durante essa fase da minha vida e que, de forma indireta ou direta, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Por isto, antecipadamente, peço desculpas a elas que, por meu esquecimento, não venham a ser lembradas nesse momento.

Entre aqueles que de maneira direta e contínua contribuíram na produção dessa tese, encontra-se meu orientador, Jorge Alexandre Neves. Como não poderia deixar de ser, sou imensamente grata a ele por suas sugestões, sua paciência e, principalmente, por seu incentivo, durante todo o processo de constituição dessa tese. Seu apoio foi de extrema importância, particularmente, no que se refere à consideração de meus *insights* e à minha ida à Universidade do Texas, para participar do Programa Vilmar Faria.

Por isto, agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro, no Programa Vilmar Faria, que me permitiu aprimorar meus conhecimentos estatísticos e teóricos, essenciais para a produção dessa tese.

Aos professores Roberto do Nascimento, Danielle Cireno Fernandes, Antônio Augusto Prates, vai o meu agradecimento pelas leituras minuciosas e pelas valiosas sugestões de mudanças no projeto que colaboraram com esse estudo. Ao professor Nelson do Valle Silva, que prontamente cedeu-me seu banco de dados, contendo o Índice de *Status* socioeconômico da ocupação produzido por ele. Esse índice foi importante para os resultados encontrados nessa tese. E aos demais professores que, mesmo indiretamente, contribuíram para minha formação acadêmica.

Gostaria de agradecer aos funcionários da biblioteca e das secretarias, em especial a Ana Lúcia das Mercês e o Alessandro, por todo ajuda em mais essa passagem pela FAFICH.

Aos colegas de doutorado, representados por Marcelo Otoni, Mauro, Alessandro, Geraldo que proporcionaram conversas agradáveis, tornando o dia-a-dia mais leve e as tarefas acadêmicas menos penosas.

As meus amigos, Wilson, Alexandro, Danele, Louis, Lúcio, Luciene, Daniela Raposo, Cynara, Miriam, Helena, Vera Lígia, pelos momentos de descontração, que foram essenciais para aliviar meu estresse, e pela torcida pelo fechamento desse trabalho. Sem isso, as dificuldades, com certeza, seriam maiores.

As minhas amigas, Ana Cristina, Ana Carolina, Ingride, Maria Helena e Elenice, o meu muito obrigado, por toda a paciência, pelos momentos de alegria, por segurarem "minha onda", nos momentos difíceis e pelo apoio incondicional. Foram elas essenciais para eu manter minha mente sã.

Aos meus familiares, em especial, os meus pais, José Vilela e Maria Aparecida, que mesmo sem saberem onde eu queria chegar com minhas análises, sempre estiveram do meu lado, para apoiar-me; ao meu irmão Fábio, por suas leituras e apoio (ainda que de forma impaciente); aos meus sobrinhos, Izabel Cristina e João Carlos, pela ajuda operacional; e ao Ricardo Luiz e à Luciana, pelas discussões das análises estatísticas. A todos os outros irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas (que são muitos), meu agradecimento, por aceitarem minha ausência em encontros familiares por que tinha que ler artigos, livros, rodar uma regressão, escrever a tese. A todos eles, agradeço por aturarem meu estresse e por me proporcionarem momentos de alegria e prazer que ajudaram a aliviar o peso dessa caminhada. O simples fato de saber que podia contar com vocês, tornou-me mais forte e capaz.

Por fim, sou grata ao Pedro Robson Neiva que foi um grande companheiro e conselheiro. Suas sugestões e seus conselhos foram valiosos para a constituição dessa tese. Além disto, foi com ele que compartilhei as grandes dificuldades para a constituição dessa tese. O apoio dele foi fundamental para eu superar os grandes e pequenos desafios encontrados nessa caminhada. Sei que sem o seu carinho, seu respeito e sua compreensão, essa minha jornada seria quase impossível.

Resumo

Esse estudo tem por objetivo central responder as seguintes questões: a) comparado aos brasileiros, estão os imigrantes internacionais inseridos em piores situações no mercado de trabalho, isto é, estão em ocupações instáveis, com más condições de trabalho e de mais baixos rendimentos? b) até que ponto as variáveis de capital humano, de capital cultural e de capital social são importantes na definição do posicionamento dos imigrantes internacionais e de seus rendimentos no mercado de trabalho brasileiro?

Para obter respostas a estas questões, a proposta é analisar a inserção de argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos, comparados aos brasileiros não-migrantes e migrantes, no mercado de trabalho brasileiro. Os dados, para a produção dessa análise, são oriundos de uma sub-amostra do Censo Demográfico de 2000 (IBGE). As técnicas estatísticas fundamentam-se em análises de regressões logística, Heckman e linear.

Verificamos que, comparados aos brasileiros, particularmente aos brasileiros não-migrantes, os imigrantes internacionais têm *status* ocupacionais superiores e rendimentos médios maiores. Podemos afirmar que a origem dos imigrantes internacionais afeta, positivamente, a inserção e a localização e os rendimentos no mercado de trabalho brasileiro e, nos casos de coreanos, de chineses e de argentinos o efeito é altamente positivo. Entretanto, quando comparados aos brasileiros migrantes, os uruguaios, os bolivianos e os paraguaios recebem menos rendimentos por mês, uma vez que a origem/nacionalidade desses imigrantes afeta negativamente os seus salários mensais no mercado de trabalho brasileiro. Quanto aos determinantes da localização nos setores do mercado de trabalho, dos *status* e dos rendimentos, verifica-se que as variáveis de capital humano não apresentam os efeitos esperados. Apenas educação mostra significância estatística positiva para todos os grupos analisados. Já experiência no mercado de trabalho tem efeito contrário, isto é, negativo. As variáveis *proxies* de capital cultural e capital social não apresentaram regularidades de efeito e direção (se positivo ou se negativo) para os grupos em análise.

Abstract

This study seeks to primarily answer the following questions: a) when compared to Brazilians, are international immigrants in worse occupational situations? It should be noted that this study is considering worse occupational situations as unstable professions with poor working conditions and lower salaries; b) Until what point are the variables "human capital", "cultural capital" and "social capital" important in defining the position of the international immigrants and their salaries in the Brazilian labor market?

In order to answer these questions, the study proposes to analyze the insertion of Argentineans, Bolivians, Chileans, Paraguayans, Peruvians, Uruguayans, Chinese and Koreans, compared to non-migrant and migrant Brazilians in the Brazilian labor force. The data used to produce this analysis are based on a sub-sample of the Demographic Census of 2000 (IBGE). The statistical techniques of this study rely upon analyses of logistical, Heckman, and OLS regressions.

What one observes is that compared to Brazilians, especially non-migrant Brazilians, the international immigrants have superior occupational *status* and higher salaries per month. In addition, one can affirm that the origin of the international immigrants positively affects one's insertion, location, and salary within the Brazilian labor market.

Now, when compared to the Brazilians migrants, the Uruguayans, the Bolivians, and the Paraguayans earn less for month given that the origin/nationality of these immigrants negatively affects their monthly salaries in the Brazilian labor market. When considering the determining factors related to status, salaries, and the location in the labor market, one observes that the variables of human capital do not have expected effects. The only variable that presents positive statistical significance regarding all the groups analyzed is education. Interestingly enough, experience in the labor market has the opposite effect, which is negative. The *proxy* variables of cultural capital and social capital do not present regularities in the effect and direction (be it positive or negative) for the groups analyzed.

Sumário

1- Introdução 1

2- Reflexões teóricas 6
2.1 - Introdução 6
2.2 - A teoria da segmentação do mercado de trabalho. 6
2.3 - A teoria do *middleman* 9
2.4 - Teoria do enclave étnico e economia étnica 12
2.5 - Teoria do Capital Humano 14
2.6 - A Teoria do Capital Social 21
2.7 - Teoria do capital cultural: 28
2.8 - O apoio de pesquisas brasileiras: 32
2.9 - Reflexões finais. 34

3 - Considerações metodológicas 37
3.1 - Introdução 37
3.2 - Delimitação do objeto de estudo 37
3.3 - Os dados e as variáveis. 40
3.4 - Variáveis de controle 45
3.5 - A variável teste de viés de seleção no modelo Heckman. 46
3.6 - As técnicas e os modelos estatísticos de análise 47
3.7 - Considerações finais 49

4 - As principais correntes imigratórias internacionais recentes para o Brasil e seus padrões imigratórios 51
4.1 - Introdução 51
4.2 - Os determinantes da migração 52
4.3 - Brasil, um local de absorção: as correntes migratórias. 55
4.4 - Os principais fluxos imigratórios inseridos no Brasil. 62
4.5 - A idade ao migrar para o Brasil 67
4.6 - O tempo de residência no Brasil 70
4.7 - A distribuição espacial desses imigrantes no território brasileiro 72
4.8 - Considerações finais 83

5 - O perfil socioeconômico e demográfico dos imigrantes internacionais e dos brasileiros: uma análise comparativa 85
5.1 - Introdução 85
5.2 Uma análise comparativa entre imigrantes internacionais e entre esses e os nativos brasileiros. . 85
5.3 - O Perfil Demográfico 88
5.3.1 - Diferenciais de Idade 88
5.3.2 - Comparações por raça/cor 90
5.3.3 - Análise da situação de moradia: em área urbana ou rural. 91
5.4 - Perfil socioeconômico 92
5.4.1 - Escolaridade 92
5.4.2 - Religião 98
5.4.3 - Estado civil 99
5.4.4 - Relação no domicílio 101
5.4.5 - Diferenciais quanto à inserção no mercado de trabalho e aos rendimentos 102
5.4.6 - Ramo de atividade da ocupação 108

5.4.7 - Diferenciais de rendimento 111
5.5 - Considerações finais 113

6 - Análise da estratificação no mercado de trabalho brasileiro: um estudo comparativo 115
6.1 - Introdução 115
6.2 - Análise comparativa quanto à posição ocupacional e rendimentos no mercado de trabalho brasileiro. 116
6.3 - Análise dos determinantes de rendimentos e *status* socioeconômico da ocupação dos imigrantes internacionais. 127
6.3.1 - Determinantes dos rendimentos 128
6.3.2 - Determinantes de status ocupacional 131
6.4 - Considerações finais 134

7 - Reflexões finais 136

Referências Bibliográficas. 141

APÊNDICE - Tabelas referentes aos modelos de regressões rodadas, incluindo todas as variáveis, isto é, de teste e de controle. 153

Lista de Tabelas

TABELA 1- NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DOS ESTOQUES (MIGRAÇÃO ACUMULADA) DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS RESIDENTES NO BRASIL ENTRE 1980 E 2000. 63
TABELA 2 - TESTE DE MÉDIA DE FILHOS ENTRE TODAS AS NACIONALIDADES E ENTRE PARAGUAIAS E AS OUTRAS NACIONALIDADES LATINAS E ASIÁTICAS 69
TABELA 3 - RESIDÊNCIA ANTERIOR, PARA AQUELES QUE TÊM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA NA UF DE MORADIA DECLARADA EM 2000 (VALORES EM PERCENTUAIS). 82
TABELA 4 - CÁLCULO DA MÉDIA DE ANOS DE EXPERIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, POR GRUPO DE IMIGRANTES. 107
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES E DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS, POR RAMO DE ATIVIDADE DE TRABALHO (EM PERCENTUAL). 110
TABELA 6 - ESTIMADORES DA REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL - RAZÕES DE CHANCES DE ESTAR NO SETOR FORMAL COMPARADO A ESTAR NO SETOR INFORMAL. 117
TABELA 7 - ESTIMADORES DO MODELO HECKMAN DO EFEITO DA VARIÁVEL ORIGEM (NACIONALIDADE), ALÉM DE OUTRAS, SOBRE LOGARÍTIMO DE RENDIMENTO MENSAL EM TODOS OS TRABALHOS. . 123
TABELA 8 - ESTIMADORES DO MODELO HECKMAN DO EFEITO DA VARIÁVEL ORIGEM (NACIONALIDADE), ALÉM DE OUTRAS, SOBRE ÍNDICE *STATUS* OCUPACIONAL. 126
TABELA 9 - COEFICIENTE DOS ESTIMADORES DE REGRESSÕES LINEARES PARA OS RENDIMENTOS EM SALÁRIO/MÊS, PARA CADA GRUPO DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS. 130
TABELA 10 - COEFICIENTE DOS ESTIMADORES DE REGRESSÕES LINEARES PARA O ÍNDICE OCUPACIONAL, PARA CADA GRUPO DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS. 133
TABELA 11 - ESTIMADORES DA REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL - RAZÕES DE CHANCES DE ESTAR NO SETOR FORMAL COMPARADO A ESTAR NO SETOR INFORMAL. 153
TABELA 12 - ESTIMADORES DO MODELO HECKMAN DO EFEITO DA VARIÁVEL ORIGEM (NACIONALIDADE), ALÉM DE OUTRAS, SOBRE LOGARÍTIMO NATURAL DE RENDIMENTO MENSAL EM TODOS OS TRABALHOS. 154
TABELA 13 - ESTIMADORES DO MODELO HECKMAN DO EFEITO DA VARIÁVEL ORIGEM (NACIONALIDADE), ALÉM DE OUTRAS, SOBRE ÍNDICE DE *STATUS* OCUPACIONAL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. 155

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 – PERÍODO DE ENTRADA DOS IMIGRANTES EUROPEUS NO BRASIL – CENSO 2000. 64
GRÁFICO 2 - PERÍODO DE ENTRADA DOS IMIGRANTES LATINOS E NORTE-AMERICANOS NO BRASIL – CENSO 2000. 65
GRÁFICO 3 – PERÍODO DE ENTRADA DOS IMIGRANTES ORIGINÁRIOS DA ÁSIA PARA O BRASIL. 66
GRÁFICO 4 – IDADE AO IMIGRAR PARA O BRASIL, POR NACIONALIDADE. 68
GRÁFICO 5 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DO IMIGRANTE NO BRASIL, POR ORIGEM – CENSO 2000. 71
GRÁFICO 6 – ARGENTINOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 73
GRÁFICO 7 – BOLIVIANOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 73
GRÁFICO 8 - CHILENOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 73
GRÁFICO 9 – PARAGUAIOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 73
GRÁFICO 10 – PERUANOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 74
GRÁFICO 11 – URUGUAIOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 74
GRÁFICO 12 – CHINESES POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 74
GRÁFICO 13 – COREANOS POR REGIÃO DO BRASIL, POR PERÍODO DE ENTRADA. 74
GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS E BRASILEIROS IMIGRANTES E NÃO-MIGRANTES, POR FAIXA ETÁRIA. 88
GRÁFICO 15 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMIGRANTES E BRASILEIROS, POR COR. 91
GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E BRASILEIROS IMIGRANTES E NÃO-MIGRANTES, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (URBANO OU RURAL). 92
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E DOS BRASILEIROS MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES, POR NÍVEL EDUCACIONAL. 93
GRÁFICO 18 – MÉDIA DE ANOS DE SOBRE-EDUCAÇÃO NA OCUPAÇÃO, PARA CADA GRUPO DE ORIGEM. 96
GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE IMIGRANTES, POR ORIGEM, QUE ESTUDOU NO BRASIL, APÓS A FIXAÇÃO NO PAÍS. 97
GRÁFICO 20 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS. 98
GRÁFICO 21 - DISTRIBUIÇÃO DE IMIGRANTES E BRASILEIROS, POR RELIGIÃO 99
GRÁFICO 22 - DISTRIBUIÇÃO DE IMIGRANTES E BRASILEIROS, POR ESTADO CIVIL 100
GRÁFICO 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS E IMIGRANTES, POR POSIÇÃO NO DOMICÍLIO. 102
GRÁFICO 24 – ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES, POR ORIGEM, NO MERCADO DE TRABALHO, QUANTO A TER OU NÃO UM TRABALHO REMUNERADO. 103
GRÁFICO 25 – DISTRIBUIÇÃO DE BRASILEIROS E IMIGRANTES POR INSERÇÃO NO MERCADO (POR SETOR) DE TRABALHO 105
GRÁFICO 26 - CÁLCULO DA MÉDIA DE ANOS DE EXPERIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO, POR GRUPO DE ORIGEM. 107

Lista de Figuras

FIGURA 1 - MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS, POR PERÍODO DE ENTRADA NO BRASIL. 76
FIGURA 2- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS, POR ESTADO DO BRASIL 81
FIGURA 3 - ANÁLISE DE SOBRE-EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E BRASILEIROS, EM SUAS RESPECTIVAS OCUPAÇÕES. 95
FIGURA 4 - ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO OCUPACIONAL DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E BRASILEIROS, POR SETOR NO MERCADO DE TRABALHO. 106
FIGURA 5 - MÉDIA DE SALÁRIO/HORA, POR GRUPO DE ORIGEM. 112
FIGURA 6 - MÉDIA DE SALÁRIO MENSAL, POR GRUPO DE ORIGEM. 112
FIGURA 7 - MÉDIA DE SALÁRIO POR HORA (LOGARITIMIZADO) COMPARADA POR SETOR DO MERCADO E POR ORIGEM (COM BRASILEIRO NÃO MIGRANTE). 121
FIGURA 8 - MÉDIA DE SALÁRIO POR HORA (LOGARITIMIZADO) COMPARADA POR SETOR DO MERCADO E POR ORIGEM (COM BRASILEIRO MIGRANTE). 121

1- Introdução

O presente estudo tem como propostas centrais: a) verificar se os imigrantes internacionais estão em piores ou em melhores situações no mercado de trabalho, no que se refere à inserção no mercado, ao *status* ocupacional e ao rendimento dos indivíduos; b) investigar, comparativamente, os determinantes das estratificações dos *status* ocupacionais e de renda dos imigrantes internacionais residentes no Brasil.

Vários estudos sobre estratificação social[1] afirmam que capital humano, especialmente educação e experiência, é o fator determinante para explicar alcance ocupacional, *status* e riqueza na sociedade moderna (Becker, 1964; Schultz, 1973; Parsons, 1940 e 1974; Davis e Moore, 1945; Young, 1958; Blau e Duncan, 1994; Golgher, Rosa e Araújo Júnior, 2005). Outros estudos afirmam que essa é uma visão simplista e argumentam que, também, variáveis de capital cultural, isto é, de origem social (classe social, *background* da família, e étnia) e de significado social (como, por exemplo, raça, estado civil, posição na hierarquia no domicílio) e variáveis de capital social (tais como relações dentro da família, da comunidade com a família e do indivíduo com a comunidade externa) determinam não apenas alcance educacional, mas também alcance ocupacional, riqueza, prestígio, mesmo depois da educação completa (Boudon, 1977; Halsey, 1977; Collins, 1977; Bourdieu e Passeron, 1975; Portes e Bach, 1985; Granovetter, 1973 e 1985; Bourdieu e Passeron, 1975; Grusky, 1994; Valle Silva, 1980 e 1981; Hasenbalg e Valle Silva, 1991 e 1999; Helal, 2005, Lin, 2006).

A partir dessas discussões sobre as teorias de capital humano, capital cultural e social, estudos sobre a inserção de imigrantes internacionais no mercado de trabalho da sociedade receptora apresentam diversas abordagens explicativas. Os teóricos ligados mais à economia (Piore, 1979; Borjas 1986 e Golgher, Rosa e Araújo Júnior, 2005) argumentam que os imigrantes (apesar de terem um fator a mais de investimento em capital humano, isto é, a própria imigração) se inserem em ocupações no setor secundário (informal) do mercado de trabalho, isto é, em ocupações de baixa qualificação, com má remuneração e más condições de trabalho, devido ao seu baixo estoque de capital humano. Debatendo com essa visão, Sassen (1988) afirma que os

[1] É um sistema de localização dos indivíduos em setores relativamente homogêneos quanto a estilo de vida, a interesses e a oportunidade de vida, segundo sua participação desigual de recompensas socialmente valorizadas, tais como riqueza, poder e prestígio.

imigrantes, não se inserem somente na base da pirâmide ocupacional, onde se encontram as piores ocupações, mas eles concentram-se, também, no topo dessa hierarquia, ou seja, nas ocupações de mais alta qualificação e remuneração, uma vez que há tanto imigrantes qualificados quanto não-qualificados.

Já outros estudiosos sobre o tema discordam desta visão (Bonacich, 1973; Portes e Jensen, 1989; Portes e Bach 1985; Portes e Rumbaut 1990; Logan e Alba 1999 e 2003, Zhou, 1998; Light et. al. 1994). Bonacich (1973), em sua teoria do *middleman,* argumenta que os imigrantes se inserem em ocupações intermediárias, as quais são liquidáveis, portáteis e que têm o papel de mediador entre empregadores e empregados, entre elite e massa. Essas ocupações são fundamentadas no capital social dentro da família. Já para Portes e Bach (1985), Zhou (1998) e Logan e Alba (1999 e 2003), entre outros, os imigrantes alocam-se em uma economia étnica, mais especificamente, em um enclave étnico. Este coexiste com o mercado aberto, tornando-se um "mercado paralelo", o qual cria oportunidades vantajosas aos imigrantes, permitindo a eles, muitas vezes, melhores *status* ocupacionais e maiores rendimentos, quando comparados aos nativos. Para esses autores, o enclave étnico é mantido pelas redes sociais estabelecidas entre os imigrantes co-étnicos.

Esse estudo procura contribuir para o debate ao buscar respostas para as seguintes questões: 1) quais são as forças geradoras de diferenciais de renda, de segregação ocupacional para os grupos de imigrantes internacionais, residentes no Brasil? 2) até que ponto as variáveis de capital humano, de capital cultural e de capital social são importantes na definição do posicionamento dos imigrantes internacionais e de seus rendimentos no mercado de trabalho brasileiro? 3) Estão os imigrantes internacionais inseridos em piores ocupações, isto é, em ocupações instáveis, com más condições de trabalho e de mais baixos rendimentos, quando comparados com os nativos; ou estariam eles em ocupações similares; ou, ainda, em melhores localizações na hierarquia ocupacional do mercado de trabalho brasileiro? 4) A origem é um fator determinante (positiva ou negativamente) de posição ocupacional e rendimentos no mercado de trabalho?

A abordagem utilizada tem um caráter essencialmente comparativo. Dizemos isto, porque, além de compararmos os imigrantes internacionais entre si, eles são, também, comparados com os brasileiros, os quais estão divididos em dois grupos: os

não-migrantes e os migrantes internos[2]. Apesar de diversos estudos terem sido feitos no Brasil sobre estratificação social (Valle Silva, 1980 e 1981; Hasenbalg e Valle Silva, 1991 e 1999; Valle Silva e Hasenbalg, 2000; Santos J. A., 2001; Fernandes, 2004; Helal, 2005; Neves, 2005; Sala, 2005; entre outros), pesquisas comparativas sobre desigualdade social e estratificação entre estrangeiros e entre estes e os brasileiros são escassas. Particularmente sobre esse tema, tem-se o conhecimento apenas do trabalho de Sala (2005) que pesquisa a inserção dos imigrantes do Cone Sul no mercado de trabalho brasileiro.

Além disso, não se tem notícia de estudos, internacionais ou nacionais, que tenham analisados, comparativamente, os imigrantes internacionais com os nativos migrantes e não-migrantes, separadamente. Em geral, estudos sobre inserção e adaptação socioeconômica dos imigrantes no local de destino, quando são comparativos, tomam os nativos como apenas um grupo homogêneo (Portes e Rumbaut, 1990; Portes e Bach, 1985; Zhou, 1998; Nee e Sanders, 2001; Sala, 2005), com exceção de alguns casos que desagregam por cor. Diferentemente, essa tese propõe comparar os imigrantes internacionais com brasileiros migrantes e com os brasileiros não-migrantes. Essa idéia parte do pressuposto de que esses grupos (migrantes e não-migrantes) têm características diferentes, devido à teoria da seletividade positiva dos migrantes, e que, portanto, os resultados podem ser distintos ao se comparar os imigrantes internacionais com um ou com outro grupo de brasileiros. Isso porque os imigrantes (exceto os refugiados e os imigrantes ideológicos) são percebidos como, em geral, mais trabalhadores, criativos, ambiciosos, capazes, agressivos e empreendedores do que indivíduos que decidem permanecer em seus lugares de origem.

Dessa forma, esta pesquisa diferencia-se de outras realizadas na área, em vários aspectos. Primeiro, por trabalhar com vários grupos de imigrantes internacionais, de diferentes regiões do mundo, sobre o tema de estratificação social no Brasil; segundo porque busca compará-los com grupos relativamente mais homogêneos no local de destino, por serem classificados pelo fator migração; terceiro, devido ao número de

[2] Ao desagregar o grupo dos nativos em migrantes e não-migrantes, sabemos que, ainda assim, é grande a heterogeneidade dentro desses grupos (dado as grandes diferenças regionais no Brasil). Esse é o caso, também, dos imigrantes internacionais ao serem classificados por suas origens nacionais (os quais têm tantas outras subdivisões dentro dos grupos, como, por exemplo, etnias). Por isto, temos consciência que há uma fixação de limites às análises apresentadas nesse estudo. Entretanto, podemos reconhecer que, da forma que se produziu esses grupos, abre possibilidades de interpretações e enfoques que nos permitem fazer afirmativas e, além disto, suscitar diversos debates sobre o tema.

questões a serem analisadas, ou seja, inserção, *status* ocupacional e renda dos imigrantes. Quase sempre, apenas um desses aspectos é analisado, separadamente. Por fim, esse trabalho busca utilizar diferentes técnicas estatísticas de análise, com o intuito de obter melhores resultados analíticos.

A tese divide-se em cinco capítulos, além dessa introdução e das reflexões finais. O primeiro capítulo apresenta uma discussão da literatura, demonstrando as principais teorias que analisam o processo de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos, em geral, e dos imigrantes, em específico. O intuito é de identificar os diversos debates existentes entre elas, nos quais se encontram os pontos de união e de atrito entre as mesmas. Além disso, nesse capítulo, apresentam-se as hipóteses que pretendemos testar nesse estudo.

O segundo capítulo introduz os dados, as técnicas e métodos estatísticos de análise, os quais serão utilizados e analisados nos capítulos posteriores. Nesse capítulo há a descrição: a) do objeto de estudo; b) das técnicas de análise estatística de regressão logística, regressão linear, regressão fundamentada no modelo Heckman e análise de *CART* (*Classification and Regression* Trees); c) e dos modelos estatísticos de regressão, contendo as variáveis dependentes e independentes (de teste e de controle).

No terceiro capítulo, apresentamos as principais correntes imigratórias vindas para o Brasil e seus padrões imigratórios, os quais foram fundamentais para a definição da seleção dos grupos de imigrantes em análise. Para tanto, propomos: a) analisar os fatores econômicos e políticos que fizeram do Brasil um país de atração, ou não, para os imigrantes internacionais (dependendo do ano ou momento da imigração); b) discutir, ainda que sucintamente, os conceitos e as abordagens teóricas, com o intuito de obter uma melhor compreensão do movimento migratório internacional, apesar de não ser esse o escopo central da tese; c) identificar a composição das principais correntes imigratórias internacionais vindas para o Brasil; em especial, aqueles fluxos de imigrantes que intensificaram as entradas no país a partir da década de 1970 e que fazem parte dos "países em desenvolvimento", denominados aqui imigrantes "recentes", que são o foco dessa pesquisa; d) verificar a idade dos imigrantes ao fixarem residência e o seu tempo de permanência no Brasil; e) por fim, analisar a distribuição espacial dos imigrantes "recentes" no território brasileiro.

O quarto capítulo apresenta os perfis socioeconômicos e demográficos dos imigrantes internacionais e dos brasileiros migrantes e não-migrantes. O ponto central desse capítulo é comparar os imigrantes internacionais entre si e esses com os nativos brasileiros, no que se refere aos aspectos demográficos (idade, cor/raça, situação de moradia e estado civil) e socioeconômicos (escolaridade, sobre-educação na ocupação, religião, estado civil, relações no domicílio, participação e localização no mercado de trabalho, ramo de atividade no mercado de trabalho e renda). A idéia é que este seja um capítulo de estudos exploratórios para análises mais detalhadas no capítulo posterior.

O quinto e último capítulo busca testar as hipóteses propostas no primeiro capítulo, através de uma análise mais detalhada e precisa por meio das técnicas e modelos estatísticos estabelecidos no primeiro capítulo. Dessa forma, nesse capítulo pretende-se: a) analisar o efeito de origem sobre as diferenças de inserção no mercado de trabalho, de *status* ocupacional e rendimentos entre os grupos de imigrantes internacionais e entre estes e os nativos brasileiros; b) e identificar os fatores (referentes aos capitais humano, cultural e social) que influenciam a posição e a renda daqueles imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de destino.

2- Reflexões teóricas

2.1 - Introdução

Quando vem à nossa mente a expressão "imigrantes internacionais", costumamos pensar, também, em questões sobre mercado de trabalho, inserção ocupacional e discriminação. Isto é, questionamos sobre a posição ocupacional em que se encontram os imigrantes internacionais; sobre se há ou não discriminação desses indivíduos e sobre quais fatores afetam positivamente os salários e o *status* ocupacional desses imigrantes. Com o intuito de responder estes questionamentos, pretende-se refletir sobre as principais idéias, hipóteses e, principalmente, teorias que buscaram compreender essas questões. A proposta é fazer uma revisão da literatura (internacional e nacional) no intuito de apresentar as principais teorias e teóricos que dedicaram atenção sobre o processo da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, principalmente o caso dos imigrantes.

Nas seções que se seguem, são apresentadas as teorias da segmentação do mercado de trabalho (mercado dual), do *middleman*, do enclave étnico e as teorias do capital humano, do capital social e do capital cultural, além de reflexões feitas pelos estudiosos brasileiros, uma vez que esses são marcos analíticos relevantes para a compreensão da inserção, do sucesso ou do fracasso (no que se refere à posição ocupacional e à renda) dos indivíduos no mercado de trabalho. A partir do debate dessas teorias, apresentamos algumas questões e hipóteses que serão testadas no final desse estudo.

2.2 - A teoria da segmentação do mercado de trabalho.

A teoria do mercado de trabalho segmentado, também denominada "teoria do mercado dual", é considerada uma abordagem clássica sobre as sociedades capitalistas. De acordo com essa teoria, em economias industriais avançadas, há um mercado de trabalho bifurcado de perpetuação da pobreza (Piore, 1984). Em outras palavras, há uma polarização na estrutura ocupacional do mercado de trabalho, ou seja, há dois setores distintos, o primário e secundário (Piore, 1979 e 1984; Piore e Safford, 2006). O setor primário é o que apresenta empregos estáveis, com segurança, qualificados, bem

remunerados, com boas condições de trabalho e com abertura para promoções (mobilidade ascendente) no trabalho. Esse setor exige que o trabalhador tenha conhecimento e experiência para ascender economicamente. Portanto, trabalhadores do setor primário tendem a ser altamente educados e profissionalizados. Ao contrário, o setor secundário apresenta empregos instáveis, desqualificados, com baixos salários, com benefícios limitados, com condições insatisfatórias de trabalho e com baixa mobilidade no mercado de trabalho (Piore 1979 e 1984; Piore e Safford, 2006). Esse setor não oferece grandes oportunidades ao trabalhador para ascender profissionalmente. Segundo Dickens e Lang (1985), há barreiras não econômicas que previnem que os trabalhadores do setor secundário mudem para o setor primário. Além disto, o setor secundário proporciona baixíssimo retorno salarial à educação e ao treinamento para os empregados dentro da empresa (Dickens e Lang, 1985).

Segundo Piore (1984), os fatores que geram o mercado dual são, principalmente, os seguintes: a) os requerimentos impostos sobre a força de trabalho; b) uma simples e pura discriminação no mercado de trabalho; c) fortes resistências para mudar e agir em prol de esforços contra a pobreza, isto porque existem pessoas, ou grupo de pessoas, interessadas em perpetuar a pobreza (Piore, 1984); d) acomodação do trabalhador ao tipo de emprego; e) finalmente, entre os pobres, as outras fontes de renda, especialmente a assistência pública e a atividade ilícita, tendem a ser mais compatíveis com o setor secundário do que com o primário (Piore, 1984).

Para Piore (1979), há uma relação de dependência entre estes dois setores (ou pilares) do mercado de trabalho. Segundo o autor, a parcela dos trabalhadores profissionais (inseridos no setor qualificado, ou seja, no mercado primário) tem necessidades (alimentares, de vestuário e de limpeza) que são atendidas pela mão-de-obra daqueles que estão inseridos no setor secundário (em que se encontram, em maioria, os imigrantes).

A partir desse contexto, verifica-se certa dificuldade para se encontrar trabalhadores dispostos a aceitarem as condições de trabalho do setor secundário. Segundo Piore (1979) e Massey et. al. (1993), os nativos, originários da sociedade hospedeira, rejeitam as posições ocupacionais do setor secundário, as quais acabam sendo ocupadas pelos imigrantes que têm dificuldade de inserção em melhores posições ocupacionais no país hospedeiro. De acordo com a teoria do mercado dual, a dificuldade

para os imigrantes entrarem no setor primário da economia é grande, considerando que: a) imigrantes altamente qualificados são minoria (Piore, 1979); b) a maioria desses imigrantes origina-se de países pobres e atrasados economicamente, os quais não propiciam condições para que seus nativos tenham um maior nível de capital humano; c) capital humano obtido no país de origem, com poucas exceções, é menos valorizado do que educação e experiência no mercado de trabalho adquirido na sociedade anfitriã, além de ser difícil a transferência de habilidades para o sistema imposto pela sociedade hospedeira (Zeng e Xie 2004; Friedberg 2000); d) por acreditarem permanecer apenas temporariamente no local de destino, a maioria dos imigrantes aceita os serviços e as condições do mercado de trabalho secundário, desde que venham a ganhar dinheiro para melhorar seu bem-estar no local de origem (Piores, 1979 e Massey et.al. 1993).

A afirmativa de Piore (1979) de que os imigrantes vão para o setor secundário do mercado de trabalho fundamenta-se no seu estudo sobre a invasão de imigrantes ilegais nos Estados Unidos, na década de 1970 e, principalmente, dos porto-riquenhos para Boston. Segundo Piore (1979), tal imigração tem uma intervenção direta dos empregadores americanos, que recrutam sua mão-de-obra direto na fonte: de Porto Rico. Nesse estudo, Piore (1979) identifica que, muitas vezes, os empregadores mandam seus trabalhadores retornarem às suas origens e recrutarem seus amigos e familiares para trabalharem nas suas empresas. O interessante é que, com esta descrição, Piore (1979) retira o caráter de que são os imigrantes que descobrem e sentem-se atraídos pela terra americana, mas são os empregadores americanos que descobrem a mão-de-obra barata dos porto-riquenhos e os recrutam.

Por isso, Piore (1979) acredita que a invasão de imigrantes ilegais nos Estados Unidos, assim como na Europa e em outros países desenvolvidos, é resultado da necessidade dos empregadores de preencherem as vagas no setor secundário e que a demanda por trabalho de imigrantes é gerada por forças inerentes à natureza das economias industriais.

Sassen (1988, 1998) concorda com a afirmativa da existência de um mercado dual (um mercado de trabalho segmentado entre primário e secundário), mas discorda de Piore (1979), quando diz que os países que enviam os seus imigrantes não são países atrasados economicamente e que não estão com sua economia estagnada. Outro ponto de discordância é que Sassen (1988) diz que os imigrantes, dentro do mercado dual,

tendem a se inserir nos extremos da estrutura ocupacional, isto é, em ocupações de qualificação muito alta ou muito baixa, muito bem ou muito mal remuneradas, estáveis ou instáveis. Isto porque, segundo a autora, devido à reorganização da economia mundial, cria-se um espaço transnacional, no qual circulam não apenas mercadorias, serviços e informação, mas também trabalhadores, possibilitando um maior deslocamento tanto de trabalhadores altamente qualificados, quanto não-qualificados.

Vale destacar que, apesar das controvérsias entre as propostas de Sassen e de Piore, as mesmas "têm como convergência que as décadas de 70 e 80 apresentam-se como um período de alterações produtivas e conseqüentemente um período de alterações na mobilidade dos trabalhadores" (Santos G., 2001:4). Isto é, naquele momento os Estados Unidos vivenciavam uma reestruturação produtiva, incorporando tecnologia de ponta nas atividades produtivas. Com essa reestruturação, houve a criação de empregos altamente qualificados, assim como empregos desqualificados. Esse contexto, segundo os autores, teve que ser considerado como pano de fundo para a análise de imigrantes no mercado de trabalho no destino.

2.3 - A teoria do *middleman*

Light e Bonacich (1991) argumentam que a teoria do mercado dual comete um erro ao não considerar o setor de negócios dos imigrantes, em que esses trabalham como empregados de co-étnicos, como autônomos ou como empregadores. Para Light e Bonacich (1991), os imigrantes inserem-se em ambos os mercados, isto é, tanto no mercado de trabalho aberto, juntamente com os nativos, como nas firmas dos imigrantes, com os co-étnicos. Isso porque eles calculam o custo e o benefício de inserção em cada um desses mercados.

Bonacich (1973) afirma que os imigrantes se inserem na ocupação de *middleman*, isto é, intermediária. Essas são ocupações que fazem o elo e/ou comunicação, entre ocupações do topo e da base, entre a elite e a massa. Segundo Bonacich (1973), essas ocupações têm um papel de mediador entre empregador e empregado, produtor e consumidor, proprietário e rendatário, elite e massa. Além disto, segundo a autora, essas ocupações são liquidáveis e transportáveis. Ou seja, esses tipos

de ocupações não amarram os imigrantes à terra hospedeira por longos períodos de tempo e ainda são possíveis de serem transferidas para a terra de origem dos imigrantes.

Segundo Bonacich (1973), não há, na literatura, unanimidade sobre a causa desse fenômeno, isto é, sobre a inserção em ocupações intermediárias. Entretanto, vale destacar duas abordagens recorrentes que buscam explicar as possíveis causas. A primeira afirma que as ocupações intermediárias, de freqüente inserção dos imigrantes, são produtos de uma reação hostil da sociedade hospedeira quanto às diferenças culturais e/ou raciais dos grupos de imigrantes. Dessa forma, esses imigrantes são deixados à margem das localizações ocupacionais do mercado de trabalho aberto, em geral.

Em resposta a isto, os imigrantes, através da solidariedade comunitária, gerenciam essa situação e conseguem escapar das posições ocupacionais localizadas no mais baixo patamar da hierarquia da ordem econômica, chegando até a, algumas vezes, adquirem riqueza.

A segunda abordagem argumenta que há uma falha, ou, melhor dizendo, há uma lacuna na estrutura de *status* do mercado de trabalho, na qual se encontram inseridos os grupos de imigrantes. Essas lacunas são as posições de *middleman*, as quais são caracterizadas pela divisão entre a elite e massa. Essa ocupação tem como princípio o requisito funcional de comunicação entre o topo e a base da hierarquia econômica na sociedade.

Bonacich (1973) discorda da idéia de que o grupo de *middleman* é fruto da hostilidade da sociedade anfitriã contra as minorias étnicas. Segundo a autora, como essa abordagem explicaria porque grupos étnicos, como, por exemplo, os japoneses são capazes de "superar" o racismo, enquanto outros, principalmente os negros, nos Estados Unidos, não?

Quanto à idéia de lacuna na estrutura econômica, Bonacich (1973) reconhece o mérito dessa abordagem. Entretanto, segundo ela, os grupos *middlemen* persistem além da lacuna de *status.*

A partir disto, Bonacich (1973) apresenta uma abordagem alternativa. Ela argüiu que a concentração de imigrantes em ocupações *middleman* é o resultado da intenção dos imigrantes de serem permanentes, ou temporários, na nova terra. Os temporários

não planejam assentarem permanentemente, mas, ao contrário, desejam e acreditam que irão retornar à terra de origem (mesmo que isto não aconteça, como ocorre na maioria dos casos). Como conseqüência, eles criam redes sociais de solidariedade e confiança mútua que reforçam profundamente as teias étnicas regionais. Segundo a autora, o fator "migrante temporário" não é condição suficiente para explicar a inserção dos imigrantes em ocupações *middlemen*, mas é uma condição necessária.

Bonacich (1973) ressalta que as redes produzidas pelos imigrantes temporários afetam as situações econômicas dos imigrantes em dois caminhos: a) ajudam a distribuir os recursos eficientemente; e b) ajudam a controlar a competição interna no mercado. Segundo a autora, isso não ocorre para aqueles que pretendem assentar-se permanentemente na nova terra. Os migrantes temporários têm grandes razões para criarem profundas teias regionais, porque querem manter seus valores, suas culturas, além de resguardarem-se da competição do mercado aberto, uma vez que eles retornarão às suas origens. Em contraste, encontram-se os migrantes permanentes que buscam uma assimilação, que desejam participar da vida da comunidade hospedeira, e, assim, têm redes étnicas muito fracas.

De acordo com a abordagem de Bonacich (1973), os negócios do *middleman* podem competir efetivamente com as outras firmas e estabelecerem um alto grau de concentração e de dominação em determinadas ocupações no mercado de trabalho. Isto é, os migrantes temporários concentram, ou dominam, certos nichos de negócios. Essas minorias intermediárias estabelecem seus espaços mediante três tipos de conflitos: com a clientela que tem interesse diferente (entre comprador e vendedor; cliente e profissional); com os negócios da população permanente; e com o trabalho, uma vez que a presença do *middleman* cria variação no mercado de trabalho dual, isto é, entre trabalhos com alto e baixo preço (valor) e, além disto, porque na firma de *middleman* o interesse de empregadores e empregados não são claramente distintos.

A partir desse contexto, a minoria *middleman* é hostilizada pela sociedade anfitriã. Isto porque, segundo os hospedeiros, os grupos *middleman* são desleais para o país adotivo. Os imigrantes têm dupla lealdade e um exemplo disto seria a resistência em se naturalizarem. Além disto, segundo os grupos residentes permanentes da sociedade anfitriã, as minorias *middleman* enviam todo o dinheiro acumulado para a terra de origem e não investem no país hospedeiro, assim como não engajam na

indústria produtiva e não contribuem para a indústria local, por importarem o que necessitam de suas terras de origem (Bonacich, 1973).

Esse tipo de não integração ou não assimilação à sociedade anfitriã não seria problema se os negócios das minorias *middlemen* permanecessem isolados economicamente, isto é, fechado dentro do próprio grupo. Entretanto, minorias *middleman*, em geral, têm grande poder econômico no país em que eles se "sentem alienados" (Bonacich, 1973). Por isto, Light e Bonacich (1991) destacam que as minorias *middleman*, tipicamente, servem aos membros de diferentes grupos étnicos e os nativos, assim como os seus próprios, o que agrava a hostilidade da população anfitriã.

2.4 - Teoria do enclave étnico e economia étnica

A partir da teoria do *middleman*, surgem duas derivações na literatura sobre adaptação econômica dos imigrantes: economia étnica e enclave étnico. Assim como a teoria do *middleman,* ambas introduzem a idéia de que firmas de imigrantes e setores empregatícios de imigrantes coexistem com os setores primário e secundário do mercado de trabalho global (Light et. al. 1994, Portes e Bach, 1985).

De acordo com Logan e seus colaboradores (1994)[3],

> uma economia étnica poderia ser definida como alguma situação onde etnicidade comum providencia uma vantagem econômica: dentro de relações entre proprietários no mesmo ou complementar setor de negócios, entre proprietários e trabalhadores, ou mesmo entre trabalhadores na mesma firma ou indústria a despeito da etnicidade dos proprietários (Logan, Alba e McNulty, 1994:693).

Em um mesmo sentido, Portes e Jensen (1989) definem o enclave étnico como uma concentração de firmas étnicas em um espaço físico, geralmente uma área metropolitana, onde se concentra uma proporção significativa de trabalhadores de um mesmo grupo minoritário. Essas firmas tornam-se refúgios para os imigrantes, no

[3] "an ethnic economy could be defined as any situation where common ethnicity provides an economic advantage: in relations among owners in the same or complementary business sector, between owners and workers, or even among workers in the same firm or industry regardless of owner's ethnicity" (Logan, Alba e McNulty, 1994:693)

sentido de que eles acabam escapando de uma inserção no setor secundário do mercado de trabalho. Nesse caso, ao contrário do que acontece no mercado de trabalho geral, a educação estrangeira é valorizada e os hábitos e costumes de origem são bem aceitos.

O que diferencia o conceito de economia étnica de enclave étnico é que o primeiro é um conceito mais amplo e geral, uma vez que considera o tamanho e a forma do setor da economia étnica e não considera a densidade das firmas e o nível de etnicidade dentro das mesmas. Fatores que não são considerados por essa abordagem, mas sim pela teoria do enclave étnico, envolvem as seguintes condições: a) se os proprietários são da mesma origem dos trabalhadores; b) se os consumidores deles são ou não co-étnicos; c) se o negócio, conduzido pelos proprietários, beneficia os consumidores co-étnicos e; d) se há um ambiente ou atmosfera cultural étnica dentro da firma (cf. Light e Bonicich, 1991; Light et. al. 1994).

Na tentativa de definir mais precisamente o conceito de economia étnica, Logan, Alba e Stults (2003) introduzem a idéia de que imigrantes estabelecem diferentes tipos de economias étnicas. Eles incluem nichos de empregos, de enclaves e de negócios. Esses nichos representam os setores econômicos nos quais os membros do grupo estão desproporcionalmente representados na força de trabalho que é, tipicamente, comandada, gerenciada ou trabalhada por nativos ou membros de algum outro grupo étnico. Neste caso, o termo "nicho étnico" significa a categoria do setor de trabalho no qual membros de um grupo étnico estão concentrados em um nível acima do que se esperaria (Wilson, 1999).

Segundo essa teoria, infere-se que devido ao enclave étnico, os imigrantes não se encontram inseridos em ocupações localizadas no setor secundário do mercado de trabalho, mas em ocupações localizadas em um mercado paralelo: na firma de empregadores da mesma etnia. Nas firmas de enclave étnico, os cargos de direção são ocupados pelos co-étnicos do empregador e as posições de mais baixo escalão, muitas vezes, são preenchidas pelos nativos ou membros de outros grupos étnicos.

Apesar das controvérsias entre essas teorias (do mercado dual, do *middleman* e do enclave étnico), há pelo menos um consenso entre elas: existe uma estrutura hierarquizante de ocupações no mercado de trabalho, onde os imigrantes buscam inserir-se. Melhor dizendo, há posições ocupacionais no topo, na base e no meio da hierarquia em que os imigrantes se posicionam. A partir disso, surgem as seguintes

questões: o que explica o fato de os imigrantes serem inseridos em pior ou melhor posição ocupacional e terem melhores ou piores salários? Isto é, quais são os fatores (ou elementos) que levam os imigrantes a se inserirem em melhores ou piores ocupações com diferentes rendimentos? Para responder a estas questões, propõem-se a discussão sobre as teorias do capital humano, do capital cultural e do capital social.

Vale destacar aqui que essas teorias, discutidas acima, destacaram-se entre as décadas de 60 e 80, momento de grandes transformações econômicas nos Estados Unidos da América (Santos G., 2001:4). Isto é, naquele momento os Estados Unidos vivenciavam uma reestruturação produtiva, incorporando tecnologia de ponta nas atividades produtivas, alterando a mobilidade social dos trabalhadores. Com essa reestruturação há a criação de empregos altamente qualificados, assim como empregos desqualificados. Silva (2008) destaca que os países mais desenvolvidos, os centrais do capitalismo, a partir da década de 70, convivem com altas taxas de desemprego, bem como uma expansão de trabalhos precários, temporários, informais, *part-time*.

Chamo atenção para esse argumento, uma vez que o Brasil, na década de 90, passou, também, por rápida e intensa reestruturação produtiva, alterando as formas de empregos até então existentes no mercado de trabalho e, conseqüentemente, as inserções dos imigrantes na nova estrutura de emprego. A década de 90 re-espacialização das indústrias e de grande aumento: do desemprego, dos empregos precários, do setor de serviços (possibilitando uma elevação nos sub-emprego) e da informalidade no mercado de trabalho (Silva, 2008; Guimarães, 2005; Cunha, 2003).

2.5 - Teoria do Capital Humano

O capital humano foi discutido pela primeira vez no século XVIII (Lin, 2006: 8; Chiswick, 2003), quando Adam Smith, em seu clássico estudo sobre "A riqueza das nações", de 1776, argumentou que capital inclui as habilidades adquiridas pela população, enfatizando as suas utilidades para os indivíduos e para a formação do capital nacional, juntamente com o capital físico e o capital financeiro.

No século XIX, foram raros os trabalhos que discutiram o investimento em capital humano (Chiswick, 2003). As justificativas para isso podem ser o pouco interesse dos estudiosos e a falta de dados. O fator que pode explicar, em parte, o baixo

interesse dos estudiosos pelo tema é exposto por Schultz (1973: 33) ao lembrar do seguinte pensamento da época: "Tratar os seres humanos como riqueza que pode ser ampliada por investimento é um ato contrário a valores profundamente arraigados. Parece que seria reduzir o homem, mais uma vez, a um mero componente material, a alguma coisa afim com a propriedade material". Com isso, raros eram os estudiosos que desafiavam esse pensamento e buscavam estudar o capital humano. Quanto à falta de dados, um exemplo é que mesmo nos EUA, um país que apesar de ter censo populacional desde 1850, apenas em 1940 o censo apresentou questões sobre rendimento e salários (Chiswick, 2003: 4).

Foi em 1957, com a tese de doutorado de Mincer e em 1958, com seu artigo intitulado "Investment in Human Capital and Personal Income Distribuition" (Chiswick, 2003) que apareceu, pela primeira vez, uma explícita análise do efeito do capital humano (focado na experiência no mercado de trabalho) sobre a determinação e distribuição de ganhos (rendimentos). Entretanto, foi só em 1960 que a teoria do capital humano ganhou força e solidificou-se como fonte analítica da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Foi Schultz (1962 *apud* Chiswick, 2003) quem ampliou as idéias de Mincer ao incluir as variáveis de migração, saúde, e informação no mercado de trabalho, além de educação e experiência, como bases da idéia do capital humano. A partir disso, Becker (1964) e outros economistas elaboraram com maior detalhamento a teoria (Lin, 2006: 9).

Schultz (1962 *apud* Chiswick, 2003) editou um suplemento no *Journal of Political Economy* , intitulado *"Investment in Human Beings".* Esse suplemento teve os apoios de: a) Gary Becker (na discussão sobre a teoria do capital humano); b) Larry Sjaasted (ao debater sobre migração); c) Selma Mushikin (por refletir sobre saúde); d) de George Stigler (ao apresentar informações sobre o mercado de trabalho); e) Burton Weisbrod (por analisar os benefícios não pecuniários da educação); f) Edward Denison (no debate sobre educação e crescimento econômico); g) por fim, Jacob Mincer (ao refletir sobre experiência no mercado de trabalho).

A partir dessas análises, podemos inferir que capital humano é operacionalizado e medido por meio de variáveis relacionadas à educação, ao treinamento/experiência realizado no trabalho, à saúde, à informação de emprego e à migração. Segundo Schultz (1973:31-32),

> Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. Os rendimentos auferidos, por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho são igualmente claros exemplos. Não obstante, em lugar algum tais fatos entram nos registros contábeis nacionais. A utilização do tempo de lazer para a melhoria de capacidades técnicas e de conhecimento é um fato amplamente difundido e, também isto, não se acha registrado. Por estas e outras maneiras, a qualidade do esforço humano pode ser grandemente ampliada e melhorada e a sua produtividade incrementada. Sustentarei que um investimento desta espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador.

Dessa forma, define-se capital humano como o valor adicionado para um trabalhador quando ele adquire conhecimento, habilidades úteis para o empregado no processo de troca. O capital humano é um valor internalizado no próprio trabalhador, isto é, é um valor não transferível para outra pessoa. Assim, "segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo" (Schultz, 1973: 53).

Os progressos registrados na teoria do capital humano são creditados, predominantemente, a Gary Becker por sua separação entre formas de capital humano, específicas e gerais (sendo a primeira útil a uma atividade e a uma empresa restritas e a última útil para várias atividades e empresas) (Schultz, 1973 e Chiswick, 2003); e por

> seu reconhecimento da importância dos rendimentos preestabelecidos num punhado de atividades econômicas e o desenvolvimento de uma teoria para a adjudicação de tempo a fim de se colocar ao nível dos rendimentos preestabelecidos e, mais recentemente, sua redescoberta das atividades de produção do ambiente doméstico, por exemplo, na formação de uma parte substancial do capital humano (Schultz, 1973: 181-182).

Becker (1964) enfatiza a visão de que o indivíduo é um ser racional que toma decisões comparando as expectativas de ganhos futuros e os custos do investimento em si

mesmo[4]. Assim, o indivíduo realiza despesas com saúde, educação, treinamento no trabalho, entre outras, no intuito de obter ganhos futuros.

A teoria do capital humano afirma que esse tipo de investimento é bom tanto para o empregado quanto para o empregador, isto porque, quanto maior o estoque de capital humano do indivíduo (educação, experiência e migração, por exemplo), maior será a produtividade marginal (bom para o empregador) e mais elevado será seu valor econômico no mercado de trabalho (bom para o empregado) (Becker, 1964; Schultz, 1973; Lin, 2006; Golgher, Rosa e Araújo Júnior, 2005). Entretanto, pode-se dizer que é melhor para o empregado porque ele adiciona valor ao trabalho, parte do qual pode ser negociado e retido pelo trabalhador com salários e bens além do mínimo adquirido para a subsistência (Lin, 2006). Assim, capital humano, em especial educação e treinamento, eleva o salário do trabalhador. Dessa forma, infere-se que capital humano traz maior produtividade, que, por sua vez, leva a maior crescimento econômico. Versões populares deste argumento têm se expandido bastante e defendem que parte do sucesso econômico do Japão pode ser atribuída à efetividade de seu sistema escolar no ensino de habilidades cognitivas (Hurn, 1993: 49)[5].

Segundo Schultz (1973:66), o estoque de capital humano tem elevado significativamente a renda dos indivíduos. Além disto, "se o coeficiente de todo capital, em relação à renda, permanece essencialmente constante, então o crescimento econômico inexplicado, que tem sido de uma presença tão perturbadora, tem a sua origem primordialmente a partir da elevação do acervo do capital humano (...)".

Nesse sentido, segundo Lin (2006), a teoria do capital humano não se desvia muito da teoria clássica de Marx sobre capital como investimento de recursos na produção de mais-valia, mas a desafia ao observar melhor quem pode ou não adquirir capital. Como afirma Johnson (1960 *apud* Lin, 2006:8 e Schultz, 1973), devido ao capital humano, trabalhadores tornaram-se capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa, mas porque detêm conhecimento, habilidades e capacidades que

[4] Vale ressaltar que Becker ampliou consideravelmente a possibilidade de explicação de fenômenos sociais a partir da abordagem econômica neoclássica ao expandir para diversos outros fenômenos da vida social o mesmo argumento racional e utilitarista da análise do investimento em capital humano. Ou seja, nas mais diversas situações da vida social, como, por exemplo, casar, ter filhos, praticar o crime, consumir drogas, entre outras, o indivíduo racional toma sua decisão comparando os custos e os benefícios, tendo em mente a otimização dos recursos e a maximização de sua satisfação.

[5] Shultzs (1973:12) também argumenta que o Japão demonstrou que para o desenvolvimento de uma economia moderna não é necessário uma rica provisão de recursos naturais e nem tão pouco é necessário um território grande, mas sim investimento em capital humano.

têm valor econômico. Dessa forma, o seu valor vai além da troca pelo seu trabalho. Segundo Lin (2006), a visão da estrutura socioeconômica da sociedade alterou-se porque, agora, todos podem investir e adquirir capital. Desta forma, a estrutura social de estratificação evidencia uma hierarquia com muitas classes de capitalistas, com mobilidade possível e extensiva, superando o sistema de duas classes (capitalistas e trabalhadores).

A partir dessa visão, sociólogos (Parsons, 1940, 1974; Davis e Moore, 1945; Young, 1958; Blau e Duncan, 1994) buscaram respostas para algumas questões: a sociedade moderna tornou-se mais igualitária? Essas mudanças, inerentes à sociedade moderna, trouxeram maior eqüidade de oportunidade entre os indivíduos, entre as classes ou os grupos de status na sociedade?

Em acordo com a teoria do capital humano, os pensadores da teoria da modernização afirmam que o desenvolvimento econômico, fruto de uma crescente industrialização e urbanização, seria acompanhado de uma constante queda nas taxas de desigualdades na distribuição de benefícios do progresso, produto de uma intensificação nos níveis educacionais da população. Acreditava-se que uma das características principais da sociedade moderna seria a constituição de uma sociedade meritocrática, na qual as posições ocupacionais seriam alcançadas em função do mérito, habilidade e esforço das pessoas e não passadas de pai para filho, isto é, haveria um declínio do poder herdado, como acreditava Bell (1973).

A teoria da modernização faz parte de um paradigma funcionalista da sociologia, o qual pressupõe que, na estrutura ocupacional da sociedade, há uma distinção de tarefas ou posições que são de importância funcional desigual para a organização social, como também há uma disponibilidade desigual de pessoas com habilidades, capacidades e talentos para preencher essas posições (Davis e Moore, 1945). As ocupações que demandam mais treinamento e aptidões especiais seriam as posições mais importantes para a sociedade. Quanto maior a importância funcional de uma posição na organização social e maior a escassez de indivíduos dotados de talentos e motivações, para se submeter ao treinamento necessário, melhores seriam as recompensas socialmente atribuídas a essa posição. Por conseguinte, haveria recompensas desiguais para assegurar as posições mais importantes às pessoas com maior qualificação (Davis e Moore, 1945).

De acordo com este pensamento e com a hipótese meritocrática, as pessoas alcançam essas posições de prestígio por méritos individuais, através de credenciais educacionais, e não mais através do *status* educacional e ocupacional dos pais e da renda deles, nem tão pouco por outras variáveis lhes atribuídas - tais como raça e gênero (Helal 2005). É neste aspecto que os teóricos da modernização (da abordagem meritocrática) acreditam que a sociedade pode ser igualitária: universalizando a educação formal, dando assim oportunidades iguais a todos de alcançarem a posição almejada.

Partindo destes pressupostos, em uma visão bastante otimista, Parsons (1974), Davis e Moore (1945) e Levy (1966 *apud* Helal, 2005) acreditam que, através da universalização da educação e da valorização do capital humano (como por exemplo, as habilidades cognitivas e a experiência), a sociedade será mais democrática, mais igualitária e crescentemente meritocrática.

Resumindo, para a teoria da modernização, um fenômeno característico da modernidade, do processo de industrialização e de urbanização é a perda da importância dos fatores de origem social atribuídos (*ascription*) pela família, isto é herdados, e a valorização dos fatores adquiridos pelo mérito, isto é, a realização (*achieviment)* individual. Por isto, o coração do paradigma funcionalista pode ser visto como a ênfase na escolaridade como importante para a sociedade moderna, uma vez que ela detém funções múltiplas, sendo as principais: a produção de habilidades cognitivas; a seleção de talentos; e a criação de cidadãos informados. De acordo com os teóricos funcionalistas, a sociedade pós-industrial, moderna, está caminhando, a passos largos, para uma meritocracia que garante os princípios de localização ocupacional em um sistema econômico mais produtivo e eficiente para o desenvolvimento socioeconômico.

A partir desses princípios, governos, de diversas sociedades, têm buscado expandir a educação (principalmente a educação de nível superior, como é o caso do Brasil) e introduzir regras universais de seleção no processo educacional para diminuir as desigualdades sociais (Hurn, 1993: 45).

Entretanto, são muitas as questões que desafiam essa visão e, conseqüentemente, contrapõem à teoria do capital humano, dentre as quais podemos citar: a) capital humano, particularmente a educação, é uma forma de investimento para ganhos futuros ou de uma

simples credencial ou um filtro no processo de seleção no mercado de trabalho? O capital humano torna os indivíduos mais produtivos ou não há esta relação causal entre educação e produtividade? É a educação um meio de alcançar melhores empregos ou salários ou é esta um instrumento utilizado pela classe dominante para permanecer no poder e assegurar o sistema de desigualdade existente nas sociedades modernas?

De acordo com Collins (1977), estamos vivendo em uma sociedade "super-educada", onde credenciais desnecessárias determinam o acesso a empregos desejáveis (Hurn, 1993; 62). Além disto, Collins (1977) argumenta que empregados mais "educados" não são, geralmente, os mais produtivos, e, em alguns casos, chegam a ser menos produtivos. Para o autor, são poucas as evidências sobre a associação entre melhor educação e maior produtividade. Uma das explicações para isto é de que escolas são instituições extremamente ineficientes para o ensino de habilidades cognitivas e que escolas têm ensinado mais padrões de convivência, de sociabilidade e de propriedade (Hurn, 1993: 63).

A partir do estudo de Haller e Saraiva (1992) sobre o Brasil, pode-se inferir que a classe dominante tende a monopolizar as oportunidades educacionais e, conseqüentemente, as oportunidades ocupacionais também. Para Bowles e Gintis (1976), a expansão educacional serve para excluir indivíduos pertencentes às classes sociais inferiores de posições ocupacionais altamente desejadas. Isto ocorre porque é a classe dominante quem dita o que se ensina na escola, de acordo com seus interesses (Hurn, 1993; Collins, 1977; e Bowles e Gintis, 1976). Para os estudantes de classe baixa, as escolas ensinam a docilidade, a submissão, os pensamentos de aceitação ao *status quo* apresentado pela sociedade e o sentimento de conformidade. Escolas reproduzem características de personalidades e valores necessários em uma sociedade capitalista repressiva (Bowles e Gintis 1976). Já para os alunos oriundos de classes média-alta e alta, escolas e universidades preparam os estudantes para assumirem posições de elite, encorajando-os a desenvolverem capacidades para sustentar um trabalho independente, fazer escolhas inteligentes entre muitas alternativas (Hurn, 1993: 59, Collins 1977).

Além dessas críticas, há outras propostas pelas teorias do capital cultural (Bourdieu e Passeron 1975; Bourdieu 1998a/b e Helal 2005) e as teorias do capital social (Granovetter, 1985; Coleman, 1988; Portes e Bach, 1985; Bourdieu, 1998a; Lin,

2006). O pensamento central dessas duas teorias é de que origem social, educação e ocupação dos pais, raça ou cor, religião, etnia, redes sociais e outras variáveis de significância social são importantes fatores, tanto quanto ou mais do que educação e experiência, para os indivíduos alcançarem prestígio na sociedade moderna e melhores benefícios na escola e no mercado de trabalho.

Apesar das críticas à teoria do capital humano, os seus elementos fundamentais - educação e experiência - continuam sendo usados para explicar o rendimento pessoal e o fato dos indivíduos renunciarem à renda corrente com a expectativa de ganhos maiores no futuro. Em outras palavras, as variáveis referentes ao capital humano permanecem como importantes na explicação desses aspectos.

2.6 - A Teoria do Capital Social

Atualmente, a teoria do Capital Social está em alta, ou melhor, está na moda como referencial analítico de explicação do processo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho[6] e, principalmente, do sucesso e do fracasso dos mesmos. Essa teoria tomou fôlego a partir da década de 1980 e foi adotada tanto por sociólogos e cientistas políticos quanto por economistas, tornando-se hegemônica nesse início de século (Fraga e Lemos, 2006).

O primeiro estudioso a refletir sobre este conceito, de forma mais detalhada, foi Bourdieu (1998a), seguido por Coleman (1988)[7], Putnam (1993 e1995), Lin (2006), entre outros[8]. Os estudos de Bourdieu (1998a) partiram de uma visão focada no pertencimento de classe dos indivíduos para definir o conceito de capital social. Dessa forma, os indivíduos têm acesso e usam recursos embutidos nas relações sociais em que

[6] Portes (200: 133) chama a atenção para a disseminação indiscriminada do termo e conceito "capital social", evoluindo como uma panacéia para todos os fenômenos que afetam à sociedade. "Tal como outros conceitos sociológicos que percorreram um caminho semelhante, o sentido original do termo e seu valor heurístico têm vindo a ser severamente postos à prova por estas aplicações cada vez mais diversificadas."

[7] Coleman (1988) cita Granovetter e Lin como contribuidores de suas idéias.

[8] Portes (2000) ressalta que a significância dada ao envolvimento e a participação em grupos como ponto positivo para o indivíduo e para a comunidade remonta aos clássicos da sociologia: Durkheim e Marx. Durkheim afirmando que a vida em grupo é um antídoto para a anomia e a autodestruição e Marx argumentando que a "classe para si" é mobilizada e eficaz para ajudar os indivíduos. Porém, esses clássicos não viam esta participação e envolvimento como capital ou como investimento em capital.

eles estão inseridos para alcançarem benefícios pessoais. Para Bourdieu (1998a), o acesso e o uso são fundamentados em relações de confiança e de reciprocidade que asseguram a obtenção e preservação de ganhos, além da manutenção da cultura dominante. Nessa perspectiva, Bourdieu (1998a: 67) define capital social como o "conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento".

Para Coleman (1990), capital social é um bem tanto individual quanto coletivo. Isto é, indivíduos usufruem dos recursos disponíveis nas redes sociais para obter vantagens pessoais, mas os grupos de pessoas, os movimentos de pessoas, também, utilizam das redes de conexões para alcançar benefícios coletivos[9]. Em seus estudos no contexto educacional, ele definiu capital social como "o conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária, que é útil para desenvolvimento social ou cognitivo de uma criança ou de uma pessoa jovem". Além disto, segundo o autor, capital social é uma variedade de entidades diferentes, com duas características: "elas são todas consistentes com alguns aspectos das estruturas sociais e elas facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura" (Coleman, 1988:98). Para Coleman (1988), o capital social é fruto, muitas vezes, de ações não intencionais, o que explica, em parte, pouco ou nenhum investimento direto em seu desenvolvimento.

Apesar de Bourdieu ter sido o primeiro a expor a idéia de capital social, ele não deu muita importância a este conceito (Fraga e Lemos, 2006). Para ele, capital social seria apenas uma dimensão do capital cultural. Como exemplo de outros tipos de capital, para Bourdieu (1998a), capital social seria uma propriedade da elite, que procura, através de suas redes sociais, manter sua posição privilegiada na sociedade e perpetuar as desigualdades sociais. Nesse sentido, os indivíduos pertencentes às classes menos privilegiadas não podem se beneficiar das redes que eles não pertencem.

[9] Conferir seu estudo sobre os estudantes Sul-Coreanos como grupos clandestinos nos EUA (Coleman, 1990)

Contrário a essa posição, Coleman (1988)[10] afirma que o capital social não é um bem privado apenas das elites, mas um bem público que pertence a todas as classes sociais, ou seja um bem disponível tanto para a elite quanto para os grupos desprivilegiados dentro da estrutura hierárquica do sistema de estratificação social. Ele tem uma visão otimista do capital social, ao acreditar que este pode trazer ganhos consideráveis aos grupos marginalizados da sociedade e pode, sobretudo, fazer com que os indivíduos cooperem uns com os outros.

A partir deste pressuposto, Coleman (1990) contrapõe-se às idéias expostas pela Teoria da Escolha Racional, que tanto o influenciou. Para essa teoria, os comportamentos dos indivíduos são resultados da busca da satisfação de seus interesses. Nesse caso, os indivíduos são racionais, egoístas e não cooperam uns com os outros. Coleman (1990) vai contra esta proposição, ao afirmar que os indivíduos escolhem cooperar uns com os outros porque eles têm interesses em eventos que estão totalmente ou parcialmente sob o controle de outros atores.

Putnam (1996), em busca da expansão da análise do tema, focou na coletividade (nível macro), no engajamento cívico (numa visão política), para definir capital social. Segundo ele, capital social refere-se a fatores da organização social – redes, normas e confiança – que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. A análise do autor, até por ser um cientista político, focou no estudo do desempenho institucional, destacando a importância dos fatores como a comunidade cívica, o civismo e a política para o alcance do bem comum. A fundamentação destas idéias partiu de um estudo de Putnam (1993) sobre a compreensão do porque das diferenças regionais na Itália. Neste estudo, o autor argumenta que as regiões do centro-norte da Itália tinham melhor desempenho institucional (governamental), devido ao mútuo inter-relacionamento entre sociedade e governo. A partir disso, Putnam (1993) afirma que as comunidades do Centro-Norte da Itália não se tornaram cívicas porque tinham mais recursos, isto é, eram mais ricas, mas sim, ao contrário, tornaram-se ricas porque eram cívicas. "O capital social embutido nas normas e redes dos engajamentos cívicos

[10] Vale destacar que Bourdieu foca no capital social possuído pelo indivíduo, apesar de dizer que o capital social, também, pode ser possuído coletivamente. Já Coleman enfatiza no uso dos recursos econômico e humano potencializado pelas relações sociais (capital social). É interessante observar que Bourdieu elaborou um conceito de capital social mais centrado no indivíduo e Coleman, ao contrário, focou no coletivo. Isto é interessante porque não segue às linhas de pensamentos adotadas pelos dois autores (estruturalista e individualista, respectivamente). Para uma melhor compreensão desta controvérsia, verificar Aquino (2000)

parecem ser precondições para o desenvolvimento econômico, assim como para um governo efetivo"[11] (Putnam, 1993: 2).

O autor verificou que, em regiões como Emilia e Toscana, há muitas organizações comunitárias ativas, onde os cidadãos engajam-se, voluntariamente, no debate e na solução de questões públicas. Eles confiam uns nos outros. Além disto, eles confiam em seus líderes porque são honestos e buscam a eqüidade. A partir disto, há um aumento à obediência as leis. Nessas comunidades, as redes sociais e políticas são organizadas horizontalmente, valorizando a solidariedade, a participação cívica e a integridade. A partir disso, Putnam (1993) afirma que, naquelas regiões, a democracia funciona, devido ao capital social criado e mantido pela comunidade cívica.

Em síntese, Putnam (1995 e 1993) afirma que normas e engajamento cívicos (capital social) podem melhorar o nível educacional, reduzir a pobreza, controlar a criminalidade, propiciar o desenvolvimento econômico, melhorar o funcionamento das instituições governamentais. Isto porque as normas e engajamentos cívicos desenvolvem-se a partir do associativismo em uma estrutura horizontal (e não hierárquica), da participação dos cidadãos em associações de grupos de iguais, isto é, associações de moradores, confrarias, corais, clubes esportivos e outros. Nesses espaços, os indivíduos criam suas identidades e mantêm um sentimento de cumplicidade e de confiança entre eles e nas regras que eles próprios criam.

Putnam (1993) ressalta que o capital social facilita a cooperação espontânea e, ao contrário dos capitais convencionais, o seu uso continuado o faz multiplicar-se, enquanto o seu desuso o conduz, impreterivelmente, ao desaparecimento. Além disto, ele é um bem público (como afirmou Coleman, 1990), diferente das outras formas de capital.

Além de Bourdieu (1998a), de Coleman (1988 e 1990) e de Putnam (1993 e 1996), vários outros estudiosos (Granovetter, 1985; Portes e Bach, 1985; Portes, 2000; Lin, 2006) contribuíram com o debate sobre o tema. Confirmando as idéias acima expostas, esses estudiosos afirmam que o capital social pressupõe que redes de relacionamentos (*networks),* produzidas e mantidas pelos indivíduos ou grupos de

[11] The social capital embodied in norms and networks of civic engagement seems to be a precondition for economic development, as well as for effective government.

indivíduos, são importantes elementos que afetam a mobilidade social dos indivíduos, ajudando em uma distribuição mais igualitária dos bens. Isto porque os indivíduos "de posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento mútuo a utilizam, de modo a produzir benefícios, inclusive de ordem econômica (Lin, 2006; Helal 2005: 17). Assim, capital social refere-se à capacidade dos indivíduos ou grupos de indivíduos controlarem recursos escassos, em virtude de relações sociais em redes sociais ou estruturas sociais.

Para Lin (2006: 38), as redes sociais fundamentam-se em uma estrutura social não tão formal para delinear posições e regras para os seus participantes. Um acordo mútuo, alcançado através da persuasão, mais do que pela autoridade ou pela coerção, dita a participação e a interação entre indivíduos e define as posições dos participantes na estrutura social. Para o autor, capital social contém mais do que os meros recursos pessoais dos participantes da rede. Isto porque esses participantes trazem os recursos pessoais e posicionais de outros (como, por exemplo, de seus esposos, amigos, parentes, entre outros) que são acessados e\ou mobilizados em ações propostas. Sendo assim, capital social consiste de recursos embutidos nas redes ou nas associações do indivíduo. Estes recursos são emprestados e, por isso, temporários no sentido de que o indivíduo não o possui (como o capital humano). Uma implicação do uso do capital social é assumir a obrigação da reciprocidade ou da compensação (Lin, 2006: 56).

Segundo Nam Lin (2006) há dois tipos de interações, *heterophilous e homophilous,* que formam as redes sociais. As interações *homophilous* referem-se às relações entre atores que têm recursos similares, isto é, riqueza, reputação, poder e estilo de vida semelhantes. Já as interações *heterophilous*, ao contrário, caracterizam-se por relações entre atores com diferentes recursos. Segundo o autor, as interações *homophilous* têm prevalência e, por isto, há mais pesquisas e estudos sobre esta, em detrimento das *heterophilous.* Segundo o autor, a tendência é de atores, com recursos similares, relacionarem uns com os outros. Para que haja a interação com outros atores de recursos diferentes, há a necessidade de grandes esforços para a produção de uma interação extraordinária. Isto porque, para aquelas pessoas que ocupam posições de elite, as interações *heterophilous* não oferecem maiores retornos do que as interações *homophilous* (Lin, 2006) e, por isto, tornam-se desinteressantes, sendo que o contrário acontece para as pessoas que ocupam posições na base da pirâmide. Estas interações fundamentam as ações que têm como propósito manter os recursos valorizados na

sociedade (interações *homophilous*) ou ganhar adicionais ou novos recursos (interações *heterophilous*).

É nesse sentido que Lin (2006) chama a atenção para o efeito estrutural muitas vezes ignorado ou subestimado nos estudos sobre capital social[12]. Isto porque, de acordo com o autor, os atores são constrangidos pela posição particular deles na estrutura hierárquica e nas redes sociais.

Em trabalho recente, Piore e Safford (2006) colocam em discussão a idéia de uma possível alteração na estrutura do mercado de trabalho. Esta mudança está fundamentada no crescente aumento do uso de redes sociais pelos trabalhadores no setor secundário para alcançarem o setor primário. Os autores ressaltam que essas redes sociais baseiam-se nos critérios que foram originalmente o lócus da segmentação do mercado: raça, sexo, etnicidade, idade, orientação sexual e incapacidade.

Eles destacam, ainda, que políticas públicas responsáveis por estabelecer regras do mercado de trabalho formal interno dentro do setor secundário falharam, criando efeito contrário ao esperado. Isto é, mais do que expandir as regras formalizadas do setor primário para o setor secundário, o setor primário parece mover-se para uma base-identitária-informal fundamentada em redes sociais (Piore e Safford, 2006: 2).

Outra contribuição para o debate sobre capital social são as idéias de Granovetter (1973 e 1985). Para esse autor, as relações pessoais e as redes de relações – o que ele chama de "*embeddedness*"- geram confiança, estabelecem esperanças, criam e reforçam normas. Granovetter (1973) ressalta a importância dos laços fracos[13], os quais se referem ao poder de influência indireta dos relacionamentos fora do círculo imediato, isto é, o círculo da família e dos amigos mais próximos. A idéia parte do princípio de que indivíduos participantes de clubes, de um grupo ou associação (laços fracos) podem

[12] Bourdieu, pelo contrário, não desconsiderou o efeito estrutural, mas deu mais poder a este do que ele tem.

[13] Lin (2006: 60) denomina estas de interações *heterophilous*, já definidas acima. Para Lin, ao contrário de Granovetter, é a força dos laços fortes que é importante em um mercado de trabalho (ver. Portes, 2000: 144). Vale lembrar aqui que Guimarães (2008), em seu estudo sobre os efeitos dos laços fortes e dos laços fracos sobre a saída do desemprego, verificou que as pessoas procuram mais os mecanismos institucionais do mercado (como, por exemplo, agência de emprego, jornal, internet) na procura de trabalho, mas são as redes pessoais e, principalmente, os laços fortes que as permitem alcançar o trabalho, embora a qualidade do mesmo não seja o desejável. Esse fator é altamente significante para os mais jovens, onde a família e os amigos próximos são os principais meios de obterem trabalho. Já para os adultos, que já têm experiência no mercado de trabalho, são os grupos de antigos colegas de trabalho (os laços fracos) que os ajudam a sair do desemprego.

estar conectados com uma maior gama de informação e de conhecimento relativo à educação e ao emprego. Apesar dos amigos mais próximos de um indivíduo serem mais motivados a ajudá-lo, os laços fracos estão estruturalmente localizados de tal modo a serem mais úteis no processo de busca por emprego (Granovetter, 1973). Para Granovetter (1985), as transações econômicas, como, por exemplo, contratação ou busca de trabalho, são mais eficientes quando elas estão embutidas nas redes sociais. Para Granovetter (1973), as teias fracas, que são freqüentemente vistas como produtoras de alienação (Wirth 1938 *apud* Granovetter 1973:1378), são indispensáveis para o indivíduo alcançar suas oportunidades e integrar em suas comunidades.

Portes e Bach (1985) chamam a atenção para a idéia de que redes sociais diferem em várias dimensões que têm conseqüências para o comportamento econômico. Desta forma, tamanho e densidade são fatores importantes a serem considerados na análise das redes sociais. Tamanho refere-se ao número de participantes nas redes e densidade ao número de teias entre eles. Redes de tamanho grande dificultam a inter-relação entre os membros e, normalmente, têm baixa densidade. Complementar a esta idéia, Flap (1988, 1991 apud Lin, 2006:21) especifica três elementos do capital social: 1) número de pessoas dentro da rede social que estão preparadas para ajudar; 2) a força das relações indicando disponibilidade para ajudar; e 3) os recursos destas pessoas. Além disto, para Lin (2006: 25), existem dois componentes importantes a serem considerados: a) capital social representa recursos embutidos nas relações sociais mais do que relações individuais; b) o acesso e o uso de tais recursos residem com os atores. Quanto ao primeiro componente, assim como as outras formas de capitais, capital social pode ser visto como investimento pelo indivíduo em relações interpessoais úteis para o mercado. Quanto ao segundo componente, entende-se que apenas quando os indivíduos têm consciência de que o capital social existe e de quais recursos eles podem ter acesso ou possuir é que os indivíduos podem capitalizar tais teias e recursos.

Segundo Lin (2006), essa forma de capital funciona (isto é, indivíduos engajados em interações e redes produzem bens) porque: o fluxo de informação é facilitado; as teias sociais exercem influência sobre os responsáveis pelas decisões envolvendo o ator; as redes podem ser concebidas pela organização como as credenciais sociais do indivíduo, uma vez que eles refletem a acessibilidade do indivíduo a recursos; reforça a identidade e o reconhecimento. É nesse contexto que Portes (2000:141) apresenta os três tipos de funções do capital social: a) como fonte de

controle social; b) como fonte de apoio familiar; e c) como fonte de benefícios através das redes extra-familiares.

Alguns autores (Granovetter, 1973; Putnam, 1993; Portes 2000) ressaltam que capital social pode ter efeitos negativos para os indivíduos e para as comunidades. Putnam (1993: 11) e Portes (2000) chamam a atenção para a questão das desigualdades sociais serem embutidas em capital social. Ou seja, normas e redes que servem a alguns grupos podem obstruir outros, particularmente se as normas são discriminatórias ou se as redes são socialmente segregadas (exclusão dos não membros). Granovetter (1973) argumenta que teias fortes (capital social mantido por grupos primários) podem levar à fragmentação, dificultando o alcance de oportunidades pelos membros. Segundo Portes (2000), outro ponto negativo do capital social, contrário ao primeiro, está no fechamento do grupo que pode impedir o êxito de iniciativas empresariais dos seus membros. Além disto, segundo Portes (2000) e Putnam (1993), o capital social pode, em alguns casos, prejudicar as liberdades individuais, uma vez que o nível de controle social é forte e altamente restritivo dentro das redes sociais. Por fim, Portes (2000: 148) mostra o efeito do capital social sobre um nivelamento descendente, isto é "de modo a manter os membros de um grupo oprimido em seus lugares e forçam os mais ambiciosos a fugirem da alçada do grupo".

Vale ressaltar que os pontos negativos, apresentados acima, não retiram a importância do capital social. Como exposto por Putnam (1993), tanto liberais quanto conservadores reconhecem e concordam com a relevância deste conceito.

2.7 - Teoria do capital cultural:

Menos discutido pelos estudiosos do mercado de trabalho[14], mas não menos importante que as teorias do capital humano e do capital social, a teoria do capital cultural também busca compreender e explicar os determinantes das desigualdades sociais e da estratificação social existentes nas sociedades, em geral.

Bourdieu (1998b; Bourdieu e Passeron, 1975) é considerado o principal pensador e fomentador da teoria do capital cultural. Para o autor, capital cultural refere-se às diversas formas de conhecimento (saberes, competências, códigos e outras

[14] Esta teoria é bastante discutida em estudos de educação.

aquisições) cultural desigualmente distribuído que asseguram as distinções de benefícios (ganhos econômico ou social) dentro da sociedade. Ele acrescenta a idéia afirmando que nos domínios da cultura, isto é, do teatro, da música, da pintura, do jazz e do cinema, os conhecimentos dos indivíduos são tão mais ricos quanto mais elevadas são suas origens sociais (Bourdieu, 1998b e 1998c).

Com o intuito de melhor explicar o conceito de capital cultural, Bourdieu (1998b) afirma que ele se apresenta em três estados distintos: os estados incorporado, objetivado e institucionalizado. O incorporado fundamenta-se no pressuposto de que o indivíduo deve gastar tempo e investir pessoalmente na acumulação deste capital através da inculcação e assimilação da cultura dominante. Assim, "(...) o capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da 'pessoa', um *habitus*" (Bourdieu, 1998b: 74-75). Este tipo de capital não é transmissível instantaneamente. O objetivado apresenta-se como suporte material, tal como livro, obras escritas, pinturas etc, e são transmissíveis em sua materialidade. O institucionalizado fundamenta-se na forma de um tipo de "certificado de competência cultural", como, por exemplo, um diploma escolar.

> A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o 'sucesso' escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. (Bourdieu, 1998b: 73)

Focados nessa hipótese, os estudos de Bourdieu e Passeron (1975) apresentaram a idéia de que há uma classe dominante na sociedade, que impõe sua cultura (sistema de símbolos e significados[15]) às outras classes. Esta imposição ocorre porque as outras classes engajam no sistema educacional (ação pedagógica), que é produzido e reproduzido pela cultura dominante. Este princípio retira do sistema escolar a característica de um meio de alcance da mobilidade social, segundo a ideologia da "escola libertadora". Ao contrário, Bourdieu e Passeron (1975) apresentam o caráter conservador do sistema educacional, ao afirmarem que este é um instrumento eficaz para legitimar as desigualdades sociais.

[15] A imposição destes símbolos e significados é o que Bourdieu e Passeron (1975) identificaram como violência simbólica.

A partir da teoria do capital cultural, Bourdieu (e Passeron, 1975; 1998b; 1998c) apresenta um debate que contradiz as expectativas da teoria do capital humano, principalmente quanto à idéia de uma sociedade meritocrática. A teoria do capital cultural[16] (Bourdieu e Passeron 1975, Bourdieu, 1998b) é cética quanto à hipótese de que a expansão e melhoramento na educação levariam a uma maior equalização de oportunidades. Segundo os proponentes desta teoria, capital cultural (definido muitas vezes como estilo lingüístico, preferências estéticas, estilo de vida, nível educacional dos pais, etc) é fundamental para o rendimento escolar do indivíduo, uma vez que, ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família. Assim, jovens que têm baixo nível de capital cultural, isto é, que não têm domínio sobre valores sociais dominantes, hábitos requintados, preparo com línguas (transmitidos pelos pais) têm menores probabilidades de se saírem bem na escola e no mercado de trabalho. Isto porque, segundo Helal (2005), estes jovens estão menos preparados para decodificarem as "regras do jogo" implícitas e menos preparados para adaptarem e desenvolverem habilidades culturais e preferências recompensadas nas escolas e no mercado de trabalho.

> para instaurar imediatamente uma situação de mobilidade perfeita e assegurar a independência absoluta entre a posição do pai e a posição do filho, interditando-se a transmissão do capital cultural, é necessário e suficiente – como se sabe – afastar, desde o nascimento, as crianças de seus pais. Esse é o mito da mobilidade perfeita que os estatísticos invocam implicitamente, quando constroem índices de mobilidade social referindo a situação empiricamente observada a uma situação de independência completa entre posição social dos herdeiros e dos genitores. (Bourdieu, 1998c:64)

Dessa forma, "mesmo que houvesse a universalização do ensino, indivíduos pertencentes a famílias detentoras de maior capital cultural seriam beneficiados" (Helal 2005: 12). Assim, infere-se que *background* familiar (particularmente o nível educacional dos pais), além de outras variáveis de significação social, como raça e gênero, são elementos importantes de explicação do processo educacional (como

[16] A conceitualização de capital cultural parte de dois pontos de vista: aquele que define o termo a partir de dados referentes à participação em atividades consideradas de alto *status* cultural, como por exemplo, visitas a museus, a teatros e cinemas e participação em eventos musicais não populares; e aquele que operacionaliza o conceito através de informações ligadas ao *background* familiar (nível educacional e ocupacional dos pais e a renda familiar) (Helal, 2005).

entrada, permanência e sucesso na escola) e de alocação de *status* na estrutura ocupacional.

De forma mais contundente, Bourdieu (1998b) critica os economistas (em específico os teóricos do capital humano) ao se referir às falhas de cálculo feitas por eles, isto é:

> Os economistas têm o mérito aparente de colocar explicitamente a questão da relação entre as taxas de lucro asseguradas pelo investimento educativo e pelo investimento econômico (e de sua evolução). Entretanto, além de sua medida do rendimento do investimento escolar só levar em conta os investimentos e benefícios monetários ou diretamente conversíveis em dinheiro, como as despesas decorrentes dos estudos e o equivalente em dinheiro do tempo dedicado ao estudo, eles também não podem dar conta da parte relativa que os diferentes agentes ou as diferentes classes concedem ao investimento econômico e ao investimento cultural por não considerarem, sistematicamente, a estrutura das chances diferenciais de lucro que lhes são destinadas, pelos diferentes mercados, em função do volume e da estrutura de seu patrimônio. (Bourdieu, 1998a: 73)

Bourdieu (1998c) expõe que, considerando as oportunidades de acesso ao ensino superior, a seleção direta ou indireta pesa, ao longo da vida escolar, de forma desigual sobre os sujeitos de classes sociais diferentes. Segundo o autor, "um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média" (Bourdieu, 1998c: 41).

Em síntese, o autor argumenta que a educação deve ser estudada como uma condição relacionada com o nível educacional e *status* dos pais, devendo ser questionada enquanto efeito causal (como proposto pelo capital humano), uma vez que ela pode ser causa ou efeito. Nesse sentido, o modelo apresentado por Bourdieu (1998b) propõe a existência de outras variáveis causais do sucesso ou do fracasso escolar (e, conseqüentemente, do sucesso ou do fracasso do indivíduo no mercado de trabalho), que antecedem e determinam o processo educacional. Por fim, Bourdieu (1998b; 1998c e Bourdieu e Passeron, 1975) destaca que a definição de capital humano desconsidera, completamente, que os rendimentos escolares da ação pedagógica dependem do capital cultural previamente investido pela família e que os benefícios

econômico e social do certificado escolar dependem do capital social que pode ser colocado a serviço dos indivíduos.

2.8 - O apoio de pesquisas brasileiras:

No Brasil, há pesquisas sobre os imigrantes no mercado de trabalho que ajudam a reforçar as idéias acima listadas. Estudos que abordaram, direta ou indiretamente, a inserção dos migrantes internos brasileiros no mercado de trabalho (Lopes 1964; Singer, 1973) suscitam a argumentação de uma pior inserção dos imigrantes nordestinos, comparados aos imigrantes paulistas, no mercado de trabalho paulistano, já que os primeiros migram mais jovens, sem a intenção de permanência no local de destino e, muitas vezes, migram sós, ou com apenas um parente ou conhecido (sem muito apoio de redes), diferentemente dos segundos que migraram com a família e com a intenção de fixar residência em São Paulo. Vilela (2005), em um estudo comparativo entre imigrantes internacionais e brasileiros nativos, identificou que ser migrante tem efeito positivo sobre o rendimento dos indivíduos no mercado de trabalho brasileiro.

Em outro estudo, Silva (2008) observou que a reestruturação produtiva dos anos 90 teve efeito sobre as trajetórias ocupacionais dos nordestinos na RMSP. Além disto, ele afirma que o pertencimento a determinado grupo social, como, por exemplo, mulheres, negros, jovens ou/e migrantes é fator decisivo no desempenho dos indivíduos no mercado de trabalho. Silva (2008) expôs que, no mercado, o empregador não avalia apenas o capital humano do sujeito ofertante de trabalho, mas também suas relações sociais, suas características culturais e de significado social (como, por exemplo, sexo, cor, ser migrante) para admitirem o indivíduo para a vaga.

Quanto à análise de redes, pesquisas nacionais (Gomes, 2006; Cunha, 2003; Vilela, 2002; Durham, 1973) identificaram a importância das redes tanto para a decisão de migrar quanto para a permanência e sucesso dos imigrantes no mercado de trabalho. Segundo Durham (1973) o migrante que alcança ascensão social é um canal de mobilidade para todo o grupo de origem.

Vale lembrar que esses e outros estudos chamam a atenção para o fato de que são muitas variáveis condicionantes que não podem deixar de ser consideradas na análise sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, como, por exemplo,

idade, sexo, posição no domicílio, estado civil, situação de residência na origem (rural ou urbana) e tempo de residência no local de destino. Pesquisas evidenciaram que, historicamente, foram os homens, jovens e solteiros que migravam mais, tornando-se, muitas vezes, os pioneiros de uma jornada familiar[17.] Por serem, ainda, muito jovens, os imigrantes possuem pouca ou nenhuma educação formal e experiência profissional, acarretando em uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e, quando inseridos, ingressam em ocupações na base da hierarquia ocupacional[18]. Após algum tempo, há uma tendência dos imigrantes, principalmente, homens, ascenderem profissionalmente[19]. Ou seja, quanto maior o tempo de residência no local de destino, maior a probabilidade de mobilidade ocupacional, aumento de renda e, também, acréscimo do capital humano (educação e experiência profissional) dos imigrantes (Martine e Peliano, 1978[20]). Vale ressaltar aqui as diferenças entre homens e mulheres. Essas, muitas vezes, depois de algum tempo na sociedade hospedeira, acabam na inatividade e não alcançam uma ascensão ocupacional, dado o seu papel de mãe e mulher.

Para Castro (1980 apud Silva, 2008), se o imigrante tem menos de dois anos de residência no destino e se veio da área rural, provavelmente terá baixa qualificação profissional e desconhecimento quanto aos mecanismos prevalecentes no mercado de trabalho na metrópole, tendo maiores dificuldades de inserção e permanência na ocupação obtida na grande metrópole.

Martine e Peliano (1978) destacam que a mobilidade ocupacional ascendente é mais reflexo da habilidade e da capacidade do migrante em estender a sua sobrevivência na grande metrópole e menos da adaptação de todo e qualquer migrante na sociedade de destino. Isto é, imigrantes menos aptos e menos capazes acabam evadindo (re-emigrando para outros destinos ou retornando às suas terras natais), dado o processo seletivo do mercado de trabalho, permanecendo apenas os mais habilitados e

---

[17] Chamo atenção para o fato de pesquisas atuais terem mostrado uma tendência de feminização da migração (Giddens, 2004).

[18] Os empregos tidos como "porta de entrada" para os migrantes recentes são a construção civil, no caso dos homens, e o serviço doméstico, no caso das mulheres (Durham, 1973).

[19] Durham (1973) chama a atenção para a ampliação das redes sociais dos imigrantes para além da rede familiar (os laços fracos, como exposto por Granovetter) que passam a ser fontes de informações para escolha na procura de ocupação, possibilitando essa ascensão.

[20] Martine e Peliano (1978), além das características dos migrantes, destacam o papel da estrutura produtiva do local de destino como determinante da alocação dos migrantes no mercado de trabalho. Eles identificaram padrões distintos de inserção de migrantes no mercado de trabalho em 9 Regiões Metropolitanas brasileiras.

qualificados, acarretando em mobilidade social desses indivíduos que sobrevivem no destino.

2.9 - Reflexões finais.

A partir dessas reflexões sobre as diversas abordagens e teorias sobre o processo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e seus sucessos e fracassos nessa empreitada, verificamos que são múltiplos os fatores explicativos desses fenômenos. Isto é, observamos que, em uma análise sobre as diferenças de posições dos indivíduos no mercado de trabalho e de seus rendimentos, não apenas uma ou outra teoria, citadas acima, é relevante, mas todas, uma vez que elas não são contraditórias, mas sim complementares.

Após a exposição da literatura, consideramos que as idéias principais que devem permanecer como norteadoras dessa pesquisa e de pesquisas futuras são: a) imigrantes diferenciam-se dos não-migrantes quanto à inserção no mercado de trabalho. Essa é uma posição hegemônica entre as teorias; b) há várias locações na estrutura estratificada do mercado a serem consideradas como possíveis de maior concentração dos imigrantes; c) alguns grupos de imigrantes podem estar em vantagens e outros em desvantagens econômicas e sociais quando se analisa a origem e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho; d) as redes sociais são importantes para a compreensão da alocação e mobilidade ocupacional dos imigrantes e e) por fim, os contextos econômico e político dos locais de destinos dos imigrantes têm efeito sobre a trajetória dos mesmos no mercado de trabalho.

Em suma, chamamos a atenção para o fato de que, fundamentados nesse debate, acreditamos que os resultados desse estudo serão diferenciados não só entre migrantes e não-migrantes, mas entre os próprios imigrantes. Isto porque partimos do pressuposto de que, no mercado de trabalho, não apenas o mecanismo de mercado, isto é, a oferta e a procura, e o capital humano determinam a alocação e manutenção dos indivíduos no sistema produtivo, mas, também, as relações sociais e culturais produzidas e mantidas na sociedade hospedeira.

Além disto, assim como gênero e raça, pressupomos que origem seria um fator determinante de alocação na hierarquia do mercado de trabalho, uma vez que esse estabelece uma estrutura heterogênea, alocando os indivíduos não apenas pelo seu capital humano, mas, também, por suas relações sociais e seu significado social.

Apesar dos diversos esforços despendidos no estudo dessas questões, são raras as pesquisas (Sala, 2005; Patarra e Baenenger, 2006[21]) sobre a inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro[22]. É no sentido de atenuar essa falha na literatura brasileira, que esse estudo propõe estudar a inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho do Brasil. Dessa forma, algumas questões e hipóteses são apresentadas nessa pesquisa.

As principais questões de análise desse estudo são: a) os imigrantes internacionais estão em ocupações de mais baixas qualificações, de maiores instabilidades e de mais baixas remunerações, comparado aos nativos? b) Isto é, estão os imigrantes internacionais em piores situações ocupacionais e de rendimento do que os brasileiros? c) quais as variáveis (referentes aos capitais humano, cultural e social) têm maiores pesos em explicarem a posição ocupacional dos imigrantes internacionais e os seus rendimentos no mercado de trabalho?

Para responder a essas questões, propõe-se testar as seguintes hipóteses:

1) Fundamentado na teoria do mercado segmentado, sugerimos que os imigrantes internacionais, comparados aos nativos brasileiros, encontram-se em posições ocupacionais inferiores e têm mais baixos rendimentos mensais.
2) Baseado nas teorias do enclave étnico e do *middleman*, testamos a hipótese de que os imigrantes internacionais, comparados aos nativos brasileiros, encontram-se em posições ocupacionais similares ou melhores e têm salários compatíveis ou melhores do que aqueles da base da hierarquia piramidal do mercado de trabalho brasileiro.

3) As variáveis de capital humano são importantes para explicarem as posições e os rendimentos dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho no Brasil,

[21] Apesar de não ser o foco do trabalho, Patarra e Baeninger (2006) fazem menção às ocupações dos imigrantes internacionais no Brasil.
[22] Os estudos sobre a inserção dos imigrantes internos (interestaduais, intra-estaduais, inter-regionais e intra-regionais) no mercado de trabalho brasileiro são muitos. Esse quadro intensificou-se, principalmente, na década de 70, quando os imigrantes expandiram os fluxos e diversificaram as origens. Já os imigrantes internacionais foram deixados para segundo plano, principalmente, a partir da década de 60, devido à redução de entradas dos mesmos no país que já vinha desde a década de 30.

em outras palavras, quanto maiores os níveis educacionais e os anos de experiência dos indivíduos no mercado de trabalho, melhores serão suas posições ocupacionais e maiores os seus rendimentos.

4) As variáveis, *proxies* de capital cultural e capital social, afetam positivamente as posições e os rendimentos dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro.

A partir dessas questões e hipóteses, propõem-se algumas técnicas estatísticas de análise, que são apresentadas a seguir.

3 - Considerações metodológicas

3.1 - Introdução

O objetivo central desse capítulo é demonstrar como se pretende testar as hipóteses, acima citadas, com o intuito de responder as questões de pesquisa propostas. Para isto, esse capítulo divide-se em três partes principais: a) a apresentação da delimitação do objeto de estudo; b) as variáveis inseridas nos modelos estatísticos; e c) os modelos de análise.

3.2 - Delimitação do objeto de estudo

Os objetos centrais desse estudo são os imigrantes[23] internacionais residentes no Brasil, isto é, aqueles indivíduos que afirmaram ter nascido em outros países que não o Brasil (país de residência desses imigrantes em 2000), no ano de 2000, data do censo demográfico, nossa fonte de dados.

Lembramos aqui que os dados censitários sobre imigração internacional são censurados e, por isto, subestimados, uma vez que há um grande número de imigrantes vivendo no Brasil, de forma clandestina e que, por isto, não são computados pelo censo demográfico oficial. As cifras sobre esses imigrantes ilegais são desconhecidas. Sabe-se que, no caso dos latino-americanos no Brasil, os números dos dados censitários encontram-se bem abaixo das estimativas e levantamentos extra-oficiais (Ântico, 1998). O caso dos bolivianos é o mais expressivo. Bassegio (2004) apresenta os dados da Pastoral dos Migrantes que calcula um total de 200 mil bolivianos morando em São Paulo. Já o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (TEM) apresenta um total de 10 e 30 mil bolivianos não documentados na cidade de São Paulo. Dessa forma, podemos dizer que o uso dessa base de dados limita nossas interpretações, entretanto,

[23] A definição de imigrante usada nesse estudo (tanto para interno quanto para internacional) é aquela de Sayad (1998: 54 e 55), isto é, "um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase pleonasmo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamada a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na migração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento." Nesse caso, não importa o tempo de residência do indivíduo no território de destino, o imigrante será sempre um imigrante. Infere-se que essa definição contrapõe à visão de uma assimilação e de uma aculturação do imigrante e concorda com a teoria da etnicidade em que estabelece que o imigrante se adapta às novas regras da sociedade hospedeira, mas não entra em uma aculturação (i.e, em uma perda da identidade cultural do país de origem em prol da cultura da sociedade de destino) (Cf. em Vilela, 2002).

não impossibilita-nos de testar hipóteses e nem reduz a importância dos encontros e dos pertinentes resultados desse estudo, no que se refere aos imigrantes internacionais legais no país.

Além disto, alguém pode questionar-nos porque usamos o censo demográfico de 2000 e não outro banco de dados mais atualizado e, talvez, melhor para análise de estratificação no mercado de trabalho (como, por exemplo, a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego-, a PEM - Pesquisa de Emprego Mensal -, ou até mesmo a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar). O ponto central, da escolha pelo censo, encontra-se, principalmente, no fato de apenas esse banco permitir-nos identificar e classificar a nacionalidade dos imigrantes internacionais. Os outros agregam todos os imigrantes em apenas uma categoria: "outros países". Sendo assim, mais uma vez, chamamos a atenção para a limitação de nossas análises, já que os dados que aqui trabalhamos não são os mais recentes sobre esses grupos em análise.

Destacamos que esse estudo foca a atenção em apenas alguns grupos de imigrantes, com algumas características semelhantes, as quais são: a) fixaram residência no Brasil a partir da década de 70, data essa que marca o início de um novo período migratório no Brasil (por isto esses imigrantes são denominados, aqui, de imigrantes "recentes"); b) originários de países em desenvolvimento, o que sugere uma menor heterogeneidade entre os fluxos de imigrantes; e c) que representam 1% ou mais do total dos imigrantes internacionais residentes no país, considerando, assim, números de casos suficientes para as análises, por grupo de origem. A partir dessas características, os imigrantes internacionais selecionados são: argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses[24] e coreanos[25]. Vale ressaltar que a identificação desses grupos como imigrantes "recentes" será apresentada, de forma detalhada, no próximo capítulo.

Nesse estudo, esses imigrantes selecionados são comparados entre eles e entre eles e os brasileiros, que, por sua vez, estão divididos em dois grupos: migrantes

[24] Chineses: contém os números de chineses e taiwaneses juntos, uma vez que Taiwan não é considerado independente, politicamente falando, da China, por diversos governantes de outros países, no momento de coleta dos dados do censo.
[25] Coreanos: incluem os imigrantes originários da Coréia do Sul e da Coréia do Norte.

internos e não-migrantes. Definem-se por brasileiros migrantes internos pessoas que não residiam, na data do censo (2000), no mesmo estado de nascimento[26].

Essa divisão entre os brasileiros fundamenta-se no pressuposto que as pessoas que migram têm características próprias que as diferem dos não-migrantes. Chiswick (1999), Zavodny (2001), Aydemir (2003) e Golgher (2006) expõem a auto-seletividade positiva como uma característica dos migrantes: em geral, são pessoas mais ambiciosas, criativas, trabalhadoras, competitivas, jovens, educadas, do que indivíduos que escolhem permanecer em seus lugares de origem[27] (Chiswick, 1999; Golgher, 2006). Essa questão é discutida, com mais detalhes, no terceiro capítulo desse estudo.

A partir dessa idéia, pressupomos que os brasileiros migrantes internos são, em geral, diferentes dos brasileiros não-migrantes, aproximando-se das características dos imigrantes internacionais. Dessa forma, supomos que as diferenças entre os imigrantes internacionais e os brasileiros não-migrantes sejam maiores do que as diferenças entre os primeiros e os brasileiros migrantes, tanto no que se refere às características pessoais, quanto à situação no mercado de trabalho. A partir disso, definimos que os imigrantes internacionais devem ser comparados, separadamente, com brasileiros migrantes e com brasileiros não-migrantes.

Outras delimitações definidas nesse trabalho referem-se à idade e ao sexo. Devido ao nosso interesse em aspectos referentes ao mercado de trabalho (segregação ocupacional e rendimento) e a despeito das diversidades de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres (Soares 2000) [28], este estudo analisa apenas os homens em idade economicamente ativa (economicamente ativos ou não), entre 25 a 60 anos de idade. A idade mínima de 25 está relacionada à idéia de que pessoas com esta idade já concluíram os estudos e, provavelmente, encontram-se inseridos no mercado

[26] A escolha dos imigrantes interestaduais, no lugar dos intermunicipais, partiu da idéia de que pode haver uma maior semelhança entre imigrantes internacionais e imigrantes internos interestaduais, quanto às características pessoais ou grupais dos imigrantes, uma vez que a migração para outro estado da federação apresenta maiores dificuldades, custos e riscos (assim como a imigração internacional) do que uma migração para outro município, em um mesmo estado.

[27] Deve-se ressaltar que tal abordagem está focada na análise de imigrantes trabalhadores e não em imigrantes refugiados, ou que buscam reunificação familiar. Chiswick (1999) afirma que a seletividade favorável para imigrantes é menos intensa entre os imigrantes que se guiam por motivos diferentes do sucesso econômico, tais como: acompanhamento de familiares; fuga de perseguições políticas ou religiosas; caráter ideológico, entre outros.

[28] Ressalta-se aqui que há grandes diferenças entre a inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, mas, uma vez que não é este o foco de estudo deste projeto, delimitou-se a análise apenas dos homens no mercado de trabalho.

de trabalho[29], e a idade máxima de 60 é devido ao fato de ser esta a idade de aposentadoria dos homens em 2000, data do censo demográfico brasileiro.

3.3 - Os dados e as variáveis.

Como exposto acima, os dados a serem utilizados são oriundos de uma sub-amostra do censo demográfico brasileiro de 2000. Essa sub-amostra inclui todos os homens, entre 25 a 60 anos, empregados ou não na semana de referência do censo (23 a 29 de julho de 2000).

A partir desses dados, definiram-se três tipos de variáveis necessárias para a produção das equações de análise estatística: as dependentes; as independentes e a variável teste de viés de seleção do modelo Heckman. As variáveis dependentes dos modelos são formuladas da seguinte forma:

1 – *Setor do mercado* refere-se à uma variável composta por três categorias: estar fora do mercado de trabalho (0 = *Fora)*; estar no setor informal (1 = *Informal)*; e estar no setor formal (2 = *Formal)*, sendo a penúltima a nossa categoria de referência. Para classificar as pessoas, de acordo com essas categorias, utilizou-se das seguintes definições: estar fora do mercado é formado por aqueles que trabalham na produção para o seu próprio consumo, os aprendizes, os estagiários sem remuneração e aqueles que não são remunerados, mas ajudam a membros do domicílio; os informalmente ocupados são os trabalhadores sem carteira assinada, os empregadores e os autônomos que não contribuem para a previdência; os formalmente ocupados são os trabalhadores com carteira assinada, os empregadores e os autônomos que contribuem para a previdência[30]. A partir das idéias da teoria do mercado dual, infere-se que os trabalhadores do setor formal encontram-se em vantagens, uma vez que as posições no setor formal são melhores remuneradas, mais bem qualificadas e têm maior estabilidade. Vale destacar que essa variável, dividida em três variáveis binárias, é considerada, também, variável independente, quando se calcula a equação de rendimento e do índice de *status* socioeconômico da ocupação.

---

[29] Esta idéia não descarta aqueles que estudam e trabalham ao mesmo tempo, mas tenta evitar que se classifiquemos, como desocupados, os indivíduos que estejam estudando e não trabalhando.

[30] A literatura, tanto nacional quanto internacional, ainda não chegou a um consenso quanto à definição do setor informal. No Brasil, alguns autores o definem pela soma de trabalhadores sem carteira assinada e por conta-própria; há outros que o definem pelo conjunto de pessoas que não contribuam para a previdência social (Ulyssea, 2005).

2 – $ln(s)_i$ (Salário/mês) é um logaritmo natural de rendimentos em todos os trabalhos por mês.

3 – $indice\ status\ ocupacional$ é uma variável que diz respeito ao índice de *status* socioeconômico da ocupação produzido por Nelson do Valle Silva, que vai de 0 a 100[31]. Esse índice é produzido pelas variáveis referentes à ocupação, ao nível educacional e à renda do indivíduo. A partir desse índice, é possível medir a localização (posição ocupada) do indivíduo dentro da hierarquia socioeconômica estabelecida no mercado de trabalho brasileiro, sendo que, quanto mais próximo do zero, mais perto da base encontra-se o indivíduo (acarretando em menor "poder" aquisitivo, cultural, de mando, entre outros) e, quanto mais próximo do valor 100, mais perto do topo ele posiciona-se (obtendo mais "poder").

As variáveis independentes são divididas em dois grupos: as explicativas de análise e as de controle. As primeiras são aquelas que são focos de análise dessa tese, isto é, as variáveis *proxies de* capital humano, de capital social e de capital cultural que pretendemos testar. Já as do segundo grupo, são variáveis importantes para explicar as desigualdades no mercado de trabalho, como, por exemplo, localização geográfica, urbanização, entre outras, mas que não têm relação com as teorias buscamos testar nesse trabalho. Desta forma, as variáveis que formam esses dois grupos são:

As variáveis de teste:

1 - *Origem*: essa variável é indicadora de dez variáveis binárias – *os brasileiros não-migrantes* (categoria de referência em alguns modelos), *os brasileiros migrantes* (categoria de referência em outros modelos), *os argentinos, os bolivianos, os chilenos, os paraguaios, os peruanos, os uruguaios, os chineses e os coreanos.* Essas variáveis binárias, inseridas no modelo de regressão, permitem-nos verificar se, comparados aos brasileiros não-migrantes ou migrantes, os imigrantes internacionais, por origem, têm maiores chances de estarem inseridos no setor formal, de terem melhores *status* ocupacionais e de receberem melhores rendimentos. Essas variáveis referem-se às abordagens de capitais cultural e social (i.e., *proxies* desses tipos de capitais), uma vez

[31] Esse índice foi formulado pelo professor Nelson do Valle Silva, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), que cedeu à autora desse trabalho o banco com o índice e as variáveis que o compõe.

que são inerentes a elas os pesos da coesão social do grupo étnico, da cultura de origem, dentre outros fatores.

2 – Exp (Experiência) é uma variável calculada subtraindo, da idade, os anos de estudos, acrescido de seis (6) anos, os quais correspondem ao tempo, aproximado, em que o indivíduo viveu antes de inserir-se no sistema de ensino formal. Essa variável é contínua e fundamenta-se na idéia de Mincer (1974), entre outros teóricos, de que quanto maior a experiência no mercado de trabalho, maiores são as vantagens salariais e de inserção em melhores ocupações. Segundo o autor, essa variável representa o investimento após o período escolar formal, o qual engloba treinamento formal e treinamento informal, além do *learning by doing*. Essa variável refere-se ao capital humano. Além dessa variável, segundo Mincer (1974), deve-se acrescentar a variável experiência de trabalho ao quadrado *(Exp^2)*. Isto porque as funções de salário e de status ocupacional são parabólicas (ou convexas), porque anos adicionais de experiência no trabalho, após um limite, estão sujeitos a retornos decrescentes. Isto é, no início da carreira do trabalhador, o acréscimo no rendimento é rápido e, após algum tempo (anos), o aumento tende a reduzir e, finalmente, irá cair (Rocha e Campos, 2006). Nesse contexto, o cálculo de retorno de experiência nos modelos de análise tem a seguinte fórmula: (β_x + 2* β_y* Experiência fixa)*100 onde:

β_x = coeficiente da variável experiência

β_y = coeficiente da variável experiência ao quadrado.

Experiência fixa: 1,2 , 3..... ou mais anos.

3 – $Expbr$ (Experiência de trabalho no Brasil): essa variável é contínua. Ela foi calculada a partir do tempo de residência do imigrante no Brasil menos o tempo de seu estudo no Brasil. A inclusão dessa variável parte do pressuposto que a experiência no mercado de trabalho brasileiro é mais valorizada do que a experiência no mercado de trabalho do país de origem. Assim como a variável experiência acima, a experiência de trabalho no Brasil deve vir acompanhada do seu termo quadrático, isto é, experiência ao quadrado *($Expbr^2$)*. Essa variável, também, é considerada uma *proxy* de capital humano, uma vez que o indivíduo, ao inserir-se no mercado de trabalho da sociedade

hospedeira, apreende as habilidades cognitivas necessárias ao cargo que ocupa nesse mercado.

4 - *Educ* (anos de estudos): essa é uma variável contínua que vai de 0 a 17 anos ou mais de estudo. Ela é considerada a principal variável de capital humano, em que pressupõe que, quanto maior o nível educacional, maiores são as chances de inserção em posições mais valorizadas na estrutura ocupacional do mercado de trabalho e maiores são os salários[32] dos indivíduos.

5 – *Educbr* (anos de estudo no Brasil): variável contínua que indica os anos de estudo do imigrante internacional no Brasil. Essa variável foi produzida da seguinte forma: anos de estudos mais seis anos (que são aqueles anos que se referem aos seis primeiros anos da vida da pessoa, quando ela ainda não entrou para a escola), menos a idade ao imigrar[33]. Para aqueles que o valor apresentou-se maior do que zero, contabilizei os anos de estudo no Brasil, com o valor máximo de dezessete anos de estudo. Para o valor igual ou menor do que 0, contabilizei como zero ano de estudo do imigrante no Brasil.

A inserção dessa variável no modelo fundamenta-se na idéia de Borjas (1999) sobre a importância de uma socialização no país de destino maior do que no país de origem. Ou seja, infere-se que o imigrante que estudou no Brasil encontra-se em vantagem ao que não estudou, pelo fato do primeiro manter uma rede social mais expandida (não só dentro do grupo étnico) e por conhecer melhor os hábitos, os costumes e a língua (capital cultural) impostos na sociedade anfitriã, além de aumentar o seu capital humano com as credenciais demandadas na sociedade hospedeira.

[32] Vale ressaltar que a literatura (Sena, 1976; Ferrer, Green e Riddell, 2004) destaca que pode ocorrer viés no coeficiente da variável "anos de escolaridade" por, basicamente, omissão de diferentes habilidades individuais e de diferenças na qualidade de ensino recebido. Isto é, o fato de haver correlação positiva entre escolaridade e habilidade individual e qualidade educacional, caso não se inclua na função salário e status ocupacional uma variável que represente habilidades e qualidade de ensino produzirá um viés para cima no coeficiente da variável "anos de estudo". Melhor dizendo, anos de estudo estaria captando, também, parte do efeito das variáveis omitidas. Há, também, a omissão, inevitável, de variáveis importantes de status ocupacional e educacional dos pais. Essas variáveis são essencialmente importantes para o caso do Brasil, pela forte transmissão intergeracional de capital cultural, como destacado por Campante, Crespo e Leite (2004) Essas variáveis de capital cultural, produzem efeitos indiretos em educação do indivíduo. Essas omissões devem-se ao fato de que estas informações não se dispunham na base de dados utilizada (censo de 2000). Apesar disto, os resultados a serem encontrados nesse trabalho são de grande relevância. Como mostrou, muito bem, Valle Silva (1980), a omissão destas variáveis não anula os resultados das outras. A inclusão destas variáveis só aumentaria os valores estimados.

[33] A idade ao imigrar é calculada pela idade do indivíduo, no ano do censo, menos a diferença entre 2000 e o ano de fixação de residência do imigrante no Brasil.

Entretanto, afirma-se que a educação obtida no país de origem, nem sempre, é bem aceita no país de destino (Zeng e Xie 2004; Friedberg 2000; Ferrer, Green e Riddell, 2004). Uma demonstração dessa baixa aceitação encontra-se na dificuldade de transferência de qualificações derivadas da escolarização e da experiência entre os mercados de origem e de destino (Zeng e Xie 2004; Friedberg 2000). Boyd & Shellenberg (apud Sala, 2005) destacam as barreiras em algumas atividades comerciais e profissionais, como, por exemplo, o direito, a engenharia e a medicina, que demandam certificações ou a concessão de licenças, "através de associações profissionais que estabelecem mecanismos universais de validação dos estudos e experiência trabalhistas para os postulantes"[34].

6 – ***Religião*** é uma variável binária, em que zero (0) representa aqueles imigrantes que não têm religião e um (1) refere-se àqueles que têm. Essa variável é *proxy* de capital cultural e de capital social. Isto porque em estudo anterior (Vilela 2002) verifiquei que a igreja (espaço de freqüência religiosa) é um local de encontros, de manutenção da cultura de origem e da língua natal, além de ser o espaço de estreitamento dos laços de amizade e solidariedade mútua. Dessa forma, parto do pressuposto de que quem não tem religião está em desvantagem por não ter acesso às redes sociais e aos sistemas de manutenção da cultura de origem inseridos nos grupos religiosos.

7 - ***Tempreside*** (Tempo de residência no Brasil) é uma variável contínua que vai de zero (0) a trinta (30)[35] anos de residência no país. Essa variável, também, é considerada *proxy* de capital cultural e capital social, uma vez que Borjas (1999) afirma que uma maior permanência no país de destino possibilita uma maior socialização. É através dessa socialização que o imigrante pode expandir suas redes sociais (estabelecendo os laços fracos) e apreender a cultura dominante. O autor argumenta que há uma correlação positiva entre melhores salários e melhores qualificações dos imigrantes com maior tempo de permanência, de assimilação cultural e do aprendizado da língua da sociedade hospedeira.

---

[34] Exemplos podem ser vistos nos casos dos médicos cubanos no Brasil e de dentistas brasileiros em Portugal.

[35] Esse é o tempo máximo de experiência desses imigrantes no Brasil, devido ao fato dos dados serem do Censo de 2000 e da sub-amostra trabalhada ser de apenas imigrantes que se inseriram no Brasil a partir de 1970.

8- *Naturalizado* é uma variável binária, codificada como zero (0) quando o imigrante não é naturalizado e um (1) quando é naturalizado. Essa variável é uma *proxy* de capital cultural. Isto porque se pressupõe que aqueles que se naturalizaram estão mais integrados à sociedade anfitriã, já que, no mínimo, eles devem ter o domínio da língua (fator obrigatório para a naturalização) além de alguns hábitos e costumes do país hospedeiro.

9 - *Branca*: variável binária, representativa de raça, codificada como zero (0 = não branca) e um (1 = branca). Essa última categoria inclui as pessoas que se auto-identificam como brancas ou amarelas. As outras identificações (parda, negra, indígena e ignorada) fazem parte da categoria não-branca. Trata-se de uma variável de capital cultural, com alto significado social no Brasil, muito importante para explicar as diferenças salariais, de posição e de status ocupacional no país. São vários os estudos no Brasil (Valle Silva, 1980 e 1981; Fernandes, 2004; Lam, 1999; Valle Silva e Hasengbalg, 2000; Soares, 2000; e Campante, Crespo e Leite 2004, entre outros) que demonstraram a importância dessa variável para as análises das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro.

3.4 - Variáveis de controle

1- *Estado civil*: variável dividida em quatro variáveis binárias: *Casado, Separado* (inclui os divorciados e os desquitados), *Viúvo e Solteiro* (categoria de referência). Essa variável é definida como de significado social, já que se pressupõe que os casados, comparados aos solteiros, são menos aventureiros e mais esforçados, devido à responsabilidade de uma família; por isto, maior é a probabilidade de eles obterem trabalhos e melhores salários.

2 – *Posidom* (Posição na hierarquia do domicílio): variável formada por quatro variáveis binárias: responsável pelo domicílio (categoria de referência); cônjuge do responsável pelo domicílio *(cônjuge)*; filho ou enteado do responsável pelo domicílio *(filho)*, outras posições no domicílio *(Outposdom)*. Essa última categoria é formada por todos os outros residentes no domicílio (avós, netos, bisnetos, empregado doméstico, entre outros).

6 –*Região*: variável dividida em cinco variáveis binárias, a saber: *Norte*; *Nordeste*; *Centro-oeste*, *Sul* e *Sudeste*, sendo esta última a categoria de referência. Trata-se de uma variável importante nos estudos sobre mercado de trabalho no Brasil, haja vista a grande heterogeneidade regional no país (Campante, Crespo e Leite, 2004; Soares, 2000; Sala 2005).

7- *Urbano* (Situação de residência): variável binária que se refere à localização de moradia dos indivíduos: urbano (=1) ou rural (=0). Tomando como referência as diferenças regionais, parte-se do pressuposto que a situação da residência em área urbana afeta positivamente a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, também, os seus rendimentos.

8- *Hora*: refere-se ao total de horas trabalhadas, por mês, em todas as ocupações inseridas pelo imigrante.

3.5 - A variável teste de viés de seleção no modelo Heckman.

Heckman (1979) questionou o modelo de regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), argumentando que os estimadores encontrados pela equação rodada por MQO, na função de rendimentos, contêm erros, devido ao viés de seleção, resultado de amostras selecionadas de forma não-aleatória para se estimar correlações.

O modelo Heckman de regressão permite controlar eventual viés de seleção. Para isto, Heckman (1979) apresenta um modelo de regressão com duas equações simultâneas (L*ogit* e Linear). Esse modelo é rodado para uma amostra aleatória de indivíduos. O resultado desse modelo apresenta uma variável *lambda* que é calculada a partir dos parâmetros estimados no modelo *Logit.* Segundo Heckman, essa variável corrige o problema de viés de seleção, caso ele exista.

No caso da presente pesquisa, o viés poderia ocorrer caso se incluísse na amostra apenas os indivíduos que trabalham, deixando de fora os que não trabalham. De acordo com Heckman (1979), o viés pode ocorrer nesse caso porque os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho têm motivos não observados que, indiretamente, podem influenciar os salários daqueles que estão empregados. Desta forma, incluímos, nesse

estudo, todos os indivíduos, ocupados e desocupados, e roda-se o modelo Heckman de regressão para verificar se há viés de seleção e corrigi-lo, caso seja positiva a existência do mesmo.

Portanto, inserimos, no modelo Heckman, a variável denominada *Trabremun* (trabalho remunerado) para a equação da regressão *Logística.* Essa é uma variável binária e é formada por aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho (isto é, encontram-se ocupados, representados pelo valor 1) e aqueles que estão fora do mercado de trabalho (ou seja, encontram-se desocupados, referentes ao valor 0). No modelo Heckman, ela é a variável que testa se há viés de seleção na amostra e, caso seja positivo o teste, a sua inserção no modelo possibilita o controle do viés de seleção. Vale destacar que embora essa variável e sua equação sejam importantes para o cálculo dos estimadores de rendimentos dos imigrantes e brasileiros não-migrantes, os resultados da regressão *logística* para a variável *Trabremun* não serão apresentados no texto, mas apenas no apêndice. Ou seja, apenas os estimadores da segunda equação (linear) que serão apresentados e analisados no decorrer do texto.

3.6 - As técnicas e os modelos estatísticos de análise

Para testar as hipóteses sobre se os imigrantes estão em melhor ou pior ocupação do que os brasileiros não-migrantes ou migrantes, a proposta é rodar um modelo de Regressão Logística Multinomial. Essa é uma técnica utilizada para medir o efeito das variáveis independentes sobre um número de opções (ou categorias). Nesse modelo, assume-se que as categorias não são ordinais e que estas têm uma natureza nominal (Hoffmann, 2004).

Modelo de Regressão Logística Multinomial

$$\gamma\ (Setor\ do\ mercado) = \beta_0 + \beta_1\, Origem + \beta_2\, Educ + \beta_3\ Exp + \beta_4\ Exp^2 + \beta_5\ Região + \beta_6\ Urbano + \beta_7\ Branca + \beta_8\ Estado\ civil + \beta_9\ Posidom + \beta_{10}\ Religião + \varepsilon$$

Além disto, propõe-se, também, rodar um modelo de regressão Heckman, para verificar se os imigrantes detêm um *status socioeconômico da localização* ocupacional inferior aos brasileiros. Isto é, se eles encontram-se no mais baixo escalão da hierarquia de estratificação socioeconômica da sociedade brasileira, quando comparado aos nativos.

Modelo Heckman :

$$\begin{aligned} y = {} & \textit{Índice de status socioeconômico da ocupação} \\ & = \beta_0 + \beta_1\ Origem + \beta_2\ Educ + \beta_3\ Exp + \beta_4\ Exp^2 + \beta_5\ Região \\ & + \beta_6\ Urbano + \beta_7\ Branca + \beta_8\ Estado\ civil + \beta_9\ Posidom \\ & + \beta_{10}\ Religião + \beta_{11}\ Setor\ do\ mercado + \beta_{12}\ Horas, select \\ & = Trabremun \\ & = \beta_0 + \beta_1\ Origem + \beta_2\ Educ + \beta_3\ Exp + \beta_4\ Exp^2 + \beta_5\ Região \\ & + \beta_6\ Urbano + \beta_7\ Branca + \beta_8\ Estado\ civil + \beta_9\ Posidom \\ & + \beta_{10}\ Religião + \varepsilon \end{aligned}$$

Para os testes das hipóteses sobre se o fator origem tem efeito sobre os rendimentos dos imigrantes internacionais, comparado aos brasileiros, a proposta é utilizar o modelo Heckman.

Modelo Heckman :

$$\begin{aligned} y = {} & ln(S)_i = \beta_0 + \beta_1\ Origem + \beta_2\ Educ + \beta_3\ Exp + \beta_4\ Exp^2 + \beta_5\ Região \\ & + \beta_6\ Urbano + \beta_7\ Branca + \beta_8\ Estado\ civil + \beta_9\ Posidom \\ & + \beta_{10}\ Religião + \beta_{11}\ Setor\ do\ mercado + \beta_{12}\ Horas, select \\ & = Trabremun \\ & = \beta_0 + \beta_1\ Origem + \beta_2\ Educ + \beta_3\ Exp + \beta_4\ Exp^2 + \beta_5\ Região \\ & + \beta_6\ Urbano + \beta_7\ Branca + \beta_8\ Estado\ civil + \beta_9\ Posidom \\ & + \beta_{10}\ Religião + \varepsilon \end{aligned}$$

Quanto às hipóteses sobre os pesos das variáveis de capital humano, de capital social e de capital cultural sobre posição ocupacional e rendimento, o teste é feito através de Regressões Lineares[36] para cada grupo de imigrantes internacionais. Esses

[36] Modelos Heckman de regressões foram rodados para cada um desses grupos de imigrantes. Uma vez que essas regressões (Heckman) não apresentaram viés de seleção nas amostras selecionadas desses grupos, optou-se por rodar e apresentar as regressões lineares MQO para cada grupo de imigrantes.

modelos incluem, além das variáveis inseridas nas equações anteriores, variáveis específicas dos grupos de imigrantes e não identificadas para os grupos de brasileiros. A partir disso, os modelos são:

Regressões Lineares:

$$y = ln(s)_i = \beta_0 + \beta_1\ Educ + \beta_2\ Exp + \beta_3\ Exp^2 + \beta_4\ Expbr + \beta_5\ Expbr^2 + \beta_6\ Religião + \beta_7\ Tempreside + \beta_8\ Educbr + \beta_9\ Naturalizado + \beta_{10}\ Branca + \beta_{11}\ Urbano + \beta_{12}\ Região + \beta_{13}\ Estado\ civil + \beta_{14}\ Posidom + \beta_{15}\ Setor\ do\ mercado + \beta_{16} horas + \varepsilon$$

$$y = Índice\ de\ status\ socioeconômico\ da\ ocupação = \beta_0 + \beta_1\ Educ + \beta_2\ Exp + \beta_3\ Exp^2 + \beta_4\ Expbr + \beta_5\ Expbr^2 + \beta_6\ Religião + \beta_7\ Tempreside + \beta_8\ Educbr + \beta_9\ Naturalizado + \beta_{10}\ Branca + \beta_{11}\ Urbano + \beta_{12}\ Região + \beta_{13}\ Estado\ civil + \beta_{14}\ Posidom + \beta_{15}\ Setor\ do\ mercado + \beta_{16} horas + \varepsilon$$

Além das regressões, utilizamos, também, nesse estudo a técnica de *CART* (ou *Classification and Regression Trees)*. Essa é uma técnica que tem por objetivo identificar e explicar uma relação entre um conjunto de variáveis preditoras (como, por exemplo, características pessoais) e uma única variável resposta (por exemplo, salário mensal). Essa técnica ajusta um modelo, a partir de sucessivas divisões binárias no conjunto de dados, tornando os subconjuntos resultantes cada vez mais homogêneos em relação à variável resposta. Essas relações são representadas por uma estrutura de árvore binária.

3.7 - Considerações finais

Esse capítulo apresentou as variáveis e as equações estatísticas que são necessárias para se testar às hipóteses propostas nesse trabalho. Devido ao caráter multifacetado da explicação da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e de seus rendimentos, propôs-se a inclusão de diversas variáveis (referentes aos capitais humano, social e cultural) e de diferentes técnicas e modelos estatísticos de análises

(Regressão Logística Multinomial, Regressão Linear - de Múltiplos Quadrados Ordinários – MQO - e Regressão Heckman). A proposta é buscar, da melhor maneira, testar as hipóteses apresentadas acima.

Porém, antes de apresentar os resultados dos testes hipotéticos, faz-se necessário esclarecer alguns pontos dessa pesquisa, os quais são: a) a identificação dos imigrantes definidos como "recentes", os quais são os objetos desse estudo; e b) os perfis socioeconômico e demográfico desses imigrantes e dos brasileiros. A identificação dos imigrantes é feita, no próximo capítulo, através de um estudo sobre os padrões imigratórios dos principais fluxos de imigrantes para o Brasil. No quarto capítulo, apresenta-se a análise comparativa dos perfis entre os imigrantes e entre esses e os brasileiros. A justificativa da discussão sobre esses dois pontos fundamenta-se na idéia de que, antes de interpretar e correlacionar os dados e os conceitos, é necessário conhecê-los, pormenorizados.

4 - As principais correntes imigratórias internacionais recentes para o Brasil e seus padrões imigratórios

4.1 - Introdução

O objetivo central deste capítulo é identificar as principais correntes imigratórias vindas para o Brasil e seus padrões imigratórios. Para tanto, propõe-se analisar alguns objetivos específicos.

Um primeiro é apresentar, sucintamente, os fatores econômicos e políticos que fizeram do Brasil um país de atração, ou não, para os imigrantes internacionais (dependendo do ano ou momento da imigração). Sem a pretensão de analisarmos os reais motivos de imigração dos nossos objetos de análise[37], discutimos alguns conceitos de uma abordagem estrutural, sobre o processo migratório, com o intuito de obter uma melhor compreensão do movimento migratório internacional para o Brasil e, principalmente, de mostrar um contexto sócio, político e econômico de inserção dos imigrantes no país hospedeiro. Entretanto, vale ressaltar que o objetivo desta discussão conceitual e teórica é bastante modesto, uma vez que não se pretende oferecer uma análise das causas estruturais e individuais que levaram determinados imigrantes internacionais a se deslocarem para o Brasil.

Um ponto a salientar é que, ainda que façamos menção em alguns momentos nesse capítulo, não será foco de análise, aqui, o processo, o padrão e o perfil da imigração interna, uma vez que expandiria demais a discussão e acabaríamos perdendo o nosso foco de análise, os imigrantes internacionais.

O segundo objetivo é analisar a composição das principais correntes imigratórias internacionais vindas para o Brasil, em especial, aqueles fluxos de imigrantes que iniciaram sua intensificação de entradas no país a partir da década de 70 e que fazem parte dos chamados "países em desenvolvimento", os chamados, nesse estudo, imigrantes "recentes", os quais são os focos dessa pesquisa. Destaca-se que a análise, aqui proposta, é somente para os fluxos migratórios em que o número total dos imigrantes, para cada país de origem, representa 1% ou mais do total dos imigrantes internacionais no Brasil.

[37] O que imaginamos ser uma grande questão de análise para uma tese de doutoramento.

Um terceiro objetivo desse capítulo é o de identificar a idade dos imigrantes ao fixarem residência e o seu tempo de permanência no Brasil. O intuito é identificar eventuais padrões migratórios.

O último objetivo desse capítulo é, de um modo geral, analisar a distribuição espacial dos imigrantes "recentes" no território brasileiro. Verifica-se o grau de dispersão e concentração territorial, para cada nacionalidade; identifica-se as principais regiões e estados brasileiros de concentração desses imigrantes residentes no país, a partir do local de residência em duas datas específicas, em 2000 (data do censo) e 1995.

4.2 - Os determinantes da migração

O estudo seminal de Ravenstein (1889)[38] mostrou, pela primeira vez, que os fluxos de pessoas para outros municípios, regiões ou países, são resultados tanto de fatores de expulsão nos locais de origem (tais como, a falta de trabalho, de escolas, de paz, de liberdade de expressão, de liberdade de profissão de fé religiosa) quanto de fatores de atração nos locais de destino (como, por exemplo, as facilidades educacionais, o clima agradável com temperaturas amenas, oportunidades de trabalho, união familiar).

Seguindo esta idéia, Golgher, Rosa e Araújo Junior (2005; 2008) argumentam que a tendência à migração crescerá se a utilidade do indivíduo no local de origem for baixa. Nesse caso, os fatores de expulsão serão decisivos para a promoção da migração. Diferentemente, a propensão a migrar também ocorrerá se a expectativa de utilidade individual, no local de destino, for bastante alta. Nesse caso, os fatores de atração é que determinarão a decisão de migrar.

De acordo com Raveinstein (1889), o desejo inerente à maioria dos homens de melhorarem sua situação material é o maior fator explicativo da migração. Contudo, outros fatores, tais como, leis mais ou menos repressivas, tributação onerosa, clima insalubre, ambiente social incompatível e, até mesmo, coerção, produziram e continuam a produzir significativo volume de correntes migratórias. No entanto, tais fluxos migratórios não são comparáveis àqueles originários dos motivos econômicos.

[38] Apesar da data de publicação tão distante e das diversas críticas às "leis da migração" propostas por Ravenstein, esse trabalho ainda é tido como referência nos estudos da demografia.

Incorporando essas idéias, os teóricos da perspectiva econômica clássica apresentam a teoria *push-pull,* fundamentada na teoria do capital humano, em uma perspectiva macro e micro. Do ponto de vista macro, essa abordagem assume que a decisão de migrar é baseada na heterogeneidade regional de oferta e de demanda de força de trabalho e, conseqüentemente, diferenças salariais (Massey, 1988; Chiswick, 1999). Ou seja, locais onde há grande demanda por força de trabalho há mais altos salários; ao contrário, localidades com grande oferta de mão-de-obra têm salários mais baixos. De um ponto de vista micro, a perspectiva econômica clássica argumenta que as pessoas decidem investir em migração, no intuito de aumentar seus rendimentos, assim como investem em educação ou em treinamento profissional (Schultz, 1973).

Migração é um investimento feito pelas pessoas com o intuito de melhorarem sua posição no mercado de trabalho e alcançarem melhor qualidade de vida. Nesse sentido, os indivíduos são racionais e decidem migrar quando, ao fazerem seus cálculos, identificam que a diferença nos ganhos esperados entre destino e origem são maiores do que os custos da migração (Golgher, 2004; Golgher, Rosa e Araújo Junior, 2005; Aydemir 2003).

Há muitas críticas a esta teoria. Uma principal é de que seus pensadores não consideram que os imigrantes não têm informação perfeita acerca do mercado de trabalho no local de destino (Portes e Rumbaut, 1990). Outra crítica refere-se à idéia de que indivíduos, em condições precárias de vida em seu local de origem, principalmente no que se refere às condições econômicas, seriam impelidos a emigrar (Golgher, 2004). A essa idéia é que não são majoritariamente os indivíduos que estão na base da pirâmide da hierarquia econômica que migram, mas pessoas de classe média, média-alta, alta, principalmente em uma imigração internacional, em que os custos de mobilidade espacial são mais altos[39]. De acordo com Golgher (2004), indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a ser mais móveis do que os outros.

Críticos a uma idéia unidimensional (focado no fator econômico) da perspectiva econômica clássica (Castles e Miller, 2003; Vilela, 2002; Sasaki e Assis, 2000; D'Adesky, 2003, Gaudemar 1979 *apud* Vainer 1998) identificaram um aumento no número de migrações que têm como causas centrais conflitos étnicos, religiosos, políticos e outros que superam, em determinados períodos, as migrações motivadas por

[39] Segundo Golgher (2004), indivíduos localizados nos mais altos níveis de renda só se mudariam se as vantagens no destino forem muito marcantes. Os fatores de atração são mais importantes para esses indivíduos.

fatores econômicos. Historicamente, a coexistência de diferenças étnicas e religiosas mostrou-se como grande motivadora de movimentos populacionais (D'Adesky, 2003[40]; Vilela, 2002). Além disso, com o aumento das migrações em massa[41], as redes sociais passaram a ser um dos fatores de maior relevância na explicação do fenômeno migratório. A partir dos anos 70, principalmente, muitos estudos, na área de Sociologia e Antropologia, analisaram os processos de redes de migração e o papel que parentes e amigos desempenham como influenciadores no processo migratório (Coleman, 1988; Granovetter, 1985, Portes e Bach 1985, Massey 1988).

As redes sociais, isto é, as teias interpessoais, que conectam potenciais migrantes a prévios/anteriores migrantes e a não-migrantes nos locais de origem e destino, explicam, em grande parte, a migração em muitos países. Nesse caso, a tendência a emigrar torna-se progressivamente independente das condições econômicas que, inicialmente, podem tê-la causado (Massey 1988).

A principal explicação para o aumento do número de migrações, devido às redes sociais, é porque elas diminuem os custos da migração. Esses custos incluem, principalmente, o custo monetário direto de fazer a viagem; os custos de busca por informação em identificar possíveis trabalhos e como obtê-los; os custos de oportunidade, ou seja, a renda perdida enquanto o imigrante está no processo de migração; os custos psicológicos, entre outros (Massey 1988; Chiswick, 1999).

Nesse estudo, não se tem a intenção de testar essas teorias, uma vez que esse não é o objetivo desse trabalho. Além disso, nem se quiséssemos, não seria possível testá-las, já que o censo demográfico não tem informações e dados suficientes que nos permitam analisar detalhadamente essas questões no Brasil. Apesar disso, algumas inferências são possíveis de se fazer, quanto aos momentos de maior ou menor atração de imigrantes para o Brasil. Dessa forma, a seguir, buscamos analisar o território brasileiro como um local de absorção de indivíduos de diversas nacionalidades[42].

---

[40] Jacques D'Adesky cita os casos da Europa do Leste, da Ásia e da África em que os conflitos e guerras interétnicas têm sustentado fortemente as migrações em uma escala inédita da história da humanidade (2003: 177).

[41] Migrações em que a causa principal são as migrações anteriores.

[42] Destacamos que o fato de apresentarmos, somente, os fatores (estruturais) de atração do Brasil para os imigrantes internacionais, não retira a grande importância dos diversos outros fatores determinantes da imigração internacional para o Brasil, os quais não serão abordados aqui, dado a especificidade dessa tese.

4.3 - Brasil, um local de absorção: as correntes migratórias.

A entrada de imigrantes internacionais no Brasil inicia-se em princípio do século XVI, com a entrada dos portugueses, os colonizadores. Por conseguinte, adotando uma filosofia mercantilista intrincada (Portes e Bach 1985; Passaris 1998): a) no padrão de negócio triangular e b) no padrão anti-emigração, Portugal estabeleceu uma migração forçada de escravos para o Brasil. Denomina-se padrão de negócio triangular porque 1) Portugal exportava seus produtos finais, 2) a África ofertava a mão de obra escrava e 3) as colônias ofereciam a matéria-prima; e padrão anti-emigração devido ao fato de emigração ser vista como fator detrimental à força potencial econômica das nações, uma vez que o poder e riqueza de um país estavam no tamanho de seus recursos dentro de sua fronteira, incluindo sua população (Portes e Bach 1985; Passaris 1998). Dessa forma, o movimento migratório forçado perdurou até 1850 introduzindo, no território brasileiro, cerca de quatro milhões de cativos (Bassanezi, 1995).

Até 1808, entraram no país, basicamente, apenas portugueses e os cativos (negros africanos), uma vez que Portugal não permitia a entrada de imigrantes de outros países, no sentido de prevenir que esses viessem a se estabelecer no país e a clamar pelo território[43]. Com a vinda do rei de Portugal para o Brasil, em 1808, abriram-se os portos brasileiros para o comércio exterior e, por conseguinte, foi permitida a entrada e assentamento de outros estrangeiros no país (Vilela, 2002; Amaral e Fusco 2005). Entretanto, o número destes imigrantes estrangeiros não era alto, devido ao fato de que o trabalho nas lavouras era feito pelos escravos e não havia oportunidade para a mão-de-obra livre no país.

Com o crescimento do cultivo do café, a partir de 1870, e, logo depois, com a abolição da escravatura, intensificou-se a migração internacional livre para o Brasil. Em geral, estes imigrantes eram subsidiados pelo governo brasileiro[44]. Com esse atrativo, nesse momento, as correntes imigratórias crescem não apenas em número, mas também em diversificação étnica (Vilela, 2002). O período de maior concentração de entradas de estrangeiros no território brasileiro foi de 1891 a 1913, com uma pequena quebra de

[43] Apesar da contenção de Portugal, alguns poucos imigrantes, de outras nacionalidades, entravam no país, como, por exemplo, os holandeses.

[44] Esse é um fator que pode ser visto como prejudicial, tanto para o imigrantes quanto para a sociedade hospedeira, uma vez que "a viagem gratuita constitui a maior e pior forma de aliciamento e incitamento à emigração. Por isso, a emigração perde a característica de espontaneidade que é a maior garantia do seu próprio sucesso no exterior e, não sem razão, as legislações mais avançadas dos países de imigração proíbem de maneira absoluta aquela forma de aliciamento." (Z.B Variazioni sul tema della emigrazione, 1913 *apud* Bassanezi et al, 2008)

fluxos entre 1902 e 1904, quando o governo italiano dificultou a entrada desses imigrantes no país e, também, devido à crise na cafeicultura, iniciada no final do século XIX (Bassanezi, et al, 2008). Destaca-se, neste período, a entrada de portugueses, italianos[45], espanhóis[46], alemães, japoneses, poloneses, libaneses, entre outros. Esses são, majoritariamente, imigrantes legais, trabalhadores manuais, saídos da cidade para o campo, e, devido à distância entre os países de origem e destino e, conseqüentemente, aos custos e dificuldades de uma imigração internacional naquela época, eram, em grande parte, imigrantes permanentes ou de longo prazo (Diegues Júnior, 1964; Vilela, 2002).

Com a guerra iniciada em 1914, houve um declínio do número de correntes migratórias, porém ocorreu um crescimento industrial no país proporcionando novas perspectivas à economia brasileira. O surto industrial tomou impulso, logo após a guerra e, tal como a lavoura de café, atraiu imigrantes internacionais para o país (Diegues Júnior, 1964). Nesse momento de pós-guerra e crescimento industrial, verificou-se a direção e concentração do fluxo migratório para os centros urbanos. Assim, a imigração cresceu novamente, caracterizando-se, agora, como migração em massa de imigrantes legais e, em números significativos, imigrantes da cidade para a cidade.

Esse crescimento foi interrompido na década de 20. O Brasil, durante a segunda e terceira década do século XX, perde grande parte de sua atração para os italianos. Assim, portugueses e aqueles classificados, nas estatísticas oficiais, como de "outras nacionalidades" passam a ter o maior volume de entrada no país. O destaque é para os imigrantes japoneses que, nos anos de 1930, somaram mais da metade de entradas de imigrantes no Estado de São Paulo (Bassanezi et al, 2008).

Porém, nesse momento, a redução de entrada não foi apenas de imigrantes italianos, mas, sim de todas as nacionalidades, em geral. A queda no número de entrada de imigrantes no Brasil, entre as décadas de 20 e 40 do século XX, deveu-se a alguns obstáculos intervenientes. Os maiores empecilhos foram: a) o fim dos subsídios por parte do governo paulista, em 1927, resultante da crise da superprodução do café, que teve seu apogeu em 1930; b) as restrições impostas à imigração pelo governo brasileiro, em 1930, que redundou, em 1932, na proibição da entrada de imigrantes; c) em 1934 e

[45] Vale lembrar que no início do século XX, por volta de 1903, "logo após o governo italiano dificultar a emigração subsidiada ao Brasil, mais italianos saíram do que chegaram ao país (Foerster, 1919, *apud* Bassanezi et al, 2008)

[46] Até o final dos anos 30, essas três nacionalidades representavam quase 80% do total de imigrantes no país (Bassanezi et al, 2008)

1937, com o cancelamento das proibições estabelecidas pela Constituição de 1932, estabeleceu-se quotas de entradas fixadas em 2% do total de imigrantes já localizados no Brasil; d) o ideário nacionalista que apoiava e exigia medidas de proteção ao trabalhador brasileiro, como, por exemplo, a lei que estabelecia o número máximo de dois terços de empregados estrangeiros em cada estabelecimento; e) as políticas migratórias estabelecidas, naquele momento, nos países europeus; f) a crise de 1929; e g) o contexto de conflitos que eclodiu com a Segunda Guerra Mundial (Diegues Júnior, 1964 e 1977; Bassanezi, et al, 2008).

> A invasão da Holanda, Bélgica, França, a entrada da Itália na guerra, e em conseqüência, o aumento do bloqueio inglês e do contra-bloqueio alemão, reduziram ao mínimo o tráfego de vapores entre Europa e Brasil, tornando diminuta a possibilidade da vinda de imigrantes europeus. (Bassanezi, et al, 2008:82).

Logo após à Segunda Guerra Mundial, em 1945, houve um afrouxamento das restrições impostas à imigração. O Conselho de Imigração e Colonização reviu o texto da Constituição de 1937 e eliminou a quota para a imigração em massa, mas não para a imigração livre, o que acabou suscitando a entrada de imigrantes ilegais no país (Diegues Júnior, 1964 e 1977). Com essas alterações, aumentaram as entradas de novos fluxos imigratórios, ainda que com taxas inferiores às de maior intensificação anteriores. Os principais fluxos de imigrantes continuaram, ainda, a ser os europeus, sendo os portugueses, os italianos, os espanhóis e os alemães, em maior número. Devemos destacar, também, a entrada, ainda que em volume menor, dos norte-americanos e dos latino-americanos.

Vale destacar que, a partir da década de 30[47], há um acréscimo da migração interna no país, principalmente interestadual, superando, até hoje, os fluxos de migração internacional.

Entre 1930 e 1950, há uma consistente mudança na estrutura ocupacional estabelecendo uma nova trajetória ocupacional dos imigrantes (tanto internacionais, quanto nacionais). Isto é, em geral, eles não se direcionam mais para o trabalho na agricultura, em especial, para a cafeicultura, mas sim para o setor fabril, tornando-se

[47] A partir de 1929 até 1950 os migrantes internos, principalmente mineiros e nordestinos, foram subsidiados pelo governo, especialmente do Estado de São Paulo. para sanar o problema de "falta de braços" nos cafezais paulistas (Silva, 2008).

operários, técnicos industriais, ou funcionários de quadros intermediários necessários à nova estrutura ocupacional demandada pela industrialização (Bassanezi et al, 2008).

Da década de 1940 até a década de 1970, o número de entrada de imigrantes internacionais, no país, foi baixo. Entre 1940 e 1950, o predomínio foi de portugueses, seguidos por italianos, espanhóis e japoneses. Esses últimos tiveram o maior fluxo para o Brasill entre 1953 e 1960 (Bassanezi et al, 2008). Com o início do governo militar, as políticas de atração de imigrantes internacionais foram abandonadas. O governo tinha um forte ideal nacionalista, acreditando que o país poderia desenvolver-se com a imigração interna como fonte de mão-de-obra. Sendo assim, a migração interna passou a ser "o carro chefe" das migrações no Brasil. Entre 1940 e 1970, o Brasil apresentou um grande crescimento das migrações internas, que teve, nos anos 50, um dos maiores incrementos de fluxos migratórios internos registrados no país (Rossini, 1986).

Já a partir da década de 70, o quadro altera-se. O Brasil, novamente, passa a ser um importante palco de fluxo imigratório internacional, sem, no entanto, superar os fluxos de migração interna. Os imigrantes internacionais eram, principalmente, indivíduos oriundos da América do Sul. Isto porque iniciava, no país, uma boa fase na política, dada ao início de uma re-democratização (no final da década de 70, chegando ao seu auge em 1984, coma as eleições diretas), e na economia, devido ao grande crescimento econômico (ainda que semente de um grande endividamento).

Entre 1973-80, o produto interno bruto brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 7,1% (Brito, 2000). Nesse período, também cresceu o setor industrial e da construção civil. A economia urbana modernizou-se, aumentando sua capacidade de geração de emprego. O setor industrial e da construção civil foram responsáveis, respectivamente, por 19% e 35% dos empregos gerados em 1960-70 e por 25,4% e 37,7% entre 1970-80. O setor terciário, de serviços, também, apresentou um crescimento na capacidade de geração de empregos. Nos anos 60, este setor gerou 53% dos empregos e 62% nos anos 70 (Brito, 2000). Nesse contexto, o Brasil apresenta-se atrativo para os imigrantes internacionais, mas aqueles que entram no país são, em maioria, ilegais, devido às restrições impostas pelo governo brasileiro.

Destacamos aqui o contexto político do Chile, que sofreu, em setembro de 1973 um golpe militar, chefiado pelo general Augusto Pinochet. Ele assumiu o poder no país, dissolveu os partidos políticos, e instaurou uma onda violenta repressão contra os cidadãos. Esse fato, que perdurou até final da década de 80, foi responsável, ainda que

não totalmente, pela onda de emigração naquele país e, conseqüentemente, de imigração daqueles cidadãos para o Brasil.

Na década de 80 e início da de 90, o Brasil apresentou uma economia extremamente instável, acarretando uma mudança no panorama das imigrações internacionais (até mesmo das internas). O país, naquele momento, começa a se apresentar como um país expulsor de migrantes, devido ao crescimento no número de emigração dos brasileiros[48] para o exterior. Entretanto, o Brasil não deixou de ser um país receptor de imigrantes. Nesse mesmo período, a imigração internacional volta a crescer no país, apesar dos números de entrada não chegarem aos patamares dos fluxos anteriores. Nesse período, entrou no Brasil, um número significativo de coreanos, de chineses, de paraguaios, de bolivianos, de uruguaios, de argentinos, de peruanos e, também, de franceses e de norte-americanos. Segundo Assis e Sasaki (2001:1), "o país foi surpreendido nos anos 80 por uma significativa emigração de brasileiros para o estrangeiro e também por um novo fluxo de coreanos, bolivianos e outros latinos para o Brasil." Essas são, em maioria, migrações livres e em massa. Os imigrantes são, majoritariamente, documentados, mas com um número considerável de imigrantes ilegais (como o caso de muitos bolivianos e coreanos, segundo Buechler, 2003), devido à restrição de quotas impostas aos imigrantes livres; em grande parte, são imigrantes da cidade para cidade e do campo para cidade; no caso dos latinos, muitos são imigrantes temporários, pendulares e/ou circulares, já que vivem em países de fronteira com o Brasil, facilitando assim o retorno origem-destino e destino-origem.

Os países da América do Sul, entre 80 e 90, passaram por um processo de democratização, entretanto intensificaram neles as crises financeiras, as dívidas externas, os déficits fiscais, a paralisação do processo produtivo, acarretando em uma elevação das desigualdades sociais, da pobreza e do distanciamento dos países do primeiro mundo. Com o intuito de reverter esse quadro, os países da América do Sul, primeiramente Brasil, Argentina, Uruguai, e Paraguai, e, em seguida, também, Chile e Bolívia, estabelecem, como estratégia, a formação de um bloco econômico, denominado "Mercosul" (Mercado Comum do Sul) (Patarra e Baeninger, 2004b).

Ainda que operando com oscilações, o Mercosul estabelece uma conjuntura política que parece favorecer dinamismo econômico e um relativo avanço nas políticas

[48] Nesse momento, o Brasil é considerado não mais como um país receptor de imigrantes, mas sim um expulsor. Entretanto, esta idéia é contrariada pelo fato de inúmeros estrangeiros, principalmente da América Latina, entrarem no país, como imigrantes, após os anos 80 (Ântico, 1998; Baeninger, 2003)

sociais que afetam diretamente aqueles que se movimentam internamente nos países do bloco (Patarra e Baeninger, 2004b).

A partir desse contexto, isto é, com a assinatura do "Tratado de Assunção" (Mercosul), em 1991, um novo panorama estabeleceu-se para os fluxos imigratórios, vindos da América do Sul para o Brasil. Isso porque o Mercosul caracterizou-se pelo processo de busca de uma integração e reestruturação da economia entre os países membros. Essa reestruturação apresenta uma abertura e desregulamentação das economias e uma crescente flexibilização das relações de trabalho, entre os países membros. Segundo Sant'ana (2000), este panorama coloca o Brasil como ponto de atração para os imigrantes oriundos daqueles países, devido ao ideal de livre circulação de trabalhadores (apesar de na prática, as restrições não terem sido abandonadas).

Além disso, a Argentina, que era o principal país de atração de imigrantes originários da América do Sul, inclusive de brasileiros, passa por uma crise econômica profunda, fazendo com que, não só os argentinos, mas, também, muitos outros latinos mudassem suas rotas de destino, dirigindo-se para o Brasil.

É interessante salientar que o Brasil, até os anos 70, era exportador de emigrantes para os países vizinhos da América Latina, especialmente para o Paraguai (Barcellos 2000; Baeninger, 2003), e importador de imigrantes, principalmente, da Europa e da Ásia (japoneses em específico). Este quadro mudou, no final do século XX. O Brasil passou a expulsar sua população para vários países da Europa, para os Estados Unidos e para o Japão e a atrair, principalmente, latino-americanos, norte-americanos e asiáticos (chineses e coreanos) para o seu território[49].

Outro fator a considerar é que, nos anos 90, o governo brasileiro começou o processo de privatização das empresas públicas. Com isso, muitos foram os capitais estrangeiros que entraram no país, na compra das grandes estatais. A partir do momento que essas empresas públicas passam para as mãos dos estrangeiros, muitos imigrantes profissionais qualificados vêm para o Brasil para trabalharem nas sedes das empresas dos seus países (Oliveira, 2001). Segundo Oliveira (2001), esses profissionais iriam implantar os negócios, de acordo com a visão empresarial da matriz. De acordo com Baeninger e Leoncy (2000), o processo de privatização no Brasil fez crescer o volume de entrada de profissionais estrangeiros no país, os quais vieram ocupar cargos de

[49] Baeninger (2000) mostra-nos que, a partir dos anos 80, o estoque de brasileiros nos países vizinhos tem diminuído e, ao contrário, o número de imigrantes latino-americanos tem aumentado no Brasil.

destaque na hierarquia das empresas adquiridas pelo capital estrangeiro. Sendo assim, muitos imigrantes livres, legais e profissionais entraram no Brasil, nesse período.

Vale ressaltar que, além dos profissionais documentados, muitos imigrantes ilegais entraram no país na década de 90. Isso, em parte, porque o governo brasileiro não tinha e ainda não tem uma política de incentivo à imigração e nem uma de controle para prevenir a entrada de imigrantes ilegais no país (Amaral e Fusco, 2005). Entretanto, esse fenômeno não é de total responsabilidade do governo brasileiro e nem é uma singularidade do território brasileiro. Como exposto por Patarra e Baeninger (2004b:85), "traço característico da imigração estrangeira no cenário da globalização é a condição clandestina dos imigrantes (...), tornando ainda mais difícil a mensuração desses fluxos."

O quadro de redução do número de entradas de imigrantes internacionais para o país, ainda que com um considerável percentual de entrada de latinos e asiáticos, nas três últimas décadas (70, 80, principalmente, e 90) deve ser interpretado dentro de um contexto de enormes transformações políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Como exposto por Patarra e Baeninger (2004a e b), devemos destacar o grande papel desempenhado pelo processo de reestruturação produtiva, em âmbito mundial, que implicou em novas formas de mobilidade do capital e, principalmente, da população em diferentes partes do mundo. Segundo as autoras, esse contexto estabelece uma demanda de reavaliação das dimensões explicativas da migração, bem como a própria definição do termo.

> [Além disto], com a velocidade das transformações tecnológicas (Castells, 1999; com a compressão do espaço e do tempo (Harvey, 1992); com a nova conformação da hierarquia urbana internacional (Sassen 1988); com a consolidação de redes de lugares e dos lugares de redes (Benko e Lipietz, 1994); com a intensidade e diversidade dos deslocamentos populacionais, que definem e redefinem espaços transnacionais (Glick e Schiller, 1997), a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente no nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais (Patarra, Baeninger, 2004b: 75).

Vale destacar que, talvez, o crescimento do número de imigrantes não esteja acontecendo, especificamente no Brasil, se entendermos por migração a transferência de residência fixa. Entretanto, novas formas de mobilidade populacional passaram a

coexistir, levando a movimentos de pessoas mais constantes, mais circulares e mais diversos, acarretando em maiores dificuldades de percepção e aferição dos imigrantes.

4.4 - Os principais fluxos imigratórios inseridos no Brasil.

A seguir, buscamos, através dos dados dos três últimos censos e, principalmente, do censo de 2000, apresentar informações mais precisas sobre os principais fluxos imigratórios para o Brasil. O intuito é verificar a representatividade numérica (percentual) de cada grupo no território brasileiro, isto é, o quanto cada grupo étnico representa para o total da população brasileira e para o total de imigrantes inseridos no país. Além disto, pretende-se apresentar os principais períodos de entradas, no país, para cada grupo específico.

A tabela 1 produzida com dados dos censos brasileiro de 1980, 1991 e 2000, de uma imigração acumulada (isto é, estoque de imigrantes, sobreviventes ou que não re-emigraram, à época do censo) apresenta os números e porcentagens dos principais imigrantes internacionais residentes no país naqueles anos.

Identificamos uma variação dos estoques de imigrantes, entre aqueles períodos censitários e, conseqüentemente, uma mudança na composição da população internacional residente no Brasil. Observa-se uma queda geral no número de imigrantes internacionais no Brasil, passando de 1.110.910 em 1980, para 767.780 em 1991 e, em 2000, chegou-se ao número de 683.830[50].

Esses dados corroboram com o que foi exposto anteriormente, baseado na literatura. Isto é, nas três últimas décadas do século XX, verifica-se um crescimento, em geral, no número de latinos e asiáticos (são os casos dos paraguaios, bolivianos, uruguaios, peruanos, coreanos e chineses) e um decréscimo no número de europeus, nessas décadas. Isto pode ser explicado por quatro fatores, principalmente: a) pelo número de entrada dos imigrantes; b) pela taxa de mortalidade dos imigrantes; c) pelo número de re-emigração, devido a retornos desses imigrantes; e d) e, por fim, pela naturalização de muitos estrangeiros.

[50] Vale lembrar aqui sobre o fato dos dados, do censo, serem subestimados, para os imigrantes internacionais, devido ao grande número de imigrantes vivendo no Brasil, de forma clandestina, isto é, serem imigrantes ilegais.

Tabela 1- Número absoluto e percentual dos estoques (migração acumulada) de imigrantes internacionais residentes no Brasil entre 1980 e 2000.

	Datas do Censo					
Países de origem	**1980**		**1991**		**2000**	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Portugal	392661	35,3	263611	34,3	213203	31,2
Japão	139480	12,6	85571	11,1	70932	10,4
Itália	108790	9,8	66294	8,6	55032	8
Espanha	98515	8,9	57887	7,5	43604	6,4
Paraguai	17560	1,6	19018	2,5	28822	4,2
Argentina	26633	2,4	25468	3,3	27531	4
Uruguai	21238	1,9	22144	2,9	24740	3,6
Bolívia	12980	1,2	15691	2	20388	3
Alemanha	41753	3,8	24329	3,2	19556	2,9
Chile	17830	1,6	20436	2,7	17131	2,5
Líbano	21909	2	17187	2,2	16090	2,4
China*	11213	1	11061	1,1	14837	2,2
Estados Unidos	13803	1,2	11360	1,5	13948	2
Peru	3789	0,3	5833	0,8	10814	1,6
Coréia**	7258	0,7	8528	1,1	8645	1,3
França	10336	0,9	7953	1	8382	1,2
Polônia	23646	2,1	12496	1,6	7459	1,1
Outros países	141516	12,7	95652	12,5	82717	12,1
Total de imigrantes	1110910	100	767780	100	683830	100

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora. A tabela encontra-se ordenada de forma decrescente por número de imigrantes internacionais recenseados em 2000.

Os gráficos seguintes da imigração acumulada, produzidos pela sub-amostra dos dados do censo brasileiro de 2000, apresentam os principais períodos de entradas dos imigrantes internacionais, por país e continente de origem, residentes no Brasil naquele ano. Verificamos que, no caso dos imigrantes europeus, com exceção dos franceses e alemães, a maioria entrou no país antes da década de 70. Esse número foi maior para os portugueses, com 57%. Destacamos que mais de 50% de espanhóis, portugueses e italianos, residentes no Brasil em 2000, entraram no país antes de 1960.

Já entre os franceses, apenas 11% entraram antes de 1960 no país e 43% fixaram residência na década de 90. No caso dos imigrantes portugueses e espanhóis, menos de 10 % fixaram residência no Brasil depois de 1990. Os alemães apresentam um percentual maior para o período antes de 1960 (31%), comparado aos outros períodos,

mas, também, apresentou um percentual considerável (27%) de entrada no período de 1991 a 2000.

Gráfico 1 – Período de entrada dos imigrantes europeus no Brasil – Censo 2000.

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Esse quadro confirma que os imigrantes europeus entraram, predominantemente, no país até a década de 60 do século XX. Entretanto, após essa data, o Brasil perde seu poder de atração para esses imigrantes.

Contrário a esse primeiro grupo, os imigrantes da América do Sul e os norte-americanos (originários dos Estados Unidos) fixaram residência no Brasil, em sua maioria, após os anos 70. Apesar da similaridade entre os fluxos imigratórios, há algumas disparidades entre os mesmos. Mais da metade (57%) dos chilenos fixaram residência no Brasil, no período de 1971 a 1980 e apenas 9% no período de 1990 a 2000. Esse fato deve ser interpretado pelo fator atração do Brasil, mas, mais pelo fator de expulsão do país de origem. Isso porque, como exposto anteriormente, nas décadas de 70, principalmente, e 80, os cidadãos chilenos vivenciaram um momento de grande repressão no país, fazendo com que alguns saíssem da terra natal voluntariamente, mas, um grande número fosse expulso (exilado do país), devido à imposição de um regime militar violento.

Diferentemente, os norte-americanos tiveram seu maior fluxo imigratório para o território brasileiro entre 1991 a 2000, com um total de 38%[51].

Gráfico 2 - Período de entrada dos imigrantes latinos e norte-americanos no Brasil – Censo 2000.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Para todos os latinos americanos, o número de imigrantes, que entrou no país na década de 80, ficou em torno de 22% e 28%. Já para os norte-americanos, o percentual foi de 16%. Entre os latinos, o percentual de entrada antes de 1960 não ultrapassou a 9%. Quanto à imigração desses para o Brasil entre 1991 a 2000, período de implantação do Mercosul e, conseqüentemente, de um avanço no movimento interno de pessoas nos países do bloco, os números foram os seguintes: bolivianos, 27%, argentinos, 27%; paraguaios, 22%; uruguaios, 20%.

Vale destacar que, naquele período, os peruanos, oriundos de um país fora do bloco econômico do sul, apresentaram um percentual de 38% de entrada no Brasil, bem acima dos outros sul-americanos. Esse fenômeno pode ser explicado, ainda que em parte, pelo período de grande violência política instalado pelas "ações do Sendero Luminoso e do grupo paramilitar Colina, sustentado e arregimentado pelo governo de

[51] De acordo com Patarra e Baeninger (2004b:87), "a imigração norte-americana recente para o Brasil está relacionada a alocação temporária de mão-de-obra qualificada."

Alberto Fujimori (1990-2000)" (Vecchione, 2006:1), que pode ter induzido grande parte da população a retirar-se do país.

Já os paraguaios foram os imigrantes que apresentaram uma menor concentração por período. No caso dos uruguaios, a década de 80 teve um percentual maior (27%) do que a década de 90.

Entre os imigrantes de origem asiática, pode-se pensar em dois grupos: aqueles imigrantes antigos, os quais são os japoneses e os libaneses, e aqueles imigrantes recentes, isto é, os coreanos e os chineses. Mais de 70% dos japoneses, que residiam no Brasil em 2000, entraram no país antes de 1970. Entre os libaneses, mais ou menos 55% fixaram residência no Brasil antes de 1970. Os outros 45% distribuíram-se relativamente iguais entre os outros períodos.

Gráfico 3 – Período de entrada dos imigrantes originários da Ásia para o Brasil.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Já os chineses apresentam uma maior dispersão entre os períodos de imigração para o Brasil, com um pequeno aumento (30%) para o período de 91 a 2000, comparado com 23% entre 1981 a 1990, 7% antes de 1960, e 16% e 23% para os períodos de 61 a

70 e de 71 a 80, respectivamente. Os coreanos entraram em maior número nos períodos de 71 a 80 (32%) e de 81 a 90 (30%). Entre esses, menos de 5% fixaram residência no Brasil antes de 1960 e 14% entre 1961 a 1970.

A partir dos dados acima, pode-se identificar um marco divisório, entre os períodos antes e depois de 70, que determina as mudanças na composição da população estrangeira residentes no Brasil, no ano de 2000. Desse modo, a partir desse estoque de imigrantes residentes no país, é possível dividir em dois grupos de imigrantes distintos: "os antigos" e "os recentes". O primeiro é aquele fundamentado pelos imigrantes que, em sua maioria, fixaram residência no país antes de 1970, especificamente falando, são os portugueses, os espanhóis, os italianos, os poloneses, os japoneses e os libaneses. O segundo é aquele formado por indivíduos que entraram, em maior número, após os anos 70; são os casos de argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, franceses, alemães, chineses, coreanos e norte-americanos.

Uma vez que o interesse desse estudo está centrado nos imigrantes que, majoritariamente, fixaram residência no Brasil após a década de 70, mas pertencentes a países em desenvolvimento, como o Brasil, seguem-se análises apenas dessa população de imigrantes. Dessa forma, apresentamos, a seguir, padrões imigratórios dos imigrantes recentes, ou seja, somente para argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos.

4.5 - A idade ao migrar para o Brasil

Embora, em geral, o número de imigrantes tenha diminuído no país, a porcentagem dos imigrantes "recentes" latinos e asiáticos cresceu de 118.501 em 1980, para 125.440 em 1991 e para 152.908 em 2000 (representando, respectivamente, 11%, 16% e 22% do total de imigrantes no país – Cf. tabela 1).

Quando se fala em imigrantes recentes, geralmente, imaginamos encontrar uma proporção maior de pessoas em idade economicamente ativa, uma menor concentração de pessoas idosas (com 65 anos ou mais) e de crianças e adolescentes. As pessoas mais jovens, em idade ativa, estão mais propensas a se moverem (Golgher, 2004). Entretanto, sabe-se que isso depende de duas coisas: 1) das formas de imigração, isto é, se

individual ou de reunião familiar ou de retorno; 2) e dos níveis de fecundidade e mortalidade dos diferentes grupos migratórios residentes no país.

Ao analisarmos os imigrantes latinos e asiáticos, residentes no Brasil em 2000, verificamos algumas diferenças quanto à idade ao imigraram para o Brasil e quanto ao tempo de permanência desses imigrantes no país. Como o esperado (gráfico 4), o número de imigrantes que entraram no Brasil, com 65 anos ou mais, é bastante reduzido para todas as nacionalidades, não ultrapassando o percentual de 1%.

Aqueles que entraram quando crianças (com menos de 10 anos) representam um menor percentual do que o número de jovens e adultos. Com exceção dos paraguaios, todas as outras nacionalidades apresentaram um número acima de 80% de imigrantes entre as idades de 10 a 41 ou mais anos ao imigrar, ou seja, população em idade ativa. Identifica-se que a faixa etária, que apresentou maior percentual para todos os imigrantes (com exceção dos chineses), é de 21 a 30 anos ao imigrar.

Gráfico 4 – Idade ao imigrar para o Brasil, por Nacionalidade.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Os chineses apresentaram maiores percentuais para aqueles que imigraram com 41 anos ou mais (30%) ou com 31 a 40 anos ou 21 a 30 anos (23% para cada um desses

dois intervalos). Os paraguaios apresentaram uma maior concentração de pessoas que imigraram com menos de 20 anos (52%), seguido pelos coreanos com (45%) e bolivianos (42%).

Esse resultado para os paraguaios é bastante instigante, levando-nos a algumas interpretações. Inferimos que esta diferença entre os paraguaios e os outros imigrantes, tanto latinos quanto asiáticos, pode ser entendida, em parte, considerando dois fatores. O primeiro relaciona-se a elevada fecundidade das paraguaias. A partir dos dados do censo, sobre o total de filhos vivos, verifica-se uma alta fecundidade das mulheres paraguaias, quando comparadas com as mulheres de outras nacionalidades, exceto entre as bolivianas que, também, têm elevada fecundidade. Mais de 80% das mulheres argentinas, chilenas, uruguaias, chinesas e coreanas têm um número máximo de três filhos; o número de peruanas com até três filhos é de 76%; a porcentagem de mulheres paraguaias e bolivianas é menor, 68% e 69% respectivamente.

Verificam-se médias de filhos de 3.10 (desvio de 2.00) para as bolivianas e de 3.20 (desvio de 2.37) para as paraguaias, bem mais altas do que as médias de filhos para as outras nacionalidades que têm como maior média 2.81 para as peruanas e a menor, 2.34, para as chilenas. Quando fazemos o teste de média (ANOVA, tabela 2) entre esses grupos de imigrantes, identifica-se que essas diferenças de médias são estatisticamente significantes, com um *Ftest* de 200.2. Ao se analisar as diferenças de médias entre os grupos das paraguaias e das outras nacionalidades (latinas e asiáticas) o *Ttest* é de 330.7, altamente significante, ao nível de 1%.

Tabela 2 - Teste de Média de filhos entre todas as nacionalidades e entre paraguaias e as outras nacionalidades latinas e asiáticas

Grupos de comparação	Ttest	Ftest	Sig
Todas		200.2	0.00
Paraguaias e outras	330.7		0.00

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Porém, chamamos a atenção para a análise desse fator, uma vez que bolivianas, apesar de também terem alta fecundidade, não têm um número acima de 50% de jovens

com menos de 20 anos de idade ao imigrar. Sendo assim, o peso explicativo, da diferenciação de idade ao imigrar dos paraguaios, pode cair sobre o segundo fator que se refere ao efeito da imigração de retorno dos "brasiguaios". Isto é, muitos desses jovens paraguaios, provavelmente, são filhos de brasileiros que emigraram para o Paraguai e retornaram ao Brasil com sua família, trazendo filhos nativos do Paraguai. Como exposto anteriormente, é grande o número de brasileiros que emigraram para o Paraguai (Ântico, 1998; Barcellos, 2000; Sales, 2005), principalmente a partir dos anos 70, representando 19% do total de emigrantes brasileiros, perdendo apenas para aqueles que se dirigiram para os Estados Unidos, os quais representam 40% desse total (Sales, 2005).

Quando se analisa os dados do censo de 2000, identifica-se que entre as pessoas que disseram residir em outro país a menos de 10 anos da data do censo, 67% são brasileiros de retorno. Desses, 27% vieram do Paraguai, 17% do Japão e 15% dos Estados Unidos (Amaral e Fusco, 2005). De acordo com Ântico (1998), dos 18.528 imigrantes, vindo do Paraguai entre 1981 a 1991, 23% correspondiam a um fluxo de retorno dos brasileiros. No censo de 1991, dos 8.826 imigrantes vindos do Paraguai para o Paraná, 87,6% eram brasileiros de retorno. Das 5.274 pessoas do Paraguai com o fluxo direcionado para o Mato Grosso do Sul, 68,2% eram brasileiros de retorno. Entre esses retornados, a maior proporção era de mulheres, em grupos etários até os 29 anos (Ântico1998: 680). A partir desses dados, infere-se que muitos desses jovens paraguaios, em idade menor de 15 anos, possam ser filhos dos brasileiros de retorno.

4.6 - O tempo de residência no Brasil

Outro fator de análise, sobre esses imigrantes, que é interessante para esse estudo, é o tempo de residência no Brasil. Como já exposto, essa informação é importante, devido ao fato de se pressupor que a inserção ocupacional e *status* ocupacional dos imigrantes podem ser afetados pelo tempo de residência do imigrante no país de destino (Silva, 2008; Borjas, 1999; Martine e Peliano, 1978). Isso porque, de acordo com Borjas (1999) quanto mais tempo de permanência no local de destino tem o imigrante, maior a assimilação cultural, a aprendizagem da língua, das normas e regras etc. Além disso, pode-se inferir que maior será também seu capital social, uma vez que

redes sociais são estabelecidas nos contatos em escolas, trabalhos e eventos sociais (Coleman, 1988), na sociedade hospedeira.

Como esperado, devido aos períodos de imigração para o país, todos os grupos de imigrantes "recentes" apresentam uma baixa porcentagem de imigrantes que têm de 31 a 51 anos ou mais de permanência no Brasil. Verifica-se (gráfico 5) que todos os grupos de imigrantes, exceto os originários do Chile, devido à diferença na fase de assentamento, apresentaram uma proporção de 50% ou mais de pessoas que residem no Brasil a menos de 20 anos. Essa proporção é maior para os peruanos (71%) e os paraguaios (65%). Esses resultados só reforçam os dados apresentados acima, em que se verifica uma maior concentração de entradas de peruanos e paraguaios a partir de 1980, comparados com os outros latinos e com os asiáticos.

Gráfico 5 – Tempo de residência do imigrante no Brasil, por origem – Censo 2000.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Observamos que os chilenos apresentam um percentual bastante alto (47%) de pessoas que residem de 21 a 30 anos no Brasil, comparado aos outros imigrantes. São eles que têm o menor percentual de residentes com menos de 10 anos (13%) inseridos no país. Já os peruanos, ao contrário, foram os que apresentaram um maior percentual (48%) de indivíduos com 10 anos ou menos de residência no Brasil. Outros grupos que

apresentaram um percentual mais alto de membros com residência recente no país são os paraguaios (42%), os bolivianos (38%), os chineses (37%) e os argentinos (34%). No caso dos coreanos, o percentual maior (35%) encontra-se entre aqueles que têm de 21 a 30 anos de moradia no país. Já os uruguaios não apresentaram diferenças significativas no número entre aqueles que residem entre 10 anos ou menos (26%) e aqueles que residem de 21 a 30 anos (27%) no Brasil.

4.7 - A distribuição espacial desses imigrantes no território brasileiro

Nessa seção, buscamos identificar o padrão migratório de distribuição espacial dos imigrantes latinos e asiáticos no território brasileiro. Para isso, verificamos, primeiro, a espacialização dos imigrantes por região e depois por estados brasileiros. Os dados apresentam uma grande concentração dos imigrantes, em geral, na região sudeste (gráficos 6-13 e Figura 1). Vale ressaltar a maior concentração dos imigrantes coreanos, chineses e chilenos na região sudeste, comparado com os outros imigrantes, e lembrar que os países de origem desses imigrantes não fazem fronteiras com o Brasil. Dessa forma, a concentração desses imigrantes pode ser explicada pela idéia de Ravenstein (1889) de que imigrantes, que se deslocam a longas distância (nesse caso, aqueles que têm como origem países não limítrofes com o Brasil), dirigem-se, de preferência, para um grande centro comercial ou industrial, como é o caso da região sudeste no Brasil.

As exceções, quanto à concentração na região sudeste, são apresentadas pelos paraguaios e uruguaios. Esses imigrantes permanecem, em maior número, nas regiões de fronteiras dos seus países com o Brasil. Os imigrantes de origem paraguaia aglomeraram-se na região sul, em primeiro lugar, e na região centro-oeste, em segundo. Os uruguaios concentraram-se na região sul, principalmente.

Quando se relaciona o período de entrada no Brasil e a região geográfica de residência dos imigrantes, encontram-se algumas informações interessantes. Verificamos que, entre os latinos, a maioria (argentinos, paraguaios, peruanos e uruguaios) apresenta um número menor de imigrantes residentes na região sudeste para os períodos mais recentes de entrada no país e um número maior de imigrantes nas regiões de fronteiras para esses períodos. Para os chineses e os coreanos, a região sudeste é de concentração, mas, no caso dos chineses, há um ligeiro crescimento da região sul como local de residência nas últimas décadas.

Gráfico 6 – Argentinos por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 7 – Bolivianos por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 8 - Chilenos por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 9 – Paraguaios por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 10 – Peruanos por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 11 – Uruguaios por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 12 – Chineses por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Gráfico 13 – Coreanos por região do Brasil, por período de entrada.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Distribuição geográfica dos imigrantes internacionais,
por período de entrada no Brasil.

Fonte: IBGE 2000

Figura 1 - Mapas de distribuição geográfica dos imigrantes internacionais, por período de entrada no Brasil.

Fonte: Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Verificamos, nos gráficos e mapas acima, que, para argentinos, paraguaios, uruguaios e chineses que entraram entre 1980 e 2000, as regiões sudeste e sul apresentam-se espelhadas, demonstrando que quando há um decréscimo percentual na região sudeste, concomitantemente, há um acréscimo na região sul.

Observamos que, ao contrário de paraguaios, de argentinos, de peruanos e de uruguaios, entre os bolivianos há uma crescente concentração na região sudeste, passando de uma concentração de 52% para 57%, 59% e 68% para os respectivos períodos de entrada no país, ou seja, antes de 1971, de 1971 a 1980, de 1981 a 1990 e de 1991 a 2000. Concomitantemente, os bolivianos apresentam um decréscimo no número deles na região centro-oeste (região de fronteira) e um acréscimo para a região norte, com exceção para aqueles que entraram entre 1991 e 2000, residentes nesta última região. Uruguaios e paraguaios, diferentes de todos os outros imigrantes, independente do período de entrada no Brasil, têm a região sul como região de concentração crescente. Para os paraguaios, a região centro-oeste perde importância quando os períodos de entrada tornam-se mais recentes.

Os peruanos e os paraguaios são os imigrantes que apresentam uma maior dispersão entre as regiões para todos os períodos de entrada dos imigrantes. Os peruanos têm a região norte como a de maior concentração para aqueles que entraram no país entre 1991 a 2000, as regiões norte e sudeste, para aqueles que entraram entre 1981 a 1990 e a região sudeste, para aqueles que imigraram no período antes de 1980.

Os chilenos têm um padrão de concentração na região sudeste, com uma considerável mudança apenas para aqueles que chegaram depois de 91, comparado com os que chegaram ao Brasil em épocas anteriores. Nesse caso, a região sudeste, depois de 91, perde seu peso atrativo para as outras regiões, em particular para a região sul. Os coreanos e os chineses são os imigrantes com maior nível de concentração na região sudeste, para todos os períodos de entrada. O quadro permanece estável para os coreanos. Quanto aos chineses, a região sul apresenta um peso crescente, à medida que aumenta o ano de entrada dos imigrantes.

O destaque dessa análise encontra-se na redução do percentual de imigrantes entrando na região sudeste, nos períodos de 80 a 91 e, principalmente, de 91 a 2000, e no aumento nos percentuais de imigrantes fixando residência, nos mesmos períodos, nas regiões fronteiriças com o país de origem dos imigrantes argentinos, paraguaios,

uruguaios e peruanos. As exceções são apenas para bolivianos que continuam a crescer no Sudeste e para chilenos que apresentam um pequeno acréscimo no número de residentes no sul (uma região, também, distante de suas fronteiras).

Dada a complexidade do fenômeno migratório, são várias as possíveis interpretações para a análise da mobilidade espacial dos imigrantes. Entre elas, duas são pontuadas, aqui, para reflexão, sem, no entanto, deixar de desconsiderar outras, tais como os movimentos circulares e transnacionais. As duas consideradas como importantes para nossa discussão são: a) de uma migração por etapa ainda não processada; b) e/ou de uma migração fronteiriça, devido à perda do poder atrativo da região sudeste (especificamente, do estado de São Paulo) no Brasil; e/ou do ganho de peso atrativo de outras regiões brasileiras, nas últimas décadas. A opção de discutirmos apenas essas duas interpretações encontra-se no fato de acreditarmos serem elas as que melhor explicam significativa parte da mobilidade dos imigrantes internacionais em análise. Apesar da importância da verificação dessas tendências, não pretendemos analisar em profundidade essas hipóteses, uma vez que esse não é o foco de nossa atenção. No entanto, algumas inferências sobre o assunto são apresentadas.

Estudos anteriores sobre migração interna e migração internacional no Brasil (Brito 2000; Sala 2005) afirmaram que a região sudeste, em especial o estado de São Paulo e, principalmente, a capital do estado[52], nas últimas duas últimas décadas do século XX, perdeu o seu alto peso como local de absorção de imigrantes para as regiões do Sul, principalmente, e do Centro-Oeste e do Norte do país, nas últimas décadas.

Em seu estudo sobre a transição para um novo padrão migratório interno no Brasil, Brito (2000) afirma que, no período de 1981 a 1991, São Paulo tornou-se o estado com maior evasão populacional. Diminuiu o número de imigração para este estado e aumentou a emigração para as duas regiões de expansão da fronteira agrícola, o centro-oeste e o norte. Entretanto, estas duas regiões também apresentaram um

[52] Vale lembrar, aqui, que as décadas de 70, principalmente, e de 80 foram caracterizadas pelo fenômeno da "metropolenização", exercendo grande poder de atração da população. No Brasil, os melhores exemplos são as Regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo que concentravam, respectivamente, 79% e 50% da população de cada estado, na década de 80. Esse quadro sugeria a constituição de "megalópoles", concentrando mais e mais pessoas. Entretanto, o resultado não foi bem assim. A década de 90 apresentou uma queda no número de população nas metrópoles e, na década de 2000, manteve-se constante (estável) ao período anterior. Essa queda foi fruto de uma reestruturação produtiva, principalmente pela desconcentração das indústrias para o interior do estado. Mas São Paulo, na década de 90, apresentou-se como importante área, tanto de atração quanto de evasão de migrantes , sendo que a população atraída era principalmente intra-metropolitana (Pasternak e Bógus, 2005).

crescente número de emigrantes, indicando a grande "circulação migratória" entre as áreas de expansão da fronteira agrícola.

No período de 1940/80, a região sudeste, em especial os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, mantinha a hegemonia quanto ao número de imigrantes. Isso devido aos fortes desequilíbrios regionais no país. Na década de 70, a trajetória imigratória para São Paulo foi dominando, com o decréscimo da importância econômica do Rio de Janeiro. Nessa mesma década, os desequilíbrios regionais acentuaram-se, já que em São Paulo concentravam-se 56,4% do PIB industrial brasileiro e 37,7% dos empregos por ele gerado (Brito, 2000: 37).

A partir de 1980, este quadro muda. São Paulo alcança o seu limite de absorção dos migrantes, transformando-se no maior gerador de emigrantes do Brasil. Grande parte dos emigrantes é de retorno; entretanto, isso não deixa de ser um transbordamento populacional (Brito, 2000). Segundo Barcellos (2000), os últimos levantamentos acenam para uma retração do ritmo de crescimento das grandes áreas metropolitanas, especialmente a de São Paulo, um incremento das cidades médias, principalmente cidades de regiões que estão fora do epicentro formado pela região sudeste, que expõem uma maior relevância das migrações.

Entretanto, Baeninger (2005) Cunha (2003) e Perillo (2002) ressaltam que a Região Metropolitana de São Paulo, apesar de elevar em muito o número de emigração, continua absorvendo grande número de imigrantes. Segundo esses autores, o núcleo da Região Metropolitana, isto é, a capital, perde poder de atração, mas os municípios periféricos, que fazem parte dessa região, continuam atraindo pessoas. Segundo Baeninger (2005), um fator que ajudou a estabelecer esse quadro foi o fato das "forças centrífugas", isto é, as forças de atração das fronteiras agrícolas, terem acentuado sua perda de importância, a partir da década de 70, quanto aos movimentos migratórios, ainda que seus desdobramentos tenham se mantido até os anos 80 e início dos 90. Já as "forças centrípetas", aquelas exercidas pelas áreas metropolitanas e, em especial pela metrópole de São Paulo, reduziram pós anos 80, porém não desapareceram (Baeninger, 2005). Vale destacar que essas análises foram para os imigrantes internos e não para os internacionais.

Em acordo com os resultados de Brito (2000) sobre a perda da hegemonia do estado de São Paulo de local de absorção de imigrantes nas últimas décadas, Sala (2005)

afirma que, na década de 90, São Paulo reduziu a sua capacidade de atração de imigrantes internacionais do cone sul, em geral, com exceção dos bolivianos que parecem continuar com o maior fluxo para este estado. Sala (2005) enfatiza um deslocamento dos imigrantes latinos para as áreas fronteiriças. Esse encontro é similar ao nosso. Ou seja, ainda que a Região Sudeste e, principalmente, São Paulo continuem, nas duas últimas décadas do século XX, a receber imigrantes internacionais, o volume não é o mesmo ao das décadas anteriores, suscitando a idéia de uma perda de atração daquela região para os imigrantes externos.

Contudo, não podemos deixar de considerar um outro ponto que pode nos ajudar a entender melhor a distribuição espacial dos imigrantes internacionais no Brasil, o qual seja: a migração por etapa.

Ao analisarmos a distribuição espacial dos imigrantes de cada nacionalidade, por estado de residência em 2000 no território brasileiro, identificamos que os coreanos são os que apresentam uma maior concentração (89% residem em São Paulo) e os peruanos, argentinos e paraguaios apresentam uma maior dispersão geográfica. O estado de São Paulo mantém uma hegemonia no número dos imigrantes no caso dos coreanos, chineses, chilenos, bolivianos e argentinos. No caso dos Peruanos, o estado do Amazonas tem o mesmo peso do que o estado de São Paulo. Já para os paraguaios, o Paraná é o estado mais importante como receptor desses imigrantes e para os uruguaios é o estado do Rio Grande do Sul.

Em resumo, conforme apresentado na figura 2, tem-se os principais deslocamentos: coreanos, chineses, chilenos, bolivianos, argentinos dirigindo-se para São Paulo; peruanos para os estados de São Paulo e do Amazonas; paraguaios para os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul; e uruguaios concentrando-se no Rio Grande do Sul.

Figura 2- Mapa de distribuição dos imigrantes internacionais, por Estado do Brasil

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Através das informações sobre o estado ou país de residência anterior, apresentadas pelos residentes na Unidade Federativa (UF) a menos de 10 anos, verificamos que quatro quintos do total dos imigrantes residiam em um mesmo estado brasileiro a mais de dez anos. Para aqueles que residem na mesma UF a menos de 10 anos, mostrado na Tabela 3, 73,44% imigraram diretamente dos países de nascimento, ou seja, sem uma migração por etapa, na qual passa por outra UF ou outro país, antes.

Identificamos que os bolivianos, os paraguaios e os uruguaios foram os que apresentaram um maior percentual de imigração direta, acima da média geral, com

valores de 79,1%, 78,8% e 73,8% respectivamente. No caso dos bolivianos e paraguaios, este resultado pode ser inferido do maior número de entradas destes imigrantes na última década (91 a 2000), como já visto anteriormente. Entretanto, o mesmo não pode ser dito para os uruguaios, deixando aí uma questão a ser pesquisada em estudos futuros. Entre os que fizeram uma imigração por etapa, ou seja, 27% do total, 16% vieram dos principais estados das regiões norte (Rondônia e Amazonas), nordeste (Bahia), sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e centro-oeste (Mato Grosso do Sul); cerca de 8, 3% tinham outros estados do Brasil como residência e 2,4% tinham outros países como locais de moradia anterior.

Tabela 3 - Residência anterior, para aqueles que têm menos de 10 anos de residência na UF de moradia declarada em 2000 (valores em percentuais).

	País de origem								
Residência anterior	**Argentina**	**Bolívia**	**Chile**	**Paraguai**	**Peru**	**Uruguai**	**China**	**Coreia**	**Total**
Rondônia	0.16	1.87	0.00	0.70	1.52	0.13	0.00	0.00	0.63
Amazonas	0.57	0.28	0.89	0.02	2.42	0.10	0.38	0.00	0.51
Bahia	1.58	1.93	2.46	0.44	1.71	0.72	0.84	1.72	1.26
Minas Gerais	0.78	1.72	3.46	0.69	1.11	0.18	1.80	1.27	1.15
Rio de Janeiro	2.15	1.01	1.94	0.67	1.50	1.92	0.81	2.76	1.41
São Paulo	5.95	2.09	10.49	2.65	2.53	4.48	10.44	10.50	5.06
Paraná	2.64	1.06	2.88	4.32	1.33	1.31	2.58	0.36	2.42
Santa Catarina	1.21	0.00	3.24	1.08	0.62	2.37	0.14	0.81	1.10
Rio Grande do Sul	2.30	0.09	1.36	0.50	1.45	5.05	0.58	0.00	1.51
Mato Grosso do sul	0.28	1.43	0.00	2.18	0.28	0.59	0.00	0.00	0.86
País de nascimento	69.57	79.17	51.74	78.82	63.63	73.80	68.30	66.11	73.44
Outros estados	7.59	7.22	13.93	7.18	14.42	5.34	7.90	5.43	8.25
Outros países	5.22	2.12	7.61	0.75	7.48	4.02	6.23	11.04	2.41
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total absoluto	10852	7894	3612	12836	5659	7095	5822	2210	129471

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

A partir desse quadro, vale destacar o que Cunha (2007: 2) diz sobre a mobilidade espacial a partir da década de 90. Segundo o autor, "as tendências redistributivas centrípetas (em direção ao sudeste, em especial a São Paulo) e centrífugas (para as fronteiras), mesmo não perdendo suas importâncias, parecem não mais representar unicamente o que de mais relevante acontece em termos migratório no Brasil". Cunha (2003 e 2007) argumenta que o país transformou-se e os estados do sudeste do país como São Paulo e Rio de Janeiro foram os que mais sofreram, não

apenas com a crise econômica, mas também com as novas tendências locacionais da atividade produtiva que, de uma forma ou de outra, também tiveram impactos sobre a redistribuição espacial da população.

4.8 - Considerações finais

Os dados censitários apresentaram uma alteração no padrão migratório dos imigrantes internacionais para o Brasil entre os períodos antes de 1960 e depois de 1970. Até 1960, as principais correntes imigratórias para o Brasil eram compostas, principalmente, por europeus, sendo os portugueses, espanhóis, italianos e alemães os mais expressivos. Vale ressaltar a entrada bastante significativa, também, dos japoneses antes de 1960. No entanto, a partir de 1970, há um decréscimo no número destes imigrantes residentes no Brasil, concomitante com um aumento na proporção da população originária da América latina, em especial, os paraguaios, bolivianos, uruguaios e peruanos e da Ásia, em especial, coreanos e chineses.

A maioria dos imigrantes internacionais, originários da América do Sul e Ásia (considerando apenas coreanos e chineses), residentes no Brasil, imigrou quando estavam em idade economicamente ativa, com exceção dos paraguaios que 56% fixaram residência no país em idade abaixo de 15 anos. Para a compreensão desse fenômeno, sugerimos considerar a alta fecundidade das paraguaias e a alta imigração de retorno dos "brasiguaios".

A partir do censo de 2000, verificamos que 48% dos peruanos e 42 % dos paraguaios têm 10 anos ou menos de residência no Brasil, isto é, um número bastante significativo destes imigrantes, quase 50%, imigrou entre 1990 e 2000 para o país. Os números são menores para os bolivianos, chineses e argentinos, mas ainda são bastante expressivos, com um total de 38%, 37% e 34% respectivamente. Os chilenos foram os imigrantes que apresentaram o menor percentual de entrada no período de 1990 a 2000, um total de 13%. No caso destes imigrantes, 47% entram no país entre 1970 e 1980. Os uruguaios foram os que apresentaram uma maior distribuição percentual entre os períodos de entrada no Brasil, sendo 26% entre 1990 e 2000, 27% entre 1980 e 1990 e 25% entre 1970 e 1980. Os coreanos entraram em maior número (35%) entre 1980 a 1990, 28% entre 1970 a 1980 e 23% entre 90 e 2000.

Quanto à distribuição espacial, verificamos que os asiáticos concentram-se, majoritariamente na região sudeste. Entre os latinos, os chilenos são os que apresentam maior concentração nessa região. Isso pode ser explicado, talvez, pela idéia de Ravenstein (1889) de que imigrantes de longa distância têm preferência por centros urbanos mais desenvolvidos. Apesar de serem em percentuais menores, mas também altos, os outros imigrantes latinos encontram-se, em maior número, na região sudeste, com exceção dos paraguaios e dos uruguaios. Esses últimos concentram-se nas regiões de fronteira dos seus países com o Brasil. Os paraguaios inseriram-se, na região sul, em primeiro lugar, e na região centro-oeste, em segundo; os uruguaios concentraram-se na região sul.

Ao se relacionar o local de residência, em 2000, e o período de entrada, identificamos que a região sudeste tem perdido peso para as regiões sul e norte. Estudos anteriores afirmam que, nas últimas décadas, a região sudeste, em específico o município de São Paulo, têm tornado um local de expulsão de emigrantes, assim como de absorção. Segundo esses estudos, as forças centrífugas e centrípetas não mais dão conta de explicar todas as dinâmicas de distribuição espacial dos imigrantes no Brasil. Por isto, estudos, principalmente no que se refere aos imigrantes internacionais, deverão ser feitos para analisar, mais detalhadamente, se, no caso desses imigrantes, essa mudança refere-se a uma perda de peso da região sudeste como local de absorção para as regiões de fronteiras e/ou seria uma imigração por etapa ainda não processada e/ou uma imigração circular ou transnacional.

Por fim, ao observarmos a distribuição espacial destes imigrantes por estado, identificamos os principais estados de concentração e seus respectivos imigrantes. Isso é, coreanos, chineses, chilenos, bolivianos, argentinos concentram-se em São Paulo; peruanos em São Paulo e Amazonas; paraguaios no Paraná e no Mato Grosso do Sul; e uruguaios no Rio Grande do Sul.

5 - O perfil socioeconômico e demográfico dos imigrantes internacionais e dos brasileiros: uma análise comparativa

5.1 - Introdução

Esse capítulo busca realizar uma análise descritiva do perfil dos imigrantes internacionais "recentes", residentes no Brasil. O objetivo central desse capítulo é comparar imigrantes internacionais entre si e esses com os nativos brasileiros, com o intuito de identificar as diferenças e semelhanças entre estes grupos - em aspectos demográficos (idade, cor/raça, situação de moradia) e socioeconômicos (escolaridade, sobre-educação na ocupação, religião, estado civil, relações no domicílio, participação no mercado de trabalho, setor e ramo de atividade de inserção). Essa comparação pretende servir como base para análises mais detalhadas que serão apresentadas no próximo capítulo deste trabalho. Por isso, esse capítulo é uma pesquisa exploratória das variáveis que serão utilizadas, adiante, como variáveis dependentes e independentes em análises de regressões.

Destacamos que, a partir desse capítulo, os grupos em estudo são apenas aqueles focos de análise, isto é, homens, entre 25 a 60 anos, pertencentes aos grupos de brasileiros e imigrantes internacionais recentes.

Esse capítulo é dividido em cinco partes. A primeira é essa introdução. A segunda discute, ainda que superficialmente, teorias que buscam explicar as diferenças nos perfis entre pessoas que migraram e aquelas que não-migraram. A terceira e quarta partes apresentam, respectivamente, uma descrição do perfil demográfico e do perfil socioeconômico dos imigrantes internacionais e brasileiros imigrantes ou não. Para finalizar, é descrita uma reflexão geral sobre o capítulo.

5.2 Uma análise comparativa entre imigrantes internacionais e entre esses e os nativos brasileiros.

Embora não se tenha a intenção aqui de testar teorias sobre auto-seletividade dos imigrantes, é importante expor as idéias sobre o assunto. Essa discussão é relevante por

ajudar a compreender as diferenças dos perfis entre os imigrantes internacionais e os nativos brasileiros.

A literatura sobre migração (Chiswick, 1999; Zavodny, 2001; Aydemir, 2003 e Golgher, 2006) afirma que algumas pessoas têm uma maior probabilidade de migrar do que outras. Isso porque, de forma geral, os migrantes não são uma amostra aleatória da população, mas sim grupo de pessoas que diferem em muitos aspectos dos grupos de não migrantes.

Vários estudos (Chiswick, 1999; Zavodny, 2001; Aydemir, 2003 e Golgher, 2006) discutem sobre a auto-seletividade dos imigrantes. Muitos destes trabalhos (Chiswick, 1999; Zavodny, 2001; e Golgher, 2006), focados na teoria do capital humano, afirmam que, em geral, a auto-seleção é positiva dos migrantes. Isto é, os migrantes são pessoas que, em média, são mais capazes, ambiciosas, "agressivas", empreendedoras, educadas, jovens, do que indivíduos que escolhem permanecer em seus lugares de origem (Chiswick, 1999; Golgher, 2006). De acordo com Castiglione (1989 *apud* Golgher, 2006:12), os migrantes típicos são:

> indivíduos que reagem de forma diferenciada quando confrontados com os fatores que induzem à migração. Aqueles que respondem ao estímulo têm algumas características comuns que os diferenciam dos demais, que não reagem a tal estímulo. Estas características são ligadas, principalmente, à idade, à instrução e à especialização, ao estado civil, às aspirações e ao sexo. Pode-se então descrever um migrante típico como um adulto jovem, solteiro, com certo nível de instruções, que irá buscar uma colocação no mercado de trabalho.

Ressaltamos que esta abordagem é focada na análise de imigrantes livres, em maioria imigrantes trabalhadores. Essa abordagem não tem como foco de atenção os imigrantes refugiados, por exemplo, que não têm a escolha de migrar.

Em consonância com essa posição, Chiswick (1999) afirma que a seletividade favorável para imigrantes seria menos intensa entre aqueles que têm outros motivos, que não o sucesso econômico, para migrar, tais como: a) o desejo de acompanhar ou juntar-se a membros familiares; b) escapar de perseguições políticas ou religiosas; c) ou por um caráter ideológico, entre outros.

Aydemir (2003) argumenta que, em imigração internacional, para definir se a seleção é positiva ou negativa, devemos analisar dois elementos importantes: os

imigrantes e o país receptor. Os resultados do estudo de Aydemir (2003) sugerem uma auto-seleção negativa, em um primeiro passo, quando os indivíduos aplicam para um visto. Entretanto, em um segundo passo, há uma seleção positiva quando há uma revisão dos pedidos de visto pela sociedade hospedeira e esta seleciona aqueles que receberão o aceite para a aplicação.

O debate, acima citado, sugere dois diferentes pensamentos: 1) baseado nas idéias de Chiwisck (1999), Zavodny (2001) e Golgher (2006), assume-se que os imigrantes "trabalhadores", internacionais ou internos, são mais bem educados, são mais jovens, mais empreendedores e, por isto, acabam alcançando melhores posições ocupacionais e econômicas do que os não-migrantes; b) fundamentado nos resultados do estudo de Aydemir (2003), assume-se que os imigrantes "trabalhadores" internacionais sejam mais bem educados, mais jovens e, assim, acabam localizando-se em melhores ocupações do que os não-migrantes, mas o mesmo não ocorre para os imigrantes internos, uma vez que estes não passam pelo segundo passo de seleção, isto é, a revisão do país hospedeiro.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que migrantes têm características bem diferentes dos não-migrantes, dividimos o grupo de brasileiros em dois grupos distintos: os migrantes internos e os não-migrantes. Para a classificação do que seja migrante interno e imigrante internacional, como já exposto, utilizamos o quesito sobre o código do estado ou país de nascimento do indivíduo, a partir do censo.

Devido à escassez de informação, no censo, sobre os motivos da imigração, se econômico, ou reunificação de família, ou pedido de asilo, ou outro, não podemos testar as idéias acima expostas. Mas, é possível verificar se há grandes diferenças entre os imigrantes internacionais e os brasileiros não-migrantes e um menor grau de diversidade entre os imigrantes internacionais e os brasileiros imigrantes internos. Além disso, pressupomos encontrar diferenças, também, entre os grupos de imigrantes internacionais. Dessa forma, a questão que norteia este capítulo é a identificação dessas diversidades entre esses grupos de análise.

5.3 - O Perfil Demográfico

5.3.1 - Diferenciais de Idade

O gráfico 14 apresenta a distribuição dos imigrantes internacionais e dos brasileiros imigrantes e não-migrantes, por faixa etária. Verificamos que, entre os brasileiros não-migrantes, há um maior número de pessoas entre 25 a 35 anos de idade, ou seja, o chamado segmento jovem da população em idade ativa (PIA), e um menor número de homens entre 46 a 60 anos de idade, isto é, no segmento maduro da PIA (Rios-Neto, 2005b). A diferença percentual entre esses dois grupos é de 16%, - segmento jovem da PIA (43%) menos segmento maduro (27%). Essa diferença é estatisticamente significante, ao nível de 1%. Entre os brasileiros migrantes, o percentual maior encontra-se, também, no grupo etário de 25 a 35 anos. Já o percentual menor está entre homens de 36 a 45 anos.

Gráfico 14 – Distribuição de imigrantes internacionais e brasileiros imigrantes e não-migrantes, por faixa etária.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Entre os imigrantes internacionais, os dados não apresentaram uma padronização. Não identificamos uma tendência geral, mas sim específica para cada grupo de dois. Isto é, bolivianos e paraguaios tem uma distribuição percentual semelhante àquela apresentada pelos brasileiros não-migrantes, ou seja, um percentual maior, de 43% e 46%, respectivamente, de indivíduos entre 25 a 35 anos de idade. O percentual cai para 33% (para ambos) de indivíduos entre 36 a 45 anos de idade, e decrescendo, mais uma vez, para um percentual de 24% e 21% de pessoas entre 46 a 60 anos de idade.

Os argentinos e chilenos têm um percentual maior de pessoas no segmento maduro da PIA e um menor no segmento jovem da PIA, apresentando um quadro contrário ao de distribuição entre brasileiros, paraguaios e bolivianos. Os peruanos não apresentaram diferença percentual significativa entre os segmentos jovem (39,6%) e adulto (39,6%) da PIA. Já entre os uruguaios observa-se uma distribuição percentual semelhante entre os segmentos adulto (36%) e maduro (35%) da PIA. Tanto para os peruanos, quanto para os uruguaios, o menor percentual encontra-se entre as pessoas de idade de 46 a 60 anos (ao contrário dos argentinos e chilenos). Por fim, observa-se que chineses e coreanos têm uma distribuição percentual "semelhante" de pessoas entre as três faixas etárias, dentro dos grupos. Isto é, não há diferença significativa entre o percentual de pessoas distribuídas nos três segmentos da PIA, para chineses e coreanos. Salientamos que nenhum grupo de imigrantes internacionais apresentou uma distribuição semelhante àquela dos brasileiros imigrantes.

Esses resultados não eram esperados, uma vez que a literatura sobre imigração afirma que os imigrantes são, em maioria, mais jovens do que os não-migrantes. A expectativa era a de encontrar um maior número de homens imigrantes (internacionais e internos) no segmento jovem da PIA, comparado com os brasileiros não-migrantes. Entretanto, os resultados não foram surpresos, devido: a) ao período de entrada desses imigrantes no Brasil; b) à idade ao imigrar; c) às taxas de mortalidade dos imigrantes; e d) às taxas líquidas de imigração.

Destacamos também, que, de acordo com Rios-Neto (2005b), a queda na mortalidade e os ganhos de esperança de vida têm baixo efeito sobre a estrutura etária, em um país que apresenta altas taxas de crescimento populacional. Dessa forma, por um

longo período, "os ganhos de esperança de vida aumentaram a longevidade das gerações de nascimento, mas não envelheceram a população brasileira" (Rios-Neto, 2005b: 16).

A título de recordação, vale lembrar que o fato do número de imigrantes internacionais terem entrado no país em menor número na década de 90, comparado às décadas anteriores e, de, em alguns casos (como, por exemplo, de chineses, principalmente, chilenos e argentinos) imigrarem já em idade superior a 21 anos, explica um maior número de uma população de imigrantes em idade ativa em um segmento adulto e maduro, do que em um segmento jovem da PIA. A exceção encontra-se entre os paraguaios e os bolivianos que, comparados com os outros imigrantes internacionais, apresentam um maior número de entradas no Brasil, na década de 90, além de terem um maior número de imigrantes em idade bem jovem ao imigrar, como visto no capítulo anterior.

5.3.2 - Comparações por raça/cor

O censo demográfico brasileiro traz informações sobre seis categorias distintas de cor: branca, amarela, negra, parda, indígena e ignorada. A partir dessas categorias, nesse estudo, criamos quatro grupos de cores/raças: branca, amarela, parda e outras cores/raças. Isso deve-se ao fato de inferirmos que os grupos de imigrantes internacionais concentram-se nas duas primeiras e na quarta categorias e não em outras[53].

Como se pode verificar, no gráfico 15, os grupos de imigrantes que têm um percentual maior de brancos encontram-se entre os uruguaios, os argentinos e os chilenos, com 93,2%, 92,5% e 88,2%, respectivamente. Esse número supera o número de brancos entre os brasileiros, tanto imigrantes (com 53%), quanto não-migrantes (com 55%). Entre os imigrantes latinos, apenas os peruanos apresentaram um número menor do que 50% entre os brancos. Esse grupo de imigrantes é o que apresenta o maior número de pardos (46%) e de outras cores (12%).

[53] Vale lembrar que nos modelos de análises estatísticas, apresentados no capítulo metodológico, que serão discutidos mais detalhados no próximo capítulo, terão apenas duas categorias representando raça: branca (incluindo os brancos e amarelos) e não branca (incluindo todas as outras categorias).

Como se esperava, há um pequeno percentual de brancos, pardos e outras cores entre chineses e coreanos. Para estes dois grupos, o percentual de amarelos ultrapassa o valor de 95%.

Gráfico 15 – Distribuição percentual dos imigrantes e brasileiros, por cor.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

5.3.3 - Análise da situação de moradia: em área urbana ou rural.

Ao analisarmos a situação de moradia dos imigrantes e brasileiros, há diferenças, mas estas não são grandes. Mais uma vez, os paraguaios aproximam-se do perfil dos brasileiros, principalmente, os nativos imigrantes. Os paraguaios têm um percentual de 88,7% residindo na área urbana, os brasileiros migrantes chegam a 87,3% e os brasileiros não-migrantes chegam a 80,4%. Todos os outros imigrantes internacionais têm um percentual acima de 95% com situação de domicílio em área urbana. Vale destacar o caso dos coreanos que têm um percentual de 100% de residentes no meio urbano. Uma interpretação para esse quadro encontra-se no fato de que essa imigração internacional não foi direcionada para as lavouras, como o caso dos imigrantes antigos, os europeus para o Brasil, mas sim para as fábricas, indústrias e, por conseguinte, para o meio urbano.

Gráfico 16 – Distribuição dos imigrantes internacionais e brasileiros imigrantes e não-migrantes, por situação de domicílio (urbano ou rural).

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

5.4 - Perfil socioeconômico

5.4.1 - Escolaridade

Nessa seção a comparação refere-se à escolaridade. Através do quesito "anos de escolaridade", apresentado no censo, foram criadas categorias de escolaridade, de acordo com o número de anos de estudo da pessoa, sendo as seguintes categorias: a) não tem escolaridade (0 anos) b) escolaridade muito baixa (de 1 a 4 anos); c) escolaridade baixa (de 5 a 8 anos); d) escolaridade média (de 9 a 11 anos); e) escolaridade alta (de 12 anos ou mais de escolaridade).

Os principais resultados, apresentados na tabela abaixo, são as diferenças entre os brasileiros migrantes internos, não-migrantes e os imigrantes internacionais para os percentuais de pessoas sem nenhuma escolaridade, com muito baixa escolaridade e com alta escolaridade. Verificamos que os imigrantes internacionais têm maior nível educacional, comparados aos brasileiros (migrantes ou não). Identificamos, também, que os brasileiros não-migrantes estão em vantagem educacional, ainda que pequena, quando comparados aos brasileiros migrantes. Esse resultado encaixa-se com a idéia de

que os imigrantes internacionais têm uma seletividade positiva, mas o mesmo não acontece com os imigrantes internos (Aydemir, 2003).

Os paraguaios, com 11,7%, e os chineses, com 9,7%, apresentam uma diferença muito grande para a proporção de pessoas sem educação formal, comparados com os outros imigrantes internacionais. Quando se analisa apenas os imigrantes internacionais, identificamos que está, entre os paraguaios, o menor número (21,5%) de indivíduos com alta escolaridade. Destacamos que o percentual de paraguaios, com alto nível educacional (22%), é bem superior aos percentuais de brasileiros não-migrantes (9%) ou migrantes (8%) com o mesmo nível educacional.

Peruanos, chilenos e argentinos foram os grupos que apresentaram o menor percentual de pessoas sem escolaridade; os coreanos e chilenos têm o menor número de indivíduos com escolaridade muito baixa e baixa. Entre os imigrantes internacionais, os percentuais de indivíduos com escolaridade média variam entre 36% e 32%, com exceção de peruanos que têm 24% e paraguaios com 18% nessa faixa educacional. Os grupos que apresentam um maior número de pessoas com alta escolaridade são os peruanos (55,2%) e coreanos (54,4%), seguidos por chilenos (49,6%) e argentinos (49,5%).

Gráfico 17 - Distribuição dos imigrantes internacionais e dos brasileiros migrantes e não-migrantes, por nível educacional.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Além dessas categorias, analisamos o número e percentual de indivíduos que se encontram sobre-educados em suas ocupações. Essa análise teve, como fonte de inspiração, estudos anteriores (Machado e Jaime Junior, 2003; Machado, Oliveira e Carvalho, 2003; Sala, 2005; Martine, 2005) que identificaram uma tendência crescente de trabalhadores, sejam migrantes, principalmente, sejam não migrantes, estarem sobre-educados em suas ocupações, comparados aos requisitos médios educacionais exigidos pelas mesmas.

Estudos (Machado e Jaime Junior, 2003; Machado, Oliveira e Carvalho, 2003; Sala, 2005) apresentaram tendências de um aumento da demanda por trabalhadores com cursos superiores e um incremento na escolaridade média dos trabalhadores, devido às políticas de democratização da educação e aos avanços tecnológicos que requerem maior qualificação educacional nas ocupações.

O aumento dessa tendência a uma sobre-educação dos trabalhadores refere-se ao aumento da oferta de pessoas com maior nível educacional que não é absorvida pelo mercado de trabalho em ocupações condizentes com as qualificações dos trabalhadores. Segundo Collins (1977), isto pode ser explicado pelo não "casamento" entre as propostas das instituições de ensino e as necessidades do mercado de trabalho.

É a partir dessas idéias que, para cada grupo de imigrantes internacionais e brasileiros, propomos verificar a (in)compatibilidade entre escolaridade e os requisitos médios educacionais exigidos em cada ocupação. Para isso, similar ao trabalho de Sala (2005: 104), nesse estudo, utilizamos a classificação de ocupação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a dois dígitos. Através dos quesitos anos de escolaridade e ocupação dos trabalhadores brasileiros (grupo de referência), calculamos a escolaridade média para cada grupo ocupacional. Por conseguinte, estimamos a diferença entre escolaridade, em anos de estudo, e a escolaridade média de seu grupo ocupacional, para cada trabalhador imigrante ou não.

A partir da técnica de *Classification and Regression Trees* (CART), representada na figura 3, observamos que todos os grupos (imigrantes ou não) apresentaram um número bastante significativo de pessoas que têm uma relação probabilística maior de encontrarem-se sobre-educados, isto é, terem um nível educacional superior ao necessário para inserção na sua ocupação. Esse quadro reforça a idéia de Collins (1977)

de que pessoas com maior nível educacional não são absorvidas pelo mercado de trabalho em ocupações condizentes com suas qualificações.

Figura 3 - Análise de Sobre-educação dos imigrantes internacionais e brasileiros, em suas respectivas ocupações.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Essa situação é mais visível entre os imigrantes internacionais, pois verificamos que todos os imigrantes internacionais, com exceção dos paraguaios, têm um percentual probabilístico maior de sobre-educação em suas ocupações do que os brasileiros não-migrantes e migrantes. Os brasileiros migrantes são os que têm o percentual menor, 44%. Os brasileiros não-migrantes e os paraguaios apresentam um percentual de 50%. Já os imigrantes internacionais são reunidos em um grupo com percentual de 84% de sobre-educados.

O gráfico 18 demonstra que a média de anos de sobre-educação entre os grupos de imigrantes internacionais e brasileiros é bem diferente. Como esperado, aqueles têm uma média bem superior à média dos brasileiros, tanto migrantes quanto os não-migrantes. Chilenos e coreanos têm a mesma média (4,2), sendo esta superior a todas as outras médias. Os brasileiros imigrantes são aqueles que apresentaram uma média

menor (1,4), seguidos pelos brasileiros não-migrantes (1,6). Entre os imigrantes internacionais, os paraguaios têm a menor média (2,2) de anos de sobre-educação na ocupação. Estes estão mais próximos das médias apresentadas pelos brasileiros.

Esse quadro de sobre-educação, como já exposto, não é vantajoso para os imigrantes internacionais e nem para os nativos não-migrantes. Quando esses aceitam inserir em ocupações abaixo de seus níveis educacionais, eles passam a competir com pessoas menos escolarizadas, que acabam sendo forçadas a aceitarem ocupações ainda menos qualificadas, para não se tornarem desempregadas e assim sucessivamente, tornando uma reação cadeia (Sala, 2005).

Gráfico 18 – Média de anos de sobre-educação na ocupação, para cada grupo de origem.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Vale destacar que

> Muitos dos migrantes são, na realidade, sobre-qualificados para os empregos que ocupam e terminam freqüentemente fazendo uma contribuição à produção econômica mais elevada que a população não-migrante. Por essa via, contribuem para a reativação da economia – e, portanto, para a própria geração de emprego. Entretanto, mesmo quando a presença dos migrantes pode ser benéfica a partir do ponto de vista do desempenho da economia, pode gerar conflitos com aqueles segmentos específicos da população com os quais competem por postos de trabalho, como os trabalhadores *blue collar* tradicionais (Martine, 2005:17).

Nesse contexto, as desvantagens para os imigrantes internacionais são maiores, uma vez que essa situação pode aumentar os sentimentos de diferenciações, de atritos e, assim, estabelecer ou, em muitos casos, aumentar a discriminação negativa dos imigrantes internacionais na sociedade anfitriã.

No caso dos imigrantes internacionais, outros dois fatores interessantes a serem verificados são: a) se eles estudaram no Brasil; e b) a média de anos de estudo apreendidos no país hospedeiro. Como exposto anteriormente, há evidências de uma relação positiva entre anos de estudos na sociedade de destino e rendimentos, bem como, empregabilidade dos imigrantes (Ferrer, Green e Riddell, 2004).

No gráfico 19, verificamos que há um percentual considerável de imigrantes que estudaram no Brasil. O grupo de imigrantes que apresentou um percentual menor de pessoas que estudaram no Brasil foi o argentino (17%), seguido pelos peruanos, com 19%. Ao contrário, o grupo dos coreanos apresentou o percentual maior, de 32%. Os outros imigrantes apresentaram percentuais iguais (o caso dos bolivianos) ou acima de 20% e abaixo de 30%.

Gráfico 19 - Percentual de imigrantes, por origem, que estudou no Brasil, após a fixação no país.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Quando analisamos a média de anos de estudo desses imigrantes no Brasil, identificamos que os chineses, seguidos pelos uruguaios e argentinos, apresentam a

maior média (11,9 e 10,2 e 10,1, respectivamente). São os chilenos que têm a menor média (7,1). Os outros imigrantes têm médias acima de 7,5 e abaixo de 10. Esses números demonstram que aqueles imigrantes que estudaram no Brasil, têm, em média, oito anos de estudo, sendo esses suficientes para uma boa socialização dos imigrantes à nova cultura.

Gráfico 20 - Média de anos de estudo dos imigrantes internacionais nas escolas brasileiras.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

5.4.2 - Religião

O quesito religião, apresentado no censo, tem inúmeras categorias de classificações: sem religião, católica apostólica romana, católica apostólica brasileira, católica ortodoxa, evangélica de missão luterana, evangélica de missão calvinista, religião afro-brasileira, entre outras, dificultando, assim, uma análise mais apurada sobre os dados. Por isso, optamos por criar cinco categorias diferentes: a) sem religião; c) católica; d) evangélica; e) orientais; e f) outras religiões.

Verificamos, no gráfico 21, que, em geral, tanto imigrantes internacionais quanto brasileiros migrantes ou não-migrantes apresentam um percentual maior do que 50% de católicos, com exceção dos chineses, com apenas 11,3%, e os coreanos, com 28%. Entre os coreanos, o número maior (46,9%) é de evangélicos. Já entre os chineses, os percentuais maiores de pessoas, 40% e 38%, encontram-se nas religiões orientais e na categoria "sem religião", respectivamente.

Gráfico 21 - Distribuição de imigrantes e brasileiros, por religião

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

As diferenças entre os percentuais dos imigrantes de origem latina e dos brasileiros, para cada categoria de religião, são significativas. Vale destacar os percentuais bem maiores de uruguaios (26%) e argentinos (18,3%) que estão presentes na categoria "sem religião", comparado com os outros imigrantes latinos e com os brasileiros.

5.4.3 - Estado civil

Aqui são discutidas as diferenças quanto ao estado civil dos indivíduos pertencentes a cada grupo de imigrantes e não-migrantes. São verificadas quatro categorias, representadas por: a) casado; b) separado (incluindo os separados, divorciados e desquitados); c) viúvo; e d) solteiro.

Podemos verificar, no gráfico 22, que, em geral, os imigrantes internacionais, os brasileiros imigrantes e os brasileiros não-migrantes concentram-se nas categorias, casado e solteiro. Mas o destaque está nos percentuais de casados que são bem maiores

do que os de solteiros, para os grupos analisados, exceto para os paraguaios em que não há diferença significativa entre os percentuais de casados e solteiros. Esta diferença é maior para os grupos dos coreanos, chineses e chilenos. No caso dos peruanos, a diferença não é muito grande, sendo 44,7% solteiros e 47,1% casados.

O resultado apresentado para os paraguaios não é surpreso, uma vez que verificamos, anteriormente, um número grande de jovens paraguaios (muitos, crianças e adolescentes, provavelmente, filhos de brasileiros de retorno) entrando no país, diferentemente dos outros grupos de imigrantes internacionais.

Os coreanos, os chineses e os chilenos são os grupos de imigrantes que apresentam uma maior concentração na categoria dos casados, com 73%, 69,2% e 66,4%, respectivamente. Os grupos de maior segregação são os argentinos e uruguaios, apesar de apresentarem um maior percentual de pessoas casadas.

Esse resultado suscita algumas interpretações, uma vez que, baseado na literatura, poderíamos esperar um número maior de solteiros entre os imigrantes, tanto internacionais quanto internos, do que entre os não-migrantes, considerando que os jovens migram mais.

Gráfico 22 - Distribuição de imigrantes e brasileiros, por estado civil

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

A tendência era encontrarmos esse quadro, já que identificamos que os imigrantes internacionais migraram em idades não tão jovens (um exemplo claro são os chineses e a exceção são os paraguaios) e que muitos, como especificamente no caso dos chilenos, entraram majoritariamente na década de 70. Sendo assim, de 1970 a 2000, é tempo suficiente para o imigrante constituir família, até mesmo para os que imigraram ainda muito jovens.

5.4.4 - Relação no domicílio

Nessa seção, analisamos as diferenças quanto à composição domiciliar entre os grupos. São verificadas quatro categorias: a) responsável pelo domicílio; b) cônjuge; c) filho; e d) outra posição no domicílio.

Essas categorias foram construídas a partir das classificações do censo demográfico de 2000. Elas são produtos de todas as relações domiciliares obtidas, tendo como base a "pessoa de referência", isso é, o responsável pelo domicílio. Por conseguinte, temos o cônjuge, ou seja, a pessoa que vive em união conjugal com o "responsável pelo domicílio". Em seguida, temos os filhos, os quais incluem os consangüíneos, os enteados e os filhos adotivos. A última categoria, outra posição no domicílio, é composta por todas as outras classificações do censo, referentes a pais, sogros, irmãos, netos e bisnetos, genro, nora, avô, bisavô, empregado doméstico, parente do empregado doméstico, entre outras do "responsável pelo domicílio".

De uma maneira geral, observamos que não há grandes diferenças, entre os grupos analisados, quanto aos percentuais de pessoas que são responsáveis pelo domicílio. Há um percentual maior de filhos, 16,18%, entre os não-migrantes, comparado com os imigrantes internacionais e internos. Esse resultado era esperado, uma vez que já se identificou um maior número de pessoas no segmento jovem da PIA entre os brasileiros não-migrantes, os quais potencialmente estariam na categoria de filhos e não na de responsáveis pelo domicílio.

Destacamos aqui alguns pontos. Entre os chineses (15%), peruanos (17,4%) e bolivianos (13%) encontram-se os maiores números de pessoas na categoria "outra posição no domicílio". Isso sinaliza uma maior complexidade do arranjo domiciliar com

a presença de domicílios estendidos para esses grupos, comparado com os outros grupos de imigrantes (Golgher, 2006:38).

Gráfico 23 - Distribuição dos brasileiros e imigrantes, por posição no domicílio.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

5.4.5 - Diferenciais quanto à inserção no mercado de trabalho e aos rendimentos

Para a análise das diferenças entre a inserção no mercado de trabalho, quatro variáveis são utilizadas. A primeira corresponde à questão feita pelo censo, se o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não. A segunda é uma variável nominal, contendo três categorias, sendo: a) se o indivíduo não está inserido no mercado de trabalho; b) se o indivíduo trabalha no setor informal; e c) se ele trabalha no setor formal. A terceira refere-se aos anos de experiência no mercado de trabalho e a quarta (considerada apenas para os imigrantes internacionais) são os anos de experiência no mercado de trabalho brasileiro.

Estudos sobre taxas de emprego e desemprego no Brasil (Ramos e Reis 1997 e Cunha e Dedecca, 2000) afirmam que na década de 90 houve uma acentuada tendência de elevação das taxas de desemprego no Brasil. Estudo de Cunha e Dedecca (2000),

feito na Região Metropolitana São Paulo, ressalta que as taxas de crescimento do desemprego, entre a população imigrante, são de 1%, contra 8%, ao ano, da população não-migrante. Os resultados apresentados por eles não deixam dúvidas de que o crescimento do desemprego encontra-se, em maior número, entre os não-migrantes.

A partir desses resultados, pressupomos encontrar um menor número de pessoas inseridas no mercado de trabalho entre os brasileiros não-migrantes, comparado com os brasileiros migrantes e os imigrantes internacionais. Como se pode ver, no gráfico 24, os dados desse estudo confirmaram essa tendência.

Ao analisarmos a primeira variável, ter ou não um trabalho remunerado, identificamos uma proporção maior da população que tem trabalho remunerado, para todos os imigrantes, internacionais e internos, comparados com os brasileiros não-migrantes. Vale destacar que, para todos os grupos de imigrantes internacionais, o percentual de pessoas que tinham trabalho remunerado na semana de 23 a 29 de julho de 2000 é superior a 81%.

Gráfico 24 – Análise sobre a situação dos imigrantes, por origem, no mercado de trabalho, quanto a ter ou não um trabalho remunerado.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Os percentuais maiores encontram-se entre os argentinos (88,06%), coreanos (87,07%), seguidos pelos chilenos, chineses, uruguaios, paraguaios (86% cada), bolivianos (85,5%) e, por fim, os peruanos (81,33). Esse resultado de menor percentual de pessoas trabalhando, entre os peruanos, comparado aos percentuais de outros grupos de imigrantes, pode ser explicado, ainda que em parte, pelo fato de serem os peruanos que, também, apresentam um maior percentual de indivíduos entrando em datas mais recentes no país. Por conseguinte, esses imigrantes recentes acabam tendo maiores dificuldades para inserirem-se no mercado de trabalho.

Já os brasileiros não-migrantes e migrantes apresentam os maiores percentuais de pessoas sem trabalho remunerado de 25,2% e 22%, respectivamente, bem superiores aos percentuais apresentados pelos imigrantes internacionais.

Como já exposto, estudos sobre migração internacional e migração interna (Piore, 1979; Massey et.al 1993; Cunha e Deddeca, 2000) afirmam que os migrantes inserem-se nas piores posições do mercado de trabalho. Piore (1979) e Massey et. al (1993), fundamentados na teoria do mercado dual, argumentam que os imigrantes preenchem ocupações que são rejeitadas pelos trabalhadores nativos.

Em outros estudos (Sassen, 1988), argumenta-se que os imigrantes internacionais tendem a inserir-se, majoritariamente, nos extremos da estrutura ocupacional, ou seja, ocupam posições tanto de baixa qualificação e mal remuneradas quanto às posições altamente qualificadas.

Contrárias a essas posições, encontram-se as teorias das redes sociais e do enclave étnico que não vêem os imigrantes ocupando as piores posições ocupacionais. De acordo com os teóricos desta abordagem (Light et. al. 1994; Logan, Alba e McNulty, 1994; Portes e Jensen 1989; Portes e Bach 1985; Logan, Alba e Stults 2003), os imigrantes estabelecem redes de ajuda mútua e de solidariedade, que fazem com que estes não se submetam às piores colocações na estrutura de ocupações no mercado aberto da sociedade hospedeira. Para estes teóricos, o enclave étnico coexiste com o mercado dual, evitando assim que os imigrantes, sejam eles qualificados, sejam desqualificados, insiram-se nesse último.

A partir deste debate, buscamos verificar as diferenças percentuais, entre brasileiros e imigrantes internacionais, em "empregos tidos como qualificados e não

qualificados". De acordo com Ramos e Reis (1997: 6), tradicionalmente, "empregos de qualidade" referem-se "aos postos de trabalho protegidos pela legislação trabalhista, seja através do acesso à carteira de trabalho, seja por meio de regime estatutário". Esses postos são classificados como ocupações no mercado formal. Apesar de bastante simplista, esta tem sido a definição mais empregada pela literatura.

Quando analisamos as diferenças entre os grupos de imigrantes e de brasileiros, verificamos que há diferenças consideráveis e resultados inesperados. Encontra-se, entre os brasileiros não-migrantes, o número maior de pessoas que estão fora do mercado de trabalho e, para este grupo, não há diferença significativa entre o percentual daqueles que estão no mercado formal e daqueles que estão no mercado informal. Entre os grupos de imigrantes, os paraguaios, os peruanos e os bolivianos têm um percentual menor de pessoas inseridas no setor formal, comparado com o setor informal. Para todos os outros imigrantes, o percentual é maior de imigrantes no setor formal.

Gráfico 25 – Distribuição de brasileiros e imigrantes por inserção no mercado (por setor) de trabalho

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Esse resultado coloca em debate a idéia da inserção maior de imigrantes em ocupações menos qualificadas, isto é, no setor informal, como pensado pela teoria do

mercado-dual. Entretanto, é importante ressaltar que essa é uma análise simplista, que não nos permite identificar se a origem sócio-cultural é um fator de segmentação no mercado de trabalho. Uma análise mais detalhada sobre essa questão será apresentada no próximo capítulo.

A partir da análise de *CART*, verificamos que, no contexto de inserção nos setores do mercado de trabalho, os imigrantes internacionais e os brasileiros agregam-se em dois grupos mais homogêneos. Há o grupo que inclui brasileiros não-migrantes, paraguaios, peruanos e bolivianos. Esse grupo apresenta um percentual de 22,2% de pessoas que estão fora do mercado de trabalho, 39% que se encontram no setor informal e 38,8% que estão inseridos no setor formal. O outro grupo é formado por brasileiros migrantes, argentinos, coreanos, uruguaios, chilenos e chineses. Esse grupo, comparado ao anterior, tem um percentual maior de pessoas no setor formal (43%) e percentuais menores de indivíduos inseridos no setor informal ou que estão fora do mercado de trabalho.

Figura 4 - Análise da localização ocupacional dos imigrantes internacionais e brasileiros, por setor no mercado de trabalho.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Ao analisarmos a média de anos de experiência no mercado de trabalho, verificamos que são os brasileiros (imigrantes ou não) que apresentam as maiores médias (28 e 26, respectivamente). Entre os imigrantes internacionais, os uruguaios e

paraguaios têm, em média, 24 anos de experiência, os chilenos, chineses e argentinos têm 23 anos, os coreanos 22 e os bolivianos e peruanos 20 anos de experiência.

Gráfico 26 - Cálculo da média de anos de experiência no mercado de trabalho, por grupo de origem.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Quando verificamos os anos de experiência no Brasil para os imigrantes internacionais, são os chilenos (16,7) que têm, em média, mais anos de experiência no país de destino e os peruanos os que têm menos anos, com 11,5. Os outros imigrantes têm entre 12 a 14,7 anos de experiência no mercado de trabalho brasileiro. A partir desses dados, podemos inferir que, em geral, os imigrantes têm mais anos de experiência no Brasil do que no seu país de origem ou em outro local de possível imigração.

Tabela 4 - Cálculo da média de anos de experiência no mercado de trabalho brasileiro, por grupo de imigrantes.

Imigrante	Média
Chileno	16,71
Uruguaio	14,71
Paraguaio	14,46
Coreano	14,22
Boliviano	13,15
Argentino	13,14
Chinês	12,2
Peruano	11,55

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

5.4.6 - Ramo de atividade da ocupação

Nessa seção, busca-se identificar as diferenças entre os imigrantes internacionais e os brasileiros quanto à concentração e dispersão nos ramos de atividades e nas diversas ocupações.

Observa-se, na tabela 5 a seguir, que os migrantes chineses e coreanos são os que têm um maior grau de concentração em uma atividade específica, 48% dos chineses e 46% dos coreanos encontram-se inseridos no ramo do comércio. Outro grupo de imigrantes que apresenta uma maior concentração em um ramo específico, comparado com os outros imigrantes, é o boliviano; isto é, 32% destes imigrantes estão imersos no ramo da indústria de extração ou transformação. Os outros grupos de imigrantes apresentam uma maior dispersão, não diferenciando muito dos brasileiros.

Os brasileiros não-migrantes estão concentrados nos ramos da agropecuária, caça e pesca (20%), do comércio (16%), da indústria, com 14% e da construção (10%). São eles que apresentam o maior percentual de pessoas inseridas no ramo da agricultura, pecuária, pesca etc, vindo, logo depois, os paraguaios, com um percentual de 18%. Os brasileiros migrantes, diferenciando um pouco, têm um percentual maior (17%) de pessoas no comércio, primeiramente; depois um percentual de 16% de pessoas na indústria e, em terceiro e quarto lugar de concentração dos brasileiros migrantes, estão os ramos da agropecuária e da construção, com 13% cada. Para os outros ramos, os percentuais são bem menores.

No caso dos argentinos, há uma concentração desses, primeiro, nos ramos do comércio (17%) e da indústria (16%) e depois na atividade imobiliária, de aluguel e venda, com 14%. Os bolivianos, além de concentrarem-se na indústria com 32%, estão inseridos em maior número nos ramos de saúde e serviço social (17% cada) e do comércio (11%). Os chilenos concentram-se na indústria (21%), na atividade imobiliária (16%), no comércio (15%). Os paraguaios, além da agropecuária, concentram-se no comércio e na construção (com 15% em cada ramo) e na indústria de extração e transformação, com um percentual de 12,5%. Os peruanos têm um percentual maior de pessoas no comércio, com 23%, na indústria (13,5%) e nas atividades de imobiliária, educação e saúde e serviço social (com 11% e 10%). Os uruguaios concentram-se nos ramos do comércio (25%), da indústria (14%) e da atividade imobiliária (11%). Os

chineses e coreanos, além do ramo do comércio, concentram-se na atividade de alojamento, para o caso dos chineses (com 20%), e na indústria, para o caso dos coreanos (com um percentual de 21%).

Em suma, verificamos que a atividade de agropecuária, caça e pesca é um ramo de concentração para brasileiros não-migrantes, paraguaios e brasileiros migrantes; a indústria de extração e transformação é atividade de concentração de bolivianos, chilenos, coreanos, argentinos, brasileiros migrantes, brasileiros não-migrantes e uruguaios; o ramo de construção é de concentração para os paraguaios, brasileiros migrantes e não-migrantes; o comércio é de concentração para todos os grupos; o ramo de atividade imobiliária é o de concentração para os chilenos, argentinos, peruanos e uruguaios; o ramo de educação é uma atividade de concentração para os peruanos; os ramos de transporte, de administração pública e segurança social, e de outros serviços sociais e pessoais não são de grande concentração para nenhum grupo;

A partir desse panorama geral, insinuamos (o que iremos testar no próximo capítulo) que os imigrantes internacionais, dado sua origem, não se encontram em ocupações piores do que aquelas de inserção dos nativos brasileiros. Muito antes pelo contrário, acreditamos que são os nativos, principalmente os não-migrantes, que estão localizados na base da hierarquia ocupacional do mercado de trabalho brasileiro. Esse quadro corrobora com a idéia de uma auto-seleção positiva dos imigrantes.

Tabela 5 - Distribuição dos brasileiros migrantes e não-migrantes e dos imigrantes internacionais, por ramo de atividade de trabalho (em percentual).

	Ramos de Atividades Ocupacionais											
	Agropecuária, caca e pesca	Indústria de extrção e transformação	construção	comércio	Alojamento e alimentação	Transporte	Ativ imobiliária, aluguel e venda	Adm. pública defesa e seg. social	Educação	Saúde e serv social	Outros serv sociais e pessoais	Outra atividade
Brasileiro não migrante	20.66	14.37	10.37	16.91	3.79	7.47	6.22	6.26	3.18	2.04	2.93	5.79
Brasileiro migrante	13.64	16.40	13.20	17.32	5.05	7.92	7.21	5.42	2.64	1.91	3.03	6.25
Argentino	3.14	16.24	5.28	16.99	7.32	8.03	14.27	2.24	7.95	3.84	9.74	4.93
Boliviano	5.30	31.81	5.85	10.82	4.21	2.80	7.17	3.11	2.82	17.37	4.92	3.82
Chileno	1.62	24.27	6.44	15.11	4.81	4.92	16.38	1.40	7.93	3.54	6.44	7.15
Paraguaio	17.85	12.51	15.22	15.47	3.50	7.04	6.88	3.25	5.18	3.21	5.18	4.71
Peruano	3.00	13.54	2.85	22.81	3.22	4.31	11.00	4.25	11.09	10.11	8.78	5.05
Uruguaio	6.37	14.05	7.11	24.95	5.11	6.80	10.86	4.49	5.67	3.04	6.16	5.37
Chinês	1.63	7.63	3.59	48.28	19.64	2.15	7.87	0.57	1.94	3.37	1.41	1.91
Coreano	0.00	21.24	0.22	46.01	7.80	1.47	6.15	1.37	1.01	4.21	7.26	3.27

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

5.4.7 - Diferenciais de rendimento

Nessa seção buscamos apresentar as diferenças salariais entre imigrantes internacionais e entre estes e os nativos. A partir de uma abordagem simples de comparação de rendimentos médios de todos os grupos, verificamos que a média de salário/hora dos imigrantes internacionais, em geral, é bem superior àquelas dos brasileiros, tanto migrantes quanto não-migrantes. Esses últimos são os que têm a média salarial, por hora, mais baixa, 4,5[54]. Os coreanos são os que apresentam a maior média de salário/hora, de 16,9. Comparado aos outros imigrantes, os paraguaios têm uma média bem menor, próxima àquela dos brasileiros migrantes, mas ainda acima das médias desses brasileiros e dos nativos não-migrantes. Entre os latinos, os argentinos são os que apresentaram a maior média de salário por hora (15,6).

Esse resultado não condiz com a literatura internacional que estabelece que os imigrantes, por terem menor capital humano, por estarem em piores ocupações, têm piores rendimentos do que os nativos. Como visto acima, em geral, são os brasileiros que têm menores níveis educacionais, que se encontram nas piores ocupações (visto que estão inseridos em maior número no em ocupações da construção civil e da agricultura e pesca).

Além disto, como se pode verificar a partir das figuras 5 e 6, são os brasileiros não-migrantes (com 4,5 salário/hora – s/h e R$789,00 salário/mensal – s/m), em primeiro lugar, e os brasileiros migrantes (com 5,2 s/h e R$938,00 s/m), em segundo lugar, que apresentam os mais baixos salários, isto é, as menores médias de salário/hora e salário mensal. Junto com os brasileiros migrantes, encontram-se os paraguaios com médias salariais, por hora e mensal, similares a eles. Com médias salariais, por hora e mensais, superiores aos grupos citados anteriormente encontram-se os bolivianos e uruguaios, com 8,1 s/h e R$1468,00 s/m, os peruanos, com 9,7 s/h e R$1.972,00 s/m, os chilenos e chineses , com 11,4 e R$1.972,00 s/m, os argentinos, com 15,6 e R$2.227,00 s/m e, por fim, os coreanos, com 16,9 e R$2.227,00 s/m. Vale destacar que essas são análises preliminares, exploratórias, e que outras mais detalhadas e precisas serão feitas e apresentadas no próximo capítulo.

[54] Destacamos que os valores aqui especificados são calculados pelo logaritmo natural de rendimento por hora trabalhada.

Figura 5 - Média de Salário/hora, por grupo de origem.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Figura 6 - Média de salário mensal, por grupo de origem.

Fonte: IBGE, Censo demográficos 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

No entanto, mais uma vez, vale destacar que essa análise é apenas exploratória. Isto é, esses resultados não são conclusivos. Análises mais detalhadas sobre os diferenciais de salários entre imigrantes e nativos serão apresentadas no próximo capítulo. Isto é, buscaremos identificar se origem é uma variável estatisticamente significativa (positiva ou negativamente) de efeito sobre rendimento.

5.5 - Considerações finais

Esse capítulo teve como proposta uma análise exploratória de variáveis socioeconômicas e demográficas, importantes para o nosso estudo, apresentando uma análise comparativa das diferenças entre os perfis dos brasileiros migrantes e não-migrantes e dos imigrantes internacionais.

Verificamos que os imigrantes internacionais, comparados aos brasileiros migrantes e não-migrantes, têm, em maioria, menor percentual de pessoas no segmento jovem da PIA, menos anos de experiência de trabalho, têm um nível educacional mais alto, um maior percentual de pessoas com trabalho remunerado, estão concentrados, em maior número, no setor formal e têm uma média salarial acima da dos brasileiros. Esse quadro preliminar entra em acordo com as teorias da seletividade positiva dos imigrantes e do enclave étnico mas contradiz a teoria do mercado dual que afirma que os imigrantes estão em piores situações econômicas e sociais quando comparados aos nativos.

Em geral, verificamos que os brasileiros migrantes têm um perfil semelhante, ou, melhor dizendo, mais próximo ao perfil dos brasileiros não-migrantes do que aos dos imigrantes internacionais. Considerando a teoria da auto-seletividade dos imigrantes, proposta por Chiswick (1999) e Zavodny (2001), esperava-se o contrário, isto é, que os brasileiros migrantes tivessem um perfil similar aos dos imigrantes internacionais. Entretanto, se considerarmos o argumento de Aydemir (2003) de que seletividade dos imigrantes é negativa, em um primeiro momento, e positiva, em um segundo momento, pode-se compreender este perfil dos brasileiros migrantes, uma vez

que esses não passaram pelo segundo passo da seleção (a qual é feita pelo local diferente do de origem).

Outro ponto a salientar é que os paraguaios foram os imigrantes que mais apresentaram um perfil diferente dos perfis dos outros imigrantes internacionais e mais similar ao dos brasileiros, tanto migrantes, quanto não-migrantes.

Nessa análise, verificamos que os imigrantes internacionais se encontram em vantagens, no mercado de trabalho, comparados aos nativos. Entretanto, ressaltamos que a abordagem de comparação simples entre diferenciais de inserção no mercado de trabalho e de rendimentos salariais entre imigrantes internacionais e brasileiros é insuficiente para já apresentarmos afirmativas cabais, pois o diferencial encontrado pode ser apenas um reflexo de diferenças de produtividade. Além disso, essa comparação não diz como (se positivamente ou negativamente) e o quanto aquelas variáveis, como educação, experiência, posição no domicílio, religião e outras, afetam na inserção e rendimento no mercado de trabalho para os grupos em análise. Por isso, para uma análise mais detalhada e profunda dessas questões, no próximo capítulo, buscamos, através de ferramentas estatísticas mais elaboradas e precisas, analisar os determinantes de inserção ocupacional e rendimentos.

6 - Análise da estratificação no mercado de trabalho brasileiro: um estudo comparativo.

6.1 - Introdução

Este estudo tem como objetivo central analisar o processo de inserção e estratificação dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro, comparando-os aos nativos. Para isso, propomos, nesse capítulo, alcançar os seguintes objetivos específicos: a) analisar os diferenciais de locação e *status* socioeconômico da ocupação e de rendimentos entre os grupos de imigrantes internacionais e entre estes e os brasileiros não-migrantes e migrantes; b) identificar os fatores (referentes aos capitais humano, cultural e social) que influenciam a posição e a renda daqueles imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de destino.

Para tanto, este capítulo apresenta os testes das hipóteses expostas nesse trabalho anteriormente.

1) Com base na teoria do mercado segmentado, sugerimos que os imigrantes internacionais, comparados aos nativos brasileiros, encontram-se em posições ocupacionais inferiores, têm rendimentos mais baixos e, portanto, estão em desvantagens no mercado de trabalho.

2) Baseado nas idéias das teorias de enclave étnico e do *middleman*, testamos a hipótese de que os imigrantes internacionais, comparados aos nativos brasileiros, encontram-se em posições ocupacionais similares ou melhores e têm salários compatíveis ou melhores, implicando em vantagens no mercado de trabalho brasileiro.

3) As variáveis de capital humano são importantes para explicar as posições e os rendimentos dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho no Brasil; em outras palavras, quanto maiores os níveis educacionais e os anos de experiência dos indivíduos no mercado de trabalho, melhores serão suas posições ocupacionais e maiores os seus rendimentos.

4) As variáveis (*proxies)* de capital cultural e de capital social afetam positivamente as posições e os rendimentos dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro.

O presente capítulo divide-se em duas partes, além dessa introdução. A primeira refere-se à análise comparativa entre imigrantes internacionais e brasileiros migrantes e não-migrantes buscando testar as duas primeiras hipóteses. Em síntese, buscamos identificar se origem é um fator determinante (positiva ou negativamente) da locação ocupacional e rendimentos dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. A segunda parte apresenta a análise dos testes das hipóteses três e quatro. O intuito é identificarmos quais são as variáveis determinantes da inserção, do *status* ocupacional e do rendimento dos imigrantes internacionais.

6.2 - Análise comparativa quanto à posição ocupacional e rendimentos no mercado de trabalho brasileiro.

Nessa parte do estudo, investigamos se origem (nacionalidade) é um determinante de segmentação ocupacional, e de diferenças salariais no mercado de trabalho brasileiro. Para isto, utilizamos dos métodos de regressão logística multinomial e do modelo Heckman. Como exposto no capítulo metodológico, as variáveis respostas para a análise dos modelos são: 1) setor do mercado de trabalho, que se compõe de três categorias: a) não estar no mercado de trabalho; b) estar no setor informal (categoria de referência) e c) estar no setor formal; 2) logaritmo natural de salário; e 3) Índice de *status* socioeconômico da ocupação.

Vale destacar que apresentamos, no texto, apenas os resultados dos estimadores das variáveis binárias referentes à origem do imigrante, comparado aos brasileiros, uma vez que são essas as variáveis de nosso interesse nessa parte do trabalho. Ressaltamos que, para aqueles que desejam analisar os estimadores de todas as variáveis em todos os modelos, encontram-se os resultados completos das regressões rodados no apêndice.

Além disto, como o nosso interesse, aqui, é verificarmos se origem afeta e qual é o sentido do efeito esperado (positivo ou negativo) sobre a inserção nos setores formal ou informal, optamos em apresentar, para a análise da regressão logística multinomial,

os estimadores apenas para o setor formal em relação ao setor informal das variáveis binárias para origem. Omitimos, no texto, portanto, os estimadores da equação "não estar no mercado de trabalho", comparados àqueles referentes ao fato de estar no setor formal (a tabela completa encontra-se nos apêndices).

A tabela 6 apresenta os resultados dos estimadores de dois modelos de regressão multinomial. O primeiro tem como categoria de referência os brasileiros não-migrantes comparados aos imigrantes internacionais; no segundo, a categoria de referência é a dos brasileiros migrantes, que são comparados com os grupos de imigrantes internacionais em análise. O teste estatístico mostra que, para todos os grupos de imigrantes internacionais, a variável origem afeta negativamente a inserção dos imigrantes internacionais no setor formal do mercado de trabalho brasileiro. Isto é, comparados aos brasileiros, sejam esses migrantes, sejam não-migrantes, todos os grupos de imigrantes internacionais, devido às suas origens/nacionalidades, têm razões de chances reduzidas de se inserirem no setor formal, comparado à inserção no informal, mantendo constantes todas as outras variáveis. Destacamos que a significância estatística do efeito dessa variável, para todos os grupos, é alta, ao nível de 1%.

Tabela 6 - Estimadores da regressão logística multinomial - Razões de chances de estar no setor formal comparado a estar no setor informal[55]

	Modelo 1: Brasileiros não migrantes como grupo de referência		Modelo 2: Brasileiros migrantes como grupo de referência	
	Razão de chance	Efeito percentual	Razão de chance	Efeito percentual
Argentino	.55*	-45%	.59*	-41%
Boliviano	.33*	-67%	.33*	-67%
Chileno	.61*	-39%	.61*	-39%
Paraguaio	.40*	-60%	.40*	-60%
Peruano	.37*	-63%	.41*	-59%
Uruguaio	.54*	-46%	.60*	-40%
Chinês	.60*	-40%	.60*	-40%
Coreano	.50*	-50%	.49*	-51%
Nagelkerke	0,20		0,15	

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

Vale ressaltar que o peso dessa variável é diferente, ao considerarmos cada grupo de imigrantes, particularmente. Isto é, em relação aos brasileiros não-migrantes,

[55] Vale lembrar aqui que os resultados dos estimadores da multinomial para a categoria "não estar no mercado de trabalho", comparado com estar no setor formal, não é apresentado aqui no texto, por ser o foco de atenção a comparação entre "estar no setor informal" comparado com "estar no setor formal". Entretanto, os estimadores do modelo completo encontram-se no apêndice A.

os bolivianos têm uma redução de 67% nas chances de inserção no setor formal, comparado à inserção no setor informal. No caso dos peruanos a redução de chances é de 63% de se concentrarem no setor formal; para os paraguaios, o percentual é de 60% menor. Nos casos de coreanos, uruguaios, argentinos, chineses e chilenos, os efeitos percentuais de inserção no setor formal, também, reduzem em 50%, 46%, 45%, 40%, 39%, respectivamente.

Ao compararmos os imigrantes internacionais com os brasileiros migrantes, os resultados são semelhantes. Como anteriormente, os bolivianos são os que apresentam o maior efeito percentual de razão de chance: 67% de redução nas chances de estar no setor formal, comparados aos brasileiros migrantes. Em seguida, vêm os paraguaios (60%) e os peruanos (59%). Para os outros grupos, os percentuais são menores, nas seguintes proporções: coreanos, 51%; argentinos, 41%; uruguaios e chineses, 40% e chilenos 39% de redução das chances de inserção no setor formal do mercado de trabalho brasileiro.

Destacamos que essa é uma análise mais detalhada e precisa do que as análises apresentadas nas tabelas de contingências no capítulo anterior. Por isto, inferimos que o fato de os imigrantes internacionais concentrarem-se em maior número percentual no setor formal do que no informal, como exposto no capítulo anterior, deve-se ao efeito de outras variáveis (como, por exemplo, educação, experiência, estado civil, posição no domicílio) e não ao fator origem (nacionalidade). Esse fator, pelo contrário, produz uma chance maior dos imigrantes concentrarem-se no setor informal do mercado de trabalho.

A partir desses encontros, poderíamos pensar que a fundamentação desses resultados está na teoria do mercado dual, que diz que os imigrantes internacionais são discriminados negativamente e, por isto, tendem a se concentrar no setor informal do mercado de trabalho, o qual é centralizador de ocupações de baixa qualificação profissional, baixos salários, grande instabilidade no emprego e péssimas condições de trabalho.

Entretanto, apenas a verificação de que a origem dos imigrantes tem efeito positivo sobre chances de inserção no setor informal do mercado de trabalho brasileiro não nos permite afirmar que esses se encontram em piores ocupações, comparados aos brasileiros. Para testarmos essa hipótese, necessitamos discutir alguns pontos e rodarmos outros modelos de regressão para podermos melhor analisar essa questão.

O primeiro ponto, a destacar aqui, é um debate sobre as vantagens ou desvantagens do setor formal e da existência ou não de um mercado dual no Brasil. Segundo Ulyssea (2005), pesquisas brasileiras, sobre os diferenciais de salários entre setores formais e informais, identificaram que os trabalhadores inseridos no setor informal podem ser favorecidos, dependendo do grupo de trabalhador analisado. Mas, antes disso, há um debate sobre a existência ou não de um mercado segmentado. Embora não haja um consenso a respeito, vale destacar estudos que identificaram uma não segmentação no mercado.

> [No trabalho de Maloney (1999), no México], os resultados obtidos contrariam as previsões da hipótese de segmentação, pois o autor encontra evidências de que as transições do setor formal para o informal são tão prováveis quanto do setor informal para o formal. Mais surpreendentemente, movimentos do trabalho por conta própria para o emprego assalariado formal estão associados a um significativo declínio na remuneração. Movimentos na direção oposta estão associados a uma significativa elevação dos rendimentos (Ulyssea, 2005:7).
>
> .

Similar a esse contexto, Curi e Menezes Filho (2004) afirmam que, no Brasil, as evidências são de uma não segmentação no mercado. A afirmativa fundamenta-se no fato de que há uma transição constante de trabalhadores entre os setores formal e informal. Além disso, é significativamente maior a transição do informal para o formal do que o contrário.

Outro ponto a salientar é que muitas das características embutidas no setor formal, que são definidas como vantajosas, são colocadas em debate. Por exemplo, a legislação de proteção ao trabalhador pode ser vista como algo negativo, uma vez que ela implica em impostos indesejáveis tanto para o empregado quanto para o empregador; a não flexibilidade de horário pode ser um obstáculo para que o indivíduo escolha inserir-se no setor formal. Além disto, no estudo de Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004) há evidências de que os mais altos salários dependem da auto-seleção, isto é, dos atributos individuais e não das características intrínsecas ao setor formal ou informal, como diz a hipótese da segmentação.

> [A partir disto, verifica-se que] (...) condicional ao nível de escolaridade, a remuneração do setor informal supera à do setor formal, indicando que a proteção legal gozada pelos trabalhadores do setor formal não lhes garante um maior nível salarial. Embora o setor formal garanta vantagens como férias,

> fundo de garantia, estabilidade no emprego e contribuição previdenciária patronal, tais vantagens parecem ser compensadas, no setor informal, por uma remuneração adicional (Menezes Filho, Mendes e Almeida, 2004:247).

Nesse sentido, questiona-se a idéia de "melhores" empregos no setor formal e "piores" no setor informal (Ulyssea, 2005), no caso brasileiro.

Para uma análise mais apurada, foi feita uma investigação das diferenças salariais entre os grupos de imigrantes e entre estes e os brasileiros separadamente por setor do mercado de trabalho brasileiro, através da análise de *CART*. É possível sugerir que as ocupações, em que se inserem os imigrantes internacionais no setor informal, são mais bem remuneradas do que aquelas do setor formal, em que imigrantes e brasileiros se localizam.

O resultado dessa análise (ver figuras 7 e 8) é interessante porque, comparando os rendimentos dos imigrantes internacionais do setor formal e do setor informal, verificamos que, para todos os grupos étnicos, as ocupações do setor formal são mais bem remuneradas. Entretanto, destacamos que, quando se compara os rendimentos dos imigrantes, nos setores formais e informais, com os rendimentos dos brasileiros não-migrantes no setor formal, identificamos que, em geral, os rendimentos dos imigrantes internacionais, independente do setor, formal ou informal, são superiores aos dos brasileiros no setor formal (exceto o caso dos paraguaios quando comparados com os brasileiros migrantes). Isto é, os imigrantes internacionais estão em ocupações melhores remuneradas do que aquelas ocupadas pelos brasileiros, ainda que estes estejam inseridos no setor formal. A exceção fica por conta dos imigrantes paraguaios.

Figura 7 - Média de salário por hora (logaritimizado) comparada por setor do mercado e por origem (com brasileiro não migrante).

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra da amostra). Dados trabalhados pela autora.

Figura 8 - Média de salário por hora (logaritimizado) comparada por setor do mercado e por origem (com brasileiro migrante).

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra da amostra). Dados trabalhados pela autora.

A partir desse debate, o próximo passo a ser dado nesse estudo é o de verificar, mais detalhadamente, através de uma análise de regressão, se os imigrantes internacionais estão em desvantagens econômicas, no mercado de trabalho brasileiro no que diz respeito aos rendimentos. A teoria do mercado dual afirma que os trabalhadores do setor informal têm menores salários, comparados àqueles inseridos no setor formal. A partir dessa teoria, espera-se que origem seja um fator que afete negativamente os rendimentos dos imigrantes internacionais. Isto é, os imigrantes têm, em geral, mais baixos rendimentos do que os brasileiros, uma vez que eles têm uma maior probabilidade de se inserirem no setor informal. A tabela 7 demonstra que essa hipótese fundamentada nessa teoria não é validada quando se compara imigrantes internacionais com brasileiros não-migrantes (Modelos 1 e 2). Em geral, a origem brasileira, comparada a outras origens, tem um efeito negativo de 15% sobre os rendimentos dos brasileiros não-migrantes. Quando comparamos cada origem de imigrante internacional, com os brasileiros não-migrantes, identificamos um efeito positivo da variável origem sobre os rendimentos dos imigrantes.

O resultado apresentou-se estatisticamente significante, ao nível de 1%, para os argentinos, chilenos, chineses e coreanos, e ao nível de 10% para os paraguaios. Para os outros grupos de imigrantes, as diferenças salariais não foram estatisticamente significantes. Dessa forma, podemos dizer que origem, nos casos de bolivianos, peruanos e uruguaios, não é um fator diferenciador (nem positiva e nem negativamente) de rendimentos salariais dos imigrantes, comparados aos brasileiros não-migrantes. Já para os argentinos, os chilenos, os chineses e os coreanos, suas origens são relevantes para diferenciação de rendimentos, e as diferenças são positivas para os imigrantes. Isto é, o fato de ser argentino, chileno, chinês e coreano eleva os rendimentos médios dos indivíduos, comparado ao fato de ser brasileiro não-migrante.

Os dados demonstram que, em relação ao brasileiro não-migrante, o fato de ser argentino aumenta em 32% o rendimento mensal dos indivíduos no trabalho; de ser chileno, há um acréscimo de 9% nos rendimentos; para os chineses e coreanos, as diferenças chegam a 59% e a 91% de aumento nos rendimentos, respectivamente. Os coreanos são os que apresentam a maior diferença salarial, destacando-se entre os grupos de imigrantes internacionais.

Ao analisarmos as diferenças de rendimentos entre imigrantes internacionais e brasileiros migrantes (Modelos 3 e 4), os resultados dos estimadores apresentam algumas alterações. O fato de ser argentino, ou chinês ou coreano tem um efeito positivo sobre os rendimentos dos indivíduos, ao contrário de boliviano, paraguaio ou uruguaio. Já nos casos dos chilenos e dos peruanos os resultados não apresentaram diferenças estatisticamente significantes.

Tabela 7 - Estimadores do modelo Heckman do efeito da variável origem (nacionalidade), além de outras, sobre logarítimo de rendimento mensal em todos os trabalhos.

Origem	Modelo 1 (Brasileiros não-migrantes comparados com imigrantes internacionais)	Modelo 2 (Imigrantes internacionais comparados com brasileiros não-migrantes)	Modelo 3 (Brasileiros migrantes comparados com imigrantes internacionais)	Modelo 4 (Imigrantes internacionais comparados com brasileiros migrantes)
Brasileiro	-.16***		-.07***	
Argentino		.28***		.20***
Boliviano		.04		-.09***
Chileno		.09***		.02
Paraguaio		.08*		-.09**
Peruano		.07		-.03
Uruguaio		-.03		-.09***
Chines		.47***		.38***
Coreano		.65***		.57***
Lambda	.67***	.67***	.28***	.28***
Rho	0,74	0,74	0,34	0,34

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

* significante ao nível de 10%; ** significante ao nível de 5% *** significante ao nível de 1%

Nesse contexto, alguém pode questionar se as diferenças encontradas, quanto aos efeitos de origem sobre os rendimentos entre os grupos de imigrantes e os brasileiros, não se referem à variável origem, mas sim ao fato de ser migrante ou não-migrante; ou seja, o efeito observado seria pelo fato de ser imigrante, sendo independente das características referentes à nacionalidade. Afinal, a literatura pressupõe que imigrantes têm características próprias que os fazem mais capazes, trabalhadores, ambiciosos e produtivos permitindo-lhes, talvez, sucesso econômico.

A partir das alterações encontrados nos estimadores de comparação entre imigrantes internacionais e brasileiros migrantes, inferimos que parte do efeito dos estimadores de origem, encontrados nos Modelos 1 e 2, tem embutido o fator

imigração afetando os rendimentos. Entretanto, caso o efeito fosse apenas o de ser imigrante, excluindo o efeito de origem, os resultados de diferenciais de rendimentos entre imigrantes internacionais e brasileiros migrantes não seriam significativos e nem com valores tão díspares, pois, nos modelos 3 e 4 , todos os grupos analisados são de migrantes (internacionais ou internos). O resultado foi mais significativo do que aqueles encontrados entre imigrantes internacionais e brasileiros não-migrantes. Por isto, podemos dizer que origem nacional tem um efeito sobre os rendimentos dos indivíduos. Além disso, infere-se que, em geral, origem tem efeitos positivos ou negativos sobre os rendimentos dos indivíduos, dependendo do grupo de imigrantes em análise.

Isto é, verificamos que: a) argentinos, chineses e coreanos têm rendimentos médios superiores aos de brasileiros, sejam esses migrantes, sejam não-migrantes (efeitos de origens são positivos); b) nos casos de bolivianos, de paraguaios e de uruguaios, as vantagens de rendimentos só existem ao serem comparados com os nacionais não-migrantes, mas o oposto acontece (efeitos negativos) quando bolivianos e uruguaios são confrontados com os rendimentos dos nacionais migrantes; c) no caso dos chilenos, origem apresenta-se estatisticamente significante e positiva ao serem comparados com os brasileiros não-migrantes, mas não teve resultado significante, estatisticamente, quando comparados com os nativos migrantes; d) por fim, os rendimentos dos peruanos não apresentam diferenças significativas estatisticamente frente aos rendimentos dos nativos, ou seja, nesse caso a origem não tem efeito nem positivo e nem negativo.

A partir dos dados analisados e do debate sobre segmentação no mercado de trabalho, inferimos que origem é um fator que influencia a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. O fato de ser imigrante internacional (independente da origem/nacionalidade) afeta negativamente a inserção do trabalhador no setor formal, comparado ao fato de ser brasileiro. Entretanto, não podemos afirmar que isto se caracteriza como um ponto negativo para os imigrantes (como pressuposto pela teoria do mercado dual), uma vez que: a) não há um consenso na literatura sobre a questão de segmentação no mercado e das vantagens ou das desvantagens no setor formal; b) origem, juntamente com o fato de ser imigrante, em geral, tem efeito positivo sobre os rendimentos dos imigrantes, quando comparados aos nativos não-migrantes e, até

mesmo, aos nativos migrantes, o que permite afirmarmos que os imigrantes internacionais, em geral, se encontram em vantagem econômica.

Esse quadro apresenta uma discussão sobre as ocupações do setor informal, no mercado de trabalho brasileiro, além de direcionar nossa atenção para as questões propostas pelas teorias do *middleman* e do enclave étnico. Ou seja, as ocupações do setor informal, onde os imigrantes internacionais têm maior propensão a localizarem-se, não são as mais instáveis, desqualificadas, inseguras e menos remuneradas, como argumentado pela teoria do mercado dual; talvez não exista segmentação no mercado de trabalho brasileiro, como afirma aquela teoria; além disto, os imigrantes podem criar mecanismos (economia étnica, enclave étnico e minorias *middleman*) que assegurem a eles espaços diferenciados (setores econômicos étnicos paralelos), em que eles são mais valorizados e melhor remunerados.

A partir dessas informações, pressupomos que os imigrantes internacionais não estão em ocupações inseridas no mais baixo escalão da hierarquia ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, as quais têm mais baixa remuneração. Essa idéia está em acordo com as teorias do enclave étnico e do *middleman*, as quais pressupõem que os imigrantes são protegidos por suas redes sociais e, por isto, acabam ocupando posições que não se encontram no mais baixo escalão da hierarquia ocupacional.

Esse pressuposto é confirmado em análises de quatro modelos de Heckman sobre o índice de *status* sócio-ocupacional dos indivíduos, membros dos grupos em análise. Verificamos, na tabela 8, que o fato de ser brasileiro não-migrante diminui em 0,70 o nível de *status* socioeconômico ocupacional, comparado a ser imigrante internacional. Ao se comparar os nativos migrantes com todos os imigrantes internacionais agrupados, o resultado foi de redução em 0.46 no *status* dos primeiros. Esses resultados foram estatisticamente significantes ao nível de 1%. Quando comparamos cada grupo de imigrante internacional, por origem, com os brasileiros migrantes ou não-migrantes, identificamos que argentinos, paraguaios, peruanos, chineses e coreanos têm, em média, um *status* ocupacional superior aos dos brasileiros.

Nos casos dos bolivianos e dos chilenos, os resultados não foram estatisticamente significantes, o que nos permite inferir que não há diferenças de *status* ocupacional entre eles e os nativos brasileiros. Somente os uruguaios apresentaram uma relação negativa entre origem e *status* socioeconômico ocupacional, quando

comparados com os grupos de referência (brasileiros migrantes e não-migrantes). Isto é, o fato de ser uruguaio diminui em 0.91 pontos o *status* ocupacional, quando comparado ao brasileiro não-migrante, e 1.19 quando comparado aos nativos migrantes.

Tabela 8 - Estimadores do modelo Heckman do efeito da variável origem (nacionalidade), além de outras, sobre índice *status* ocupacional.

Origem	Modelo 1 (Brasileiros não-migrantes comparados com imigrantes internacionais)	Modelo 2 (Imigrantes internacionais comparados com brasileiros não-migrantes)	Modelo 3 (Brasileiros migrantes comparados com imigrantes internacionais)	Modelo 4 (Imigrantes internacionais comparados com brasileiros migrantes)
	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente
Brasileiro	-.70***		-.46***	
Argentino		1.05**		.89**
Boliviano		.34		-.01
Chileno		-.51		-.39
Paraguaio		1.34**		.05
Peruano		1.72***		1.93***
Uruguaio		-.91*		-1.19***
Chines		3.36***		3.07***
Coreano		1.90**		2.01***
Lambda	13.65***	13.64***	8.83***	8.81***
Rho	0,98	0,98	0.74	0.74

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

* significante ao nível de 10%; ** significante ao nível de 5% *** significante ao nível de 1%

Considerando os resultados apresentados, podemos afirmar que os imigrantes internacionais agregam-se em três grupos distintos ao se diferenciarem dos brasileiros quanto à inserção no setor do mercado, ao *status* ocupacional e aos rendimentos. O primeiro grupo é formado pelos asiáticos, isto é, coreanos e chineses, que são os que se mantêm mais "distantes" dos brasileiros, devido às suas vantagens no mercado de trabalho, isto é, melhores salários e *status* ocupacionais. O segundo grupo é formado por argentinos, chilenos e peruanos. Esses também estão em melhores condições de inserção e de rendimentos no mercado de trabalho, comparados aos brasileiros, mas em menor grau do que os asiáticos. Já os paraguaios, os uruguaios e os bolivianos, quando comparados aos brasileiros, encontram-se em um mesmo patamar da hierarquia da estratificação no mercado de trabalho (ao se analisar rendimentos e *status* ocupacional),

quando comparados aos brasileiros não-migrantes. Apenas os uruguaios apresentam-se em piores condições, quando comparados aos brasileiros migrantes.

Em suma, podemos afirmar que origem afeta sim as inserções no mercado de trabalho, as localizações ocupacionais e os rendimentos dos imigrantes internacionais, mas a direção (se positivo ou negativo) depende do grupo em análise. Isto é, certas origens (no caso de coreanos, chineses, argentinos, chilenos e peruanos), ao serem comparadas com os brasileiros migrantes ou não-migrantes, têm uma correlação estatisticamente significante e positiva com a estratificação social no mercado de trabalho; outras origens (como são os casos de uruguaios, em maior grau, paraguaios e bolivianos) a correlação é negativa ou insignificante quanto à posição hierárquica e aos rendimentos dos mesmos no mercado de trabalho brasileiro, ao compará-los com os nacionais migrantes.

6.3 - Análise dos determinantes de rendimentos e *status* socioeconômico da ocupação dos imigrantes internacionais.

Nessa parte do estudo, o intuito é identificar se as variáveis referentes aos capitais humano, social e cultural são determinantes em explicar os rendimentos e os *status* ocupacionais dos imigrantes internacionais "recentes" no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, pretende-se verificar de que forma, ou em que sentido (se positivo ou se negativo), aquelas variáveis afetam a localização hierárquica e os rendimentos dessas pessoas no mercado de trabalho brasileiro.

Vale destacar que, apesar de apresentarmos os resultados dos coeficientes dos estimadores de todas as variáveis inseridas nos modelos econométricos, analisaremos os coeficientes apenas das variáveis que, nesse estudo, denominamos de variáveis testes, ou seja, aquelas que são *proxies* de capitais humano, social e cultural. Para simplificar a apresentação, os estimadores estatisticamente não significantes não são apresentados na tabela (ou seja, espaços em branco nas tabelas representam que os coeficientes dos estimadores das variáveis não se apresentaram estatisticamente significantes ao nível de 5%).

6.3.1 - Determinantes dos rendimentos

A partir da tabela 9, verificamos que educação apresentou sinal positivo e significância estatística ao nível de 1%, para todos os grupos de imigrantes. Isto é, quando há um aumento no nível educacional há um acréscimo nos rendimentos dos imigrantes. Entretanto, identificamos que o peso dessa variável é diferente para latinos e asiáticos. Isto é, educação tem um menor peso explicativo sobre os rendimentos de chineses (3%) e coreanos (4%), quando comparados aos pesos dos coeficientes referentes aos de argentinos (13%), bolivianos (13%), chilenos (10%), paraguaios (14%), peruanos (12%) e uruguaios (11%).

Talvez uma explicação para essa diferença entre asiáticos e latinos esteja no fato de que os asiáticos, por terem uma cultura bastante diferente da sociedade anfitriã (o que é em menor grau para os casos dos latinos), ficam mais à margem da sociedade e, por isto, acabam criando "enclaves étnicos", onde os empregadores contratam seus compatriotas não levando muito em consideração o nível educacional dos mesmos. Porém, essa hipótese, de enclave étnico, deve ser testada em trabalhos posteriores, uma vez que esse estudo não tem essa pretensão, devido à falta de dados suficientes para essa análise.

Quando analisamos os efeitos de experiência sobre os rendimentos dos imigrantes internacionais no Brasil, identificamos que o efeito não se apresentou estatisticamente significante para todos os grupos em análise. Experiência (sem especificar se esta é no mercado de trabalho brasileiro ou não) é relevante para explicar, apenas, os rendimentos dos argentinos, bolivianos, paraguaios e peruanos. Vale destacar que, para esses últimos grupos, o efeito foi positivo, isto é, à medida que aumentam os anos de experiência, aumentam os rendimentos de argentinos, bolivianos paraguaios e peruanos. Também, a variável referente à experiência específica no mercado de trabalho brasileiro mostrou-se significante estatisticamente apenas para alguns grupos (argentinos, bolivianos, chilenos e paraguaios), mas, diferente da experiência em geral, o sentido foi negativo. Isto é, quando há um acréscimo nos anos de experiência dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro, comparado à experiência no país de origem ou em outras localidades externas à sociedade hospedeira, há uma redução nos rendimentos daqueles imigrantes.

Esses resultados não estão de acordo com o pressuposto pela teoria do capital humano, de que experiência é um fator determinante de melhores rendimentos para os indivíduos. Além disso, os resultados mostraram que a experiência no mercado de trabalho brasileiro é menos valorizada do que a experiência no mercado de trabalho externo, o que também não corrobora com a literatura internacional exposta anteriormente. No caso do Brasil, a experiência adquirida no exterior tem um impacto positivo sobre os retornos econômicos dos imigrantes argentinos, bolivianos, chilenos e paraguaios no mercado de trabalho brasileiro.

Quando analisamos os efeitos das variáveis *proxies* de capital cultural e de capital social, os resultados foram bastante instigantes, devido às inconsistências entre efeito e suas direções, para cada grupo de imigrante. O fato de ter religião tem um efeito positivo para uruguaios e chineses, mas negativo para bolivianos, chilenos, paraguaios e coreanos. O tempo de residência no Brasil apresentou-se estatisticamente significante para quase todos os grupos analisados (exceto para paraguaios, peruanos e uruguaios). Isto é, para cada um ano de permanência no Brasil, há um aumento de 1% nos rendimentos de argentinos e bolivianos, 2% para o caso dos chilenos e 3% nos casos de chineses e coreanos.

Quanto aos anos de estudo do imigrante no Brasil, o resultado foi contrário ao esperado. Ou seja, para cada um ano a mais de estudo no Brasil e, respectivamente, um ano a menos no seu país de origem, há uma redução nos rendimentos de 2% (para argentinos, paraguaios e coreanos), 3% (para bolivianos e peruanos) e 1% (para uruguaios). Nesse caso, inferimos que a educação no exterior é mais valorizada do que a educação brasileira.

Tabela 9 - Coeficiente dos estimadores de regressões lineares para os rendimentos em salário/mês, para cada grupo de imigrantes internacionais.

	Argentinos	Bolivianos	Chilenos	Paraguaios	Peruanos	Uruguaios	Chineses	Coreanos
Educ	0,13**	0,13**	0,10**	0,14**	0,12**	0,11**	0,03**	0,04**
Exp	0,05**	0,09**		0,08**	0,04**			
Exp²	- 0,001**	- 0,001**		- 0,001**				
Expbr	- 0,06**	- 0,046**	- 0,07**	- 0,038**				
Expbr²	0,001**		0,002**	0,001**				
Religião		- 0,19**	- 0,08**	- 0,31**		0,25**	0,15**	- 0,27**
Tempreside	0,01**	0,02**	0,01**				0,03**	0,03**
Educbr	- 0,019**	- 0,03**	- 0,02**	- 0,02**	- 0,03**	- 0,01**		- 0,02*
Naturalizado	0,07**		- 0,10**	0,16**	0,22**	0,12**	0,33**	- 0,17**
Branca		- 0,07*	0,07*	0,07**	0,22**			1,10**
Urbano	0,54**	0,30**	0,67**	0,26**	0,31**	0,16**		
Norte	- 0,20**	- 0,29**		- 0,46**	- 0,23**			- 1,61**
Nordeste	- 0,45**	- 0,43**	- 0,10*	- 0,50**			- 0,37**	
Centro-Oeste	- 0,25**	- 0,59**	- 0,21**	- 0,38**	- 0,54**	- 0,30**		- 0,42**
Sul	- 0,41**		- 0,18**	- 0,13**	- 0,27**	- 0,42**		
Casado	0,23**	0,22**	0,26**	,	0,27**	0,16**	- 0,10**	
Separado	0,23**	0,36**	0,26**	0,22**				
Viúvo		0,35*		0,76**	0,69**			
Cônjuge	- 0,22**	- 0,29**	- 0,31**	- 0,24**	0,13**	- 0,32**		
Filho	- 0,34**	- 0,53**	- 0,38**	- 0,37**	0,39**	- 0,45**	- 0,35**	- 0,65**
Outra posição no domicílio	- 0,28**	- 0,86**	- 0,67**	- 0,51**	- 0,57**	- 0,75**	- 0,29**	- 1,02**
não está no mercado	- 12,05**	- 11,07**	- 12,23**	- 10,10**	- 10,83**	- 11,43**	- 11,30**	
Informal	- 0,42**	- 0,403**	- 0,55**	- 0,13**	- 0,39**	- 0,32**	- 0,19**	- 0,50**
Horas	0,01**	0,01**	0,01**	0,01**	0,01**	0,01**	0,003**	0,01**
Constante	4,42**	4,105**	5,279**	4,108**	4587**	5,500**	6,013**	6,008**
R² Ajustado	0,603**	0,658**	0,513**	0,74**	0,807**	0,723**	0,889**	0,239**

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora. *pvalue<=5% **pvalue <=1%.

Entretanto, vale destacar que, quando analisamos a variável educação no Brasil como binária[56], isto é, se o imigrante estudou no Brasil ou não, os resultados são positivos e estatisticamente significantes (exceto para o caso dos chilenos). Esse resultado pode ser fundamentado não na questão de valorização da educação brasileira, mas sim na idéia de Borjas (1999) sobre a importância de uma socialização no país de destino maior do que no país de origem. Assim, o imigrante expande suas redes sociais, para além do grupo imigratório, além de expandir seu capital cultural e humano ao conhecer melhor os hábitos, os costumes e a língua da sociedade anfitriã.

O efeito da variável "naturalizado" sobre os rendimentos dos imigrantes apresentou-se positivo e estatisticamente significante, ao nível de 1%, para os argentinos, paraguaios, peruanos, uruguaios e chineses, isto é, o fato de ser naturalizado no Brasil eleva em 7%, 17%, 24%, 12% e 39%, respectivamente, os rendimentos desses imigrantes. O contrário aconteceu para os resultados de chilenos e de coreanos, onde o fato de serem naturalizados reduz em 10% e 18%, respectivamente, os rendimentos dos mesmos.

No caso da variável referente à cor (branca) o efeito foi positivo para chilenos, paraguaios, peruanos e coreanos, mas negativo para bolivianos. No caso desse último grupo de imigrantes, o fato do boliviano identificar-se como branco gera um efeito negativo de 7% sobre o seu rendimento salarial no mercado de trabalho brasileiro. Para paraguaios e chilenos, o efeito é de 7% positivo, já para peruanos é de 24% e para coreanos o efeito é bem maior, de 200% positivos.

6.3.2 - Determinantes de status ocupacional

Verificamos, a partir da tabela 10, que os resultados dos efeitos das variáveis de capital humano, de capital social e de capital cultural, sobre o *status* ocupacional, foram bastante diferentes entre os imigrantes. A exceção ficou para o caso de educação, que se apresentou positiva e estatisticamente significante, ao nível de 5%, para todos os grupos de imigrantes analisados. Mais uma vez, os coreanos e os chineses apresentaram um peso explicativo dessa variável menor sobre o *status* ocupacional, quando comparado aos pesos dessa variável, em geral, para os latinos.

[56] Rodamos um modelo extra com essa variável binária.

Para os casos das variáveis "naturalizado" e "anos de estudo no Brasil", os resultados não foram estatisticamente significantes para todos os grupos, mas, para aqueles que foram significantes, o sentido foi similar para os grupos. Isto é, o fato de ser naturalizado apresentou-se positiva e estatisticamente significante para bolivianos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos. No que diz respeito aos anos de estudo no Brasil, o efeito foi negativo sobre o *status* ocupacional de argentinos, chilenos, uruguaios e coreanos.

Quanto às outras variáveis, os resultados apresentaram-se positivos e estatisticamente significantes para alguns grupos, negativos para outros grupos e sem significância para outros. A falta de regularidade dos efeitos não nos permite concluir cabalmente a respeito dos efeitos dessas variáveis. A análise mostra as seguintes situações:

a) "experiência" tem efeito positivo no caso de bolivianos e paraguaios, mas negativo para o caso de chilenos, uruguaios e chineses;

b) "experiência no Brasil" tem efeito negativo e estatisticamente significante para os casos de bolivianos, argentinos, chilenos e coreanos, mas positivo no caso dos bolivianos

c) "religião" tem efeito positivo para bolivianos e negativo para o caso de chilenos, paraguaios e uruguaios;

d) "tempo de residência no país" apresentou-se positivamente significante para o caso de argentinos, chilenos, chineses e coreanos, mas negativamente significante para o caso de paraguaios;

e) "cor branca" tem efeito positivo para o *status* ocupacional de chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios e chineses, mas negativo para os argentinos.

Tabela 10 - Coeficiente dos estimadores de regressões lineares para o índice ocupacional, para cada grupo de imigrantes internacionais.

	Argentinos	Bolivianos	Chilenos	Paraguaios	Peruanos	Uruguaios	Chineses	Coreanos
Educ	2,23**	2,98**	2,12**	2,09**	2,62**	1,77**	1,08**	0,30**
Exp		0,27*	- 0,41**	0,41**		- 0,53**	- 0,34**	
Exp²			0,01**	- 0,003*		0,01**	0,01**	
Expbr	- 0,47**	0,54**	- 0,43**					- 0,47*
Expbr²		- 0,01**	- 0,01*					- 0,01**
Religião		3,78**	- 3,16**	- 2,56**		- 1,34**		
Tempreside	0,14**		0,28**	- 0,21**			0,29**	0,51**
Educbr	- 0,33**		- 0,33**			- 0,33**		- 0,69**
Naturalizado		3,16**		3,52**	5,19**	1,97**	2,07**	1,83*
Branca	- 1,17*		1,18*	1,09**	3,32**	1,86*	4,68*	
Urbano	8,72**	4,34**		5,42**	8,12**	8,56**	7,62**	
Norte	- 5,63**	3,19**	5,82**	- 4,69**		6,09**		- 17,57**
Nordeste			3,02**	4,58**	3,91**	9,21**		
Centro-Oeste		4,09**				5,37**	7,02**	4,33*
Sul			2,35**	0,95*		- 1,46**	1,92**	7,49**
Casado	3,29**	1,24**	3,07**	2,09**	3,73**	4,77**		3,38**
Separado	4,85**	3,17**	6,23**		3,38**	1,35**	- 3,22*	6,37**
Viúvo			- 14,59**	- 19,55**			- 6,22**	21,66**
Cônjuge	- 2,82**	- 2,32**	1,20*	- 1,61**		- 4,18**	- 2,15*	- 6,04**
Filho			- 3,67**		4,27**		4,05**	
Outra posição no domicílio	- 2,38**	- 2,22**	- 5,19**		- 3,53**	- 4,26**	- 3,39**	- 5,29**
não está no mercado	- 29,67**	11,73**		- 11,97**	- 9,38**	- 10,75**	- 10,6**	
Informal	- 5,93**	- 6,09**	- 6,85**	- 0,94**	- 5,37**	- 4,11**	- 4,96**	- 6,32**
Horas	- 0,02**				- 0,06**	- 0,03**	- 0,09**	- 0,15**
Constante	27,48**	4,471**	35,20**	17,82**	16,154**	31,818**	39,58**	57,54**
R² Ajustado	0,388**	0,576**	0,349**	0,558**	0,543**	0,437**	0,322**	0,228**

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora. *pvalue<=5% **pvalue <=1%.

6.4 - Considerações finais

Em síntese, podemos afirmar que, em geral, os imigrantes internacionais, dado suas origens, têm maiores chances de se inserirem no setor informal do mercado de trabalho brasileiro, como definido pela teoria do mercado dual. Entretanto, as posições ocupadas pela maioria dos imigrantes internacionais no setor informal, comparada àquelas ocupadas pelos nativos brasileiros, não são aquelas localizadas nos mais baixos escalões da hierarquia ocupacional brasileira e não são as de menores rendimentos. Além disso, verificamos que origem afeta, positivamente, os rendimentos e os *status* socioeconômicos da ocupação no mercado de trabalho brasileiro. Essa análise aproxima-se, em maior grau, dos pressupostos das teorias de enclave étnico e do *middleman;* em menor grau, com a teoria do mercado dual, uma vez que se identificou que o fato de os imigrantes terem maiores chances de se inserirem no setor informal não os deixa em desvantagens no mercado de trabalho brasileiro, quanto ao *status* socioeconômico ocupacional e aos rendimentos. Contudo, vale destacar que devemos analisar cada grupo de imigrantes separadamente, pois há diferenças entre eles e entre esses e os brasileiros.

Nesse caso, sugerimos que a explicação pode estar na existência de um mercado paralelo constituído pela minoria *middleman* ou pela economia étnica ou, em especial, pelo enclave étnico. No entanto, a investigação sobre a existência de uma economia de enclave étnico não se encontra dentro do escopo desse trabalho. Fica aqui a sugestão de uma proposta para mais um trabalho sobre a inserção dos imigrantes internacionais em uma economia étnica no mercado de trabalho brasileiro. Um estudo desse tipo poderá explicar a diferença entre asiáticos e latinos quando comparados aos brasileiros.

Outro ponto a considerar é que, ao analisarmos as variáveis de capital humano, capital social e capital cultural, devemos considerar as especificidades de cada grupo de imigrante, por origem. Isto porque, como exposto: as variáveis relacionadas ao capital humano apresentaram-se, no caso da educação, não tão fortes (peso explicativo pequeno) e, no caso da experiência, em sentido oposto ao esperado pela teoria; b) as variáveis, *proxies* de capital social e capital cultural, apresentaram-se de forma bastante irregular, isto é, para alguns grupos de imigrantes, algumas variáveis tinham efeitos

como pressupostos pelas teorias, para outros grupos, algumas variáveis tinham efeitos contrários aqueles propostos pelas teorias.

7 - Reflexões finais

O objetivo central dessa tese foi comparar os imigrantes internacionais com os brasileiros no que se refere ao processo de inserção e estratificação no mercado de trabalho brasileiro e seus determinantes. Para isto, propomos testar algumas hipóteses fundamentadas pelas teorias que abordam o tema: a) mercado segmentado; b) *middleman*; c) enclave étnico; d) capital humano; e) capital social; f) capital cultural.

A primeira hipótese era de que, fundamentado na teoria do mercado segmentado, os imigrantes internacionais, comparados aos nativos brasileiros, se encontram no setor informal do mercado de trabalho, em posições ocupacionais inferiores, com salários mais baixos e, portanto, sofrem discriminação negativa no mercado de trabalho. A partir dos dados analisados, podemos inferir que origem é um fator que influencia a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Origem (independente da nacionalidade) afeta positivamente a inserção do trabalhador no setor informal, comparado ao fato de ser brasileiro. Não se pode dizer que isto se caracteriza como um ponto negativo para os imigrantes (como pressuposto pela teoria do mercado dual), uma vez que não há um consenso na literatura sobre a questão de segmentação no mercado e das vantagens ou das desvantagens no setor formal e, principalmente, porque nossos dados demonstraram isto.

Outro ponto é que origem, juntamente com o fato de ser imigrante, em geral, tem efeito positivo sobre os rendimentos dos imigrantes, quando comparados aos nativos não-migrantes, o que permite afirmar que eles, em geral, se encontram em vantagem econômica. Além disto, origem também tem efeito positivo sobre o *status* ocupacional dos imigrantes internacionais, a exceção encontra-se apenas para o caso dos uruguaios. Dessa forma, podemos afirmar que, em geral, os imigrantes não se encontram em piores ocupações e nem têm remunerações inferiores aos brasileiros. Pelo contrário, eles estão em posições privilegiadas, em comparação com os brasileiros. Por isto, essa primeira hipótese foi refutada, o que faz com que seja validada a segunda hipótese, a qual se fundamenta nas teorias do enclave étnico e *middleman*. Para essas teorias os imigrantes internacionais encontram-se em vantagens no mercado de trabalho da sociedade hospedeira. Entretanto, vale destacar que, ao se comparar os imigrantes internacionais com brasileiros migrantes, os uruguaios, paraguaios e bolivianos tem

probabilidade maiores de terem similares ou piores rendimentos e, no caso específico dos uruguaios, terem mais baixos níveis de *status* ocupacionais. Sendo assim, ao considerarmos o fator origem, podemos dizer que essa hipótese foi validada para a maioria dos grupos em análise, mas não para todos, como, por exemplo, o caso dos uruguaios.

Ressaltamos que, quanto às vantagens no mercado de trabalho brasileiro, os grupos de imigrantes internacionais podem ser agregados em três grupos maiores, no que se refere à diferenciação dos brasileiros quanto à inserção no setor do mercado, ao *status* ocupacional e aos rendimentos. O primeiro grupo é formado pelos asiáticos, isto é, coreanos e chineses; esse grupo encontra-se em vantagem no mercado de trabalho. São eles que mais se diferenciam dos brasileiros, sejam migrantes, sejam não-migrantes. No segundo grupo, a diferença é menos evidente, mas pode-se perceber que eles estão em melhores condições de inserção e de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro. Esse grupo é formado por argentinos, chilenos e peruanos. O terceiro grupo é formado por paraguaios, uruguaios e bolivianos. Esses encontram-se em um mesmo patamar da hierarquia de estratificação no mercado de trabalho ou em piores condições, no caso dos uruguaios, quando comparado aos brasileiros migrantes. Isto porque, comparados aos nativos migrantes: a) os bolivianos e paraguaios têm mais baixos rendimentos mensais; b) no caso dos uruguaios, esses têm rendimentos inferiores e, também, *status* ocupacionais menores.

Nesse contexto, apresenta-se uma análise favorável à idéia sobre à auto-seletividade positiva dos imigrantes. Isto porque, quando os imigrantes internacionais são comparados aos nacionais não-migrantes, as vantagens no mercado de trabalho dos primeiros são bem superiores àquelas resultantes da comparação entre imigrantes internacionais e nativos migrantes.

Um ponto a ser ressaltado nesse trabalho é a decisão de se comparar imigrantes internacionais com nativos migrantes ou não migrantes. As literaturas, internacional e nacional, não fazem essa divisão dos nativos, isto é, elas consideram esses grupos como homogêneos. Quando há alguma divisão, esta é fundamentada na cor\raça. A partir disto, como se pode verificar através dos resultados dessa pesquisa, as análises e os resultados de estudos que não consideram o fato do nativo ser migrante podem estar

inconsistentes. Isto porque a variável origem carrega o peso dela e da variável imigração, acarretando, assim, em estimadores enviesados.

Esse trabalho demonstrou que o fato de ser migrante é relevante para rendimento e *status* ocupacional, como exposto por Schultz (1973) em sua análise sobre capital humano e que, além do fato de "ser imigrante", origem afeta o processo de inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. Esse efeito pode ser positivo ou negativo, dependendo dos grupos em análise, quando se controla a variável "migração". Caso não se faça esse controle, os estimadores de origem são enviesados e inconsistentes, apresentando significância positiva para todos os grupos étnicos em análise.

Ao se considerar as grandes diferenças dos estimadores de origem/nacionalidade afetando inserção, *status* e rendimento, verificamos que coreanos e chineses são bem diferentes de argentinos, chilenos e peruanos, e mais díspares de paraguaios, bolivianos e uruguaios. A partir disso, surge uma questão: comparados aos hospedeiros, imigrantes internacionais, de mais longas distâncias e, principalmente, de culturas bastante díspares (como, por exemplo, coreanos e chineses) encontram-se em melhores condições, devido a uma maior coesão dentro do grupo, a uma produção mais forte de um enclave étnico, do que aqueles imigrantes internacionais que, por estarem não tão distantes de suas terras natais e por não serem tão diferentes culturalmente (com relação à língua, à religião, ao *habitus*) acabam produzindo um grupo não tão coeso e, consequentemente, uma economia de enclave étnico fraca? Esse é um tema interessante para futuros estudos.

Quanto à terceira hipótese sobre os efeitos das variáveis de capital humano, evidências mostraram que educação tem um efeito significativo e positivo sobre locação e *status* ocupacional e rendimentos. Por outro lado, experiência não se apresentou como variável explicativa significativa para todos os grupos de imigrante. Além disso, verificou-se que a variável experiência no mercado de trabalho afeta positivamente os rendimentos dos argentinos, bolivianos, paraguaios e chineses, mas tem efeito negativo sobre os rendimentos dos chilenos e coreanos.

Ao se testar a hipótese da importância das variáveis *proxies* de capital cultural e capital social, como determinantes das posições e dos rendimentos dos imigrantes

internacionais no mercado de trabalho brasileiro, verificamos que os dados não apresentaram regularidades que permitam fazer afirmativas cabais. Entretanto, vale destacar que, em geral, as variáveis referentes à experiência no mercado de trabalho brasileiro, à educação no Brasil (*proxies* de capitais humano, cultural e social), além da naturalização (*proxy* de capitais cultural e social) afetam positivamente a o status ocupacional e os rendimentos dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro.

Uma questão a pontuar é que mais atenção deve ser dada para os temas da segmentação no mercado de trabalho e das diferenças positivas ou negativas entre os setores formal ou informal do mercado de trabalho. Não há um consenso sobre as questões que norteiam esses temas; pesquisas devem ser realizadas, no sentido de contribuir com esse debate e com o conhecimento do contexto de inserção desses imigrantes.

Além disto, vale destacar aqui algumas questões que não foram aprofundadas, mas que são importantes para ampliar a discussão sobre o tema. As diferenças empiricamente constatadas, sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro sugerem a necessidade de uma análise mais detalhada sobre o contexto político e econômico em que esses imigrantes se inseriram no mercado de trabalho. Talvez seja interessante a criação de termos interativos entre momento de entrada no país, origem e local de residência.

Uma análise da inserção desses imigrantes, considerando aqueles que entraram na década de 70 (período do *Boom* econômico no país), em comparação com aqueles que entraram na década de 80 ("década perdida"), pode apresentar diferenças nos estimadores de variáveis exógenas e endógenas. Seria interessante um estudo separando por coorte de período de entrada de imigrante e não por origem.

Mais uma questão que pode ser levantada é sobre o escopo desse trabalho. Sabe-se que há pontos positivos e negativos ao se escolher um caminho de pesquisa. O caminho traçado nesse estudo foi de uma análise comparativa entre oito grupos de imigrantes internacionais e dois grupos de nativos, brasileiros não-migrantes e migrantes. Estudos de caso permitiriam uma análise em profundidade sobre um grupo específico. No entanto, o estudo comparativo possibilita se fazer generalizações, que por meio de um estudo de caso não seria possível.

Embora pesquisas adicionais sejam necessárias, há generalizações que se pode fazer, a partir desse estudo: a) origem é um importante fator para explicar inserção no setor do mercado, rendimentos e *status* ocupacionais dos indivíduos b) imigrantes internacionais, em geral, encontram-se em vantagens no mercado de trabalho brasileiro, principalmente, quando comparados com nativos não-migrantes; c) variáveis relacionadas ao capital humano, ao capital social e ao capital cultural (essas últimas de forma irregular) são determinantes (algumas em menor grau, outras em maior grau) para a inserção desses imigrantes no sistema de estratificação.

Referências Bibliográficas.

Amaral, Ernesto F. e Wilson Fusco (2005). Shaping Brazil: "The role of International Migration." *Migration Politcy Institute*. Washington, p.1-9 Disponível em: http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=311

Ântico, Cláudia (1998). "Imigração Internacional no Brasil durante a Década de 80: Explorando alguns Dados do Censo de 1991." In: *XI Assosicação Brasiliera de Estudos Populacionais (ABEP)*, Caxambu, p.665-685. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a147.pdf

Aquino, Jakson A. de, (2000). As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. *Humanidades e Ciências Sociais.* Vol. 2, n.2, p.17-29. Disponível em: http://jalvesaq.googlepages.com/2teorias.pdf

Assis, G. de O e E. M. Sasaki (2001). Os novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CNPD. *Migrações internacionais* - Contribuições para políticas. Brasília, DF. p. 615-669.

Aydemir, Abdurrahman B. (2003). "Are Immigrants Positively or Negatively Selected? The Role of Immigrant Selection Criteria and Self-Selection." *Family and Labour Studies Division Statistics Canada.* Cod. J61, J68.

Baeninger, Rosana, 2005. "São Paulo e suas migrações no final do século 20". *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n.3 p. 84-96, jul/set. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a08.pdf

Baeninger, Rosana, 2003. "O Brasil na rota das migrações internacionais recentes." *Journal da Unicamp*. Ed. 226 – 25 a 31 de agosto.

Baeninger, R e C. Leoncy, (2000). "Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorização de trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego." In: *Seminário Internacional Migrações Internacionais – Contribuições para Políticas Brasil 2000.* Brasília, CNPD.

Baeninger, R., 2000. "O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. ComCiencia, n 16. Disponível em: http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes

Barcellos, Tanya M. (2000). "O panorama recente das migrações no Brasil: a situação do RS e da RMPA." *Indicadores Econômicos FEE.* Porto Alegre, FEE, Vol. 28 (1), 181-200 p.

Bassanezi, Maria Sílvia C. B. et. Al. (2008). *Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950*. São Paulo: UNESP.

Bassanezi, M. S. B. (1995). "Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico." In: Patarra, Neide L. (coord). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2 ed. SãoPaulo: FNUAP.

Bassegio, Luiz (2004). "Imigrantes discriminados e necessários?". *Rede social de justiça e direitos humanos.* Disponível em: http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio021.htm

Becker, Gary S. (1964). *Human Capital*: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: Columbia University.

Bell, Daniel (1973). *O advento da sociedade pós-industrial.* São Paulo: cultrix.

Blau, Peter M. e Otis Duncan, (1994). "The Process of stratification." In: Grusky, David B. (ed.), 1994. *Social Stratification:* class, race, & gender in sociological perspective. San Francisco: Westview Press.

Bonacich, Edna (1973). "A Theory of Middleman Minorities". *American Sociological Review.* Vol. 38 (5) pages 583-594.

Borjas, G. (1999). *Heaven's door: immigration policy and the American economy*. Princeton, NJ.: Princeton University.

Borjas, G. (1986). *Labor economics.* New York: McGraw-Hill.

Boudon, Raymond (1977). "Education and social mobility: a structural model". In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education.* New York: Oxford University Press.

Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1975). *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Bourdieu, Pierre (1998a). "O capital social – notas provisórias". In: Nogueira, M. A. e Afrânio Catani (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre (1998b). "Os três estados do capital cultural". In: In Nogueira, M. A. e Afrânio Catani (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre (1998c). "A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura". In: In Nogueira, M. A. e Afrânio Catani (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

Bowles, S.; H. Gintis (1976). *Schooling in capitalist America*. New York: Basic Books.

Bowles, Samuel (1977). "Unequal education and the reproduction of the social division of labor". In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education.* New York: Oxford University Press.

Brito, F. R. A. (2000). "Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?" In: *XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000*, Caxambu-MG. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

Buechler, Simone (2003). "Koreans and Bolivians in the Brazilian Garment Industry: The interconection between the global and local." *Latin American Studies Association*. Dallas.

Campante, Filipe R.; Anna R. V. Crespo e Phillippe G. P. G. Leite (2004). "Desigualdade Salarial entre Raçcas no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais." *RBE*, Vol. 58(2), p. 185-210. Disponível em: http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/874/562

Castles, Stephen and Mark J. Miller. *The Age of Migration.* 3 ed. New York: the Guildford press. 2003

Chiswick, Barry R. (1999). "Are immigrants favorably self-selected?". *The American Economic Review.* Vol. 89 (2) 181-185.

Chiswick, Barry R. (2003). "Jacob Mincer, Experience and the distribution of earnings. *IZA DP*, n.847, August, p. 1-41.

Coleman, James S. (1988). "Social Capital in the creation of human capital". *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, Supplements: Organizations and institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of social structure.

Coleman, James (1990). The *foudations of social theory.* Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard Univesity Press.

Collins, Randal (1977). "Functional and conflict theories of education stratification". In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education.* New York: Oxford University Press.

Cunha, José Marcos P. (2007). "A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004". CEPAL: 50 anos CELADE. Disponível em: http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/MPinto.pdf

Cunha, José Marcos P. (2003). "Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória." *São Paulo em perspectiva,* 17 (3-4), p. 218-233, São Paulo.

Cunha, José Marcos P. e Cláudio S. Dedecca (2000). "Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito." *Revista Brasiliera de Estudos de População"*., v.17, n. 1/2, jan./dez.

Curi, A. Z. e Naércio A. Menezes-Filho (2004). Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro. *Anais do XXXII Encontro Nacional da Anpec*. P. 1-17. Disponível em:

http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A141.pdf

Davis, Kingsley and Wilbert E. Moore (1945). "Some principles of stratification". *American Sociological Review.*Annual Meeting Papers. vol. 10, n 2, p. 242-249.

D`Adesky, Jacques, 2003. "Imigração interna e controle de estrangeiros – O discurso nacionalista e a prática da exclusão social." *Série Cadernos do CEJ . Seminário Internacional: as minorias e o direito* vol 24.

Dickens, W. T. and K. Lang (1985). "A test of dual labor market theory." *American Economic Review,* September, p. 792-805.

Diegues Júnior, Manuel (1977). *Etnias e cultura no Brasil.* , 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Diegues Júnior, Manuel (1964). *Imigração, urbanização e industrializaão:* estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Pedagógicos.

Durham, Eunice, 1973. *A caminho da cidade*, São Paulo: Perspectiva.

Fernandes, Danielle Cireno (2004). "Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor". *IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).*

Ferrer, Ana; David a. Green, and W. Craig Riddel, (2004). *International adult literacy survey*: the effect of literacy on immigrant earnings. Canada (Minister of industry) catalogue n. 89-552-XPE, n. 12.

Fraga, Renata de O. e Linovaldo Miranda Lemos (2006). "Migração cidade/campo e o capital social: estratégia para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo. In: *III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*.17 a 20 de outubro, em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

Friedberg, R. M. (2000). "You can´t take it with you? Imigrant Assimilation and the portability of human capital." *Journal of Labor Economics,* 18, p. 221-251.

Giddens, Anthony."Raça, etnicidade e migração". In: _____. *Sociologia*. 4 ed. ver. atual. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Golgher, André B.; Rosa, Carlos Henrique; Araújo Júnior, Ari F. de (2008). "Determinantes de La migración em Brasil: polarización regional y trampas de pobreza". *Papeles de Población*, p. 135-172, Nueva Época, ano 14, n.56, abril-junho.

Golgher, André B. (2006). *Diagnóstico do processo migratório no Brasil 1:* comparação entre não-migrantes e migrantes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. (texto para discussão, n. 282)

Golgher, André B; Rosa, Carlos Henrique e Ari Francisco de Araújo Júnior (2005). *The determinants of migration in Brazil.* Belo Horizonte: UFMG – Cedeplar.

Golgher, André B. (2004). *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG – Cedeplar. (Texto para discussão; 231).

Gomes, Sueli de C. (2006). "Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos". Imaginário – USP, p. 143-169, vol. 12, n. 13. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413666X2006000200007&lng=pt&nrm=iso

Granovetter, Mark (1973). "The Strenth of Weak Ties. *The American Journal of Sociology,* 78 (May): 1360-1380.

Granovetter, Mark (1985). "Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91(November): 481-510.

Grusky, David B. (ed.) (1994). *Social Stratification:* class, race, & gender in sociological perspective. San Francisco: Westview Press.

Guimarães, Nadya A. (2008). "Como sair do desemprego? Laços fortes e laços fracos na procura de trabalho em São Paulo." *BRASA – BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION IX CONGRESSO.* New Orleans, 26-27 de março.

Guimarães, Nadya A. (coord.) (2005). "Globalização, transformações metropolitanas e os desafios da equidade: as novas formas do emprego e do desemprego. São Paulo numa perspectiva comparada". CEBRAP, São Paulo. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/narrative_report-ewlett_foundation.pdf

Guimarães, Henrique (s.d). *Mercado de trabalho, escolaridade e renda no Brasil* – 1988 a 1996. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em:

http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf

Haller, A and H. Saraiva (1992). "The Income Effects of Education in a Developing Country: Brazil – 1973 and 1982". In: R. Althauser e M. Wallace (org.) Research in Social Stratification and Mobility. p. 295-336.

Halsey, A. H. (1977). "Towards Meritocracy? The case of Britain". In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education.* New York: Oxford University Press.

Hasenbalg, Carlos; Nelson do Valle Silva (1991). "Raça e oportunidades educacionais no Brasil". In: Lovell, Peggy (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

_____ (1999). "Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil". In: Hasenbalg, Carlos A.; Nelson do Valle Silva e Marcia Lima. *Cor* ***e*** *estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv.

Heckman, James. J. (1979). "Sample selection bias as a specification error". *Econometrica,* Vol 47 (1), p. 153 a 162.

Helal, Diogo Henrique (2005). "Empregabilidade no Brasil: padrões e tendências". *IPEA(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).* Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ipeacaixa/monografias%20profissionais.

Hoffmann, J. P. (2004). *Generalized linear models*: An applied approach. Boston, MA: Allyn & Bacon.

Hurn, Cristopher (1993). The Limits and Possibilities of Schooling: An Introduction to the Sociology of Education. (3rd ed.). Boston: Allyn and Bacon.

Lam, D. (1999). "Generating Extreme Inequality: Schooling, Earnings, and Intergenerational Transmission of Human Capital in South Africa and Brazil". *Research Report,* n. 99-439. University of Michigan.

Light, Ivan et. al. (1994). "Beyond the Ethnic Enclave Economy". *Social Problems,* vol. 41, n 1, Special Issue on Immigration, Race, and Ethnicity in America.

Light, Ivan and Edna Bonacich (1991).Immigrant Entrepreneurs: Koreans in Los Angeles, 1965-1982. Los Angeles: University of Califonia Press.

Lin, Nan (2006). *Social capital:* a theory of social structure and action. Cambridge: Cambridge University Press.

Logan, John R., Richard D. Alba, Thomas L McNulty (1994). "Ethnic Economies in Metropolitan Regions: Miami and Beyond". *Social Forces,* Vol. 72 (3) p. 691-724.

Logan, John R., Richard D Alba (1999). "Minority Niches and Immigrant Enclaves in New York and Los Angeles: trends and impacts". Bean, Frank d. and Stephanie Bell-Rose Editors. *Immigration and opportunity:* race, ethnicity, and employment in the United States. New York: Russel Sage Foundation. Pages 172-193.

Logan, John R., Richard D Alba and Brian J. Stults (2003). "Enclaves and Entrepreneurs: Assessing the payoff for immigrants and minorities". *IMR*, vol. 37 (2) p. 344-388.

Lopes, J. B. (1964). *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel.

Machado, Ana Flávia; A. M. C. Oliveira e N. F. Carvalho (2003). *Tipologia de qualificação da força de trabalho*: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar (texto para discussão, n. 218)

Machado, Ana Flávia e F. G. Jaime Jr. (2003). "Liberalização comercial: impactos sobre a composição do emprego no Brasil. In: Wajnman, S. e Ana Flávia Machado (orgs.) *Mercado de trabalho*: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: UFMG.

Martine, George, (2005). "A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21." *São Paulo em perspectiva,* vol.19, n.3, p.3-22, jul/set.

Martine, G. e Peliano, J. (1978). Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Rio de Janeiro: IPEA. (Série de estudos para o planejamento, n.19).

Massey, Douglas (1988). "Economic development and international migration in comparative perspective". *Population and Development Review* Vol 14 (3).

Massey, Douglas et. al. (1993). "Theories of International Migration: A review and Appraisal". *Population and Development Review*, vol. 19(3), p. 431-466.

Menezes Filho, Naércio A.; Marcos Mendes e Eduardo Simões de Almeida (2004). "O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção?". *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janiero, vol 53(2), abr./jun/, 2004.

Mincer, Jacob (1958). "Investment in human capital and personal income distribution." *The Journal of Political Economy*, Vol. 66, No. 4. (Aug., 1958), p. 281-302.

Mincer, Jacob (1974). *Schooling, Experience, and earnings: Human capital & social institution.* New York: National Bureau of Economic Research.

Nee, Victor and Jimy Sanders (2001). "Understanding the Diversity of ImmigrantIncorporation." *Ethnic and Racial Studies* 24:386-411.

Neves, Jorge A. B. (2005). "Labor force classes and the earnings determination of the farm population in Brazil: 1973, 1982, and 1983." *Research in Social Stratification and Mobility.* Estados Unidos, vol. 22: 425-477.

Oliveira, Antonio Tadeu de (2001). "Migrantes estrangeiros: uma ameaça ao mercado de trabalho dos nascimentos?" *Núcloe de Estudos Populacionais.* Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Migr_Oliveira_Text.pdf

Parsons, T. (1940). "An analytical approach to the theory of social stratification." *American Journal of Sociology 45, 841–62.*

Parsons, Talcoltt (1974). *O sistema das sociedades modernas.* São Paulo: Pioneira.

Passaris, C. (1998). "The role of immigration in Canada´s demographic outlook." *International Migration* 36(1), p. 93-105.

Pasternak, Suzana e Lúcia M. M. Bógus (2005). "Migração na Metrópole." *São Paulo em Perspectiva*, vol. 19, n.4, p. 21-47, out/dez.

Patarra, Neide e Rosana Baeninger (2004a). "Movimiento migratório reciente entre países del Mercosur." *Papeles de Población*, Nueva Época, Año 10, n. 42, octubre-diciembre.

Patarra, Neide e Rosana Baeninger (2004b). "Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica – Brasil no Mercosul". In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP,Caxambu – MG, setembro. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_244.pdf

Patarra, Neide e Rosana Baeninger (2006). "Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras." *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol.21, n.60, supl.60, São Paulo, Fev. p.83-102. Disponível em: http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/

Perillo, Sônia (2002). "Vinte anos de migração no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. Anais.... Belo Horizonte: Abep. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST17_Perillo_texto.pdf

Piore, Michael J. (1979). *Birds of passage*: migrant labor in industrial societies. Cambridge: Cambridge University.

Piore, Michael J. e Charles Sabel F. (1984). *The second industrial divide*: possibilities for prosperity. New York: Basic Books.

Piore, Michael J. e Sean Safford (2006). "Preliminary thoughts on identity and segmentation in primary sector labor markets." In: _____. *Society for the advancement of socio-economics annual meeting trier.* Germany, july,2.

Portes, Alejandro (2000). "Capital social: origins e aplicações na Sociologia Contemporânea." *Sociologia, problemas e práticas*, n. 33, p. 133-158

Portes, Alejandro and Rubén G Rumbaut (1990). *Immigrant America*: a portrait. Berkeley: University of California.

Portes, Alejandro and Leif Jensen (1989). "The enclave and the entrants: patterns of ethnic enterprise in Miami before after Mariel". *American Sociological Review,* vol. 54 (6), p. 929-949.

Portes, Alejandro and Robert L Bach (1985). *Latin Journey*: Cuban and Mexican immigrants in the United States. Berkeley: University of California.

Putnam, Robert D. (1996). "The strange disappearance of civic American." *The American Prospect*, n.24. Disponível em:

Putnam, Robert D. (1995). "Bowling Alone: America's Declining Social Capital." *Journal of Democracy*, Vol. 6, n.1, p. 65-77.

Putnam, Robert D. (1993) "The Prosperous Community: social capital and public life." *The American Prospect*, n. 13, Spring, Disponível em:

http://xroads.virginia.edu/~hyper/DETOC/assoc/13putn.html

Ramos, Lauro e José Guilherme A. Reis (1997). *Empregos no Brasil nos anos 90*. Rio de Janeiro: IPEA (texto para discussão, n. 468).

Ravenstein, E. G. (1889) "The laws of Migration". *Journal of the Royal Statistical Society.* Vol 52 (2), p. 241-305.

Rios-Neto, Eduardo L.G. (2005ª). *Managing migration:* the Brazilian case. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. (Texto para discussão, n.249).

Rios-Neto, Eduardo L. G. (2005b). *Questões emergentes na demografia brasileira.* Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar (texto para discussão, n. 276). Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20276.pdf

Rocha, Marcos Aurélio A. e Campos, Maria de Fátima Sales de Souza (2006). "A inserção dos indivíduos de cor amarela no Paraná: uma investigação econométrica a partir do censo de 2000." *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*. Caxambu – MG.

Rossini, Rosa Ester (1986). "A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital." *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V02A01.pdf

Sala, Gabriela A, et. al. (2004). "Uma caracterização dos estrangeiros nascidos em países do Mercosul e Estados Associados residentes no Brasil no ano 2000." In: *I congresso da Associação Latino Americana de População,* ALAP. Caxambú, Brasil.

Sala, Gabriela A. (2005). *Características sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil.* Tese de doutorado defendida no Cedeplar – no departamento de demografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Sales, Teresa (2005). "Brasil País de emigração". *Núcleo de Estudos de População*. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/usuario

Sant'ana, Marcílio R. de (2000). "A livre circulação de trabalhadores no Mercosul." *ComCiencia,* n.16. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/migracoes.

Santos, Gislene A. dos (2001) "O caso dos migrantes da cidade de Criciúma Brasil para os Estados Unidos. *Scripta Nova*, Revista eletrónica de Geografia y Ciencias Sociales, n. 94(13), Barcelona, agosto.

Santos, José Alcides F. (2001). "Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil." *Revista Dados,* vol. 44 (1), Rio de Janeiro.

Santos, José Alcides F. (1998). "A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright." *Revista Dados,* v. 41 (2), Rio de Janeiro.

Sasaki, Elisa Massae e Gláucia de O. Assis (2000). "Teorias das migrações internacionais". In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* 12. Anais... Caxambu,. Disponível em CD-ROM.

Sassen, S. (1988). *The mobility of labor and capital.* Cambridge: Cambridge University Press.

Sassen, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel

Sayad, Abdelmalek (1998). *A imigração:* ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Schultz, Theodore W. (1973). *O capital humano*: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar.

Senna, José Júlio (1976). "Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil". *Revista Brasileira de Economia,* vol. 30, n.2, abr./jun.

Silva, Uvanderson Vitor (2008). Velhos caminhos, novos destinos: migrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Singer, Paul (1973). "Migrações internas no Brasil: considerações teóricas sobre o seu estudo". In: _____. *Economia política da urbanização.* São Paulo: brasiliense.

Soares, S. S. D. (2000). O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para Discussão do Ipea no.769. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/raca_etnia/Perfil%20da%20Discriminacao-Serguei%202000.pdf

Spinger, P. (1977). "Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho." *Economia Política do Trabalho.* São Paulo: Hucitec.

Thuno, Mette (1998). "Chinese in Denmark." In: Gregor Benton and Frank N. Pieke, cdi (1998), *The Chinese in Europe*. Basingstoke: Macmillan.

Ulyssea, Gabriel (2005). "Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura". *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA*. Texto para discussão n. 1070. Rio de Janeiro. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=667364

Vainer, Carlos B. (1998). "Deslocamento compulsório, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório." *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998

Valle Silva, Nelson do (1980). "O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil – réplica". *Pesquisa e Planejamento Econômico.* Vol. 10 (3), pags 1007-1011.

Valle Silva, Nelson do (1981). "Cor e o processo de realização sócio-econômica". *Dados – Revista de Ciências Sociais.* Vol. 24(3), pags 391-409.

Valle Silva, Nelson do; Carlos Hasenbalg (2000). "Tendências da Desigualdade educacional no Brasil"**.** *Revista Dados,* vol. 43, n.3 Rio de Janeiro.

Vecchione, Marcela (2006). "Eleições e violência política no Peru". *Observatório político Sul-americano.* IUPERJ, vol.1, n.2, abr.

Vilela, Elaine M. (2005) "Análise comparativa de formas de incorporação em setores econômicos e ganhos entre asiáticos e latino-americanos no Brasil". In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (1 st Former Vilmar Faria Fellows Conference). Belo Horizonte: UFMG.

Vilela, Elaine M. (2002). *Sírios e libaneses e o fenômenos étnico:* os jogos de identidade. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas.

Wilson, Franklin (1999). "Ethnic Concentrations and Labor-market Opportunities". Bean, Frank d. and Stephanie Bell-Rose Editors. *Immigration and opportunity:* race, ethnicity, and employment in the United States. New York: Russel Sage Foundation, p. 106-140.

Young, Michael (1958). *The rise of the meritocracy.* Harmondsworth: Penguin Books.

Wajnman, S., Menezes-Filho, N. (2003). "Os efeitos da mudança demográfica sobre a desigualdade de rendimentos no Brasil." In: Wajnman, S., Machado, A. F. (Orgs) *Mercado de trabalho*: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, p.151-172.

Zavodny, Madeline (2001). "Determinants of immigrant selectivity and skills." *Research Department Federal Reserve Bank of Atlanta.* Cod. J61.

Zeng, Zhen and Yu Xie (2004). " Asian Americans's Earnings Disadvantage Reexamined: The Role of Place of Education". *AJS* vol. 109(5). Pages 1075-1108.

Zhou, Yu (1998). "How do places matter? A comparative study of Chinese ethnic economies in Los Angeles and New York City". *Urban Geography,* vol. 19(6). Pages 531-553.

APÊNDICE - Tabelas referentes aos modelos de regressões rodadas, incluindo todas as variáveis, isto é, de teste e de controle.

Tabela 11 - Estimadores da regressão logística multinomial - Razões de chances de estar no setor formal comparado a estar no setor informal

	Modelo 1: Brasileiros não migrantes como grupo de referência		**Modelo 2: Brasileiros migrantes como grupo de referência**	
	Razão de chance		**Razão de chance**	
	Trab. Formal	Não esta no merc.	Trab. Formal	Não esta no merc.
Argentino	.55*	.55*	.59*	.53*
Boliviano	.33*	.55*	.33*	.53*
Chileno	.61*	.62*	.61*	.55*
Paraguaio	.40*	.49*	.40*	.52*
Peruano	.37*	.75*	.41*	.80*
Uruguaio	.54*	.66*	.60*	.71*
Chines	.60*	.60*	.60*	.58*
Coreano	.50*	.58*	.49*	.49*
Educ	1.08*	.99*	1.05*	1.02*
Exp 1	.99*	1.03*	.99*	1.03*
Exp 2	1.00*	1.00*	1.00*	1.00*
Branca	1.04*	.94*	1.08*	.93*
TerRelig	1.11*	.89*	1.20*	1,00
Casado	1.36*	.81*	1.25*	.86*
Separado	1.05*	.77*	.97*	.74*
Viúvo	1.15*	1.02*	1.05*	1,00
Conjuge	.94*	1.43*	.86*	1.40*
Filho	.90*	3.29*	.81*	3.49*
Outposicdom	.88*	2.64*	.85*	2.33*
Norte	.37*	.76*	.31*	.52*
Nordeste	.50*	.95*	.42*	.70*
Sul	1.09*	.86*	.81*	.65*
CentroOeste	.56*	.57*	.52*	.53*
Urbano	1.99*	1,24*	1.51*	1.27*
Nagelkerke	0,20		0,15	

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora.

* significante ao nível de 10%; ** significante ao nível de 5% *** significante ao nível de 1%

Tabela 12 - Estimadores do modelo Heckman do efeito da variável origem (nacionalidade), além de outras, sobre logarítimo natural de rendimento mensal em todos os trabalhos.

	Modelo 1(Brasileiros não-migrantes comparados com imigrantes internacionais)		Modelo 2(Imigrantes internacionais comparados com brasileiros não-migrantes)		Modelo 3(Brasileiros migrantes comparados com imigrantes internacionais)		Modelo 4(Imigrantes internacionais comparados com brasileiros migrantes)	
Origem	Ln/salário	Ter trabalho	Ln/salário	Ter trabalho	Ln/salário	Ter trabalho	Ln/salário	Ter trabalho
Brasileiro	-.16***	-.07***			-.07***	-.08***		
Argentino			.28***	.13**			.20***	.15***
Boliviano			.04	.06			-.09***	.07
Chileno			.09***	.05			.02	.11*
Paraguaio			.08*	.16**			-.09**	.10
Peruano			.07	-.08			-.03	-.08
Uruguaio			-.03	.03			-.09***	.004
Chines			.47***	.14*			.38***	.17**
Coreano			.65***	.13			.57***	.22**
Educ	.14***	.02***	.14***	.02***	.13***	.003***	.13***	.003***
Exp 1	.03***	-.02***	.03***	-.02***	.03***	-.02***	.03***	-.02***
Exp 2	-.0005***	-.0002***	-.0005***	-.0002***	-.0005***	-.0002***	-.0005***	-.0002***
Branca	.21***	.05***	.21***	.05***	.18***	.05***	.18***	.06***
TerRelig	-.005***	.06***	-.005***	.06***	-.01***	-.04***	-.01***	-.04***
Casado	.18***	.15***	.18***	.15***	.14***	.12***	.14***	.12***
Separado	.16***	.12***	.16***	.12***	.14***	.13***	.14***	.13***
Viúvo	.02***	-.01	.02***	-.01	.002	-.01	.002	-.01
Conjuge	-.14***	-.20***	-.14***	-.20***	-.12***	-.22***	-.12***	-.22***
Filho	-.42***	-.66***	-.43***	-.66***	-.39***	-.71***	-.39***	-.71***
Outposicdom	-.39***	-.53***	-.39***	-.53***	-.28***	-.47***	-.28***	-.47***
Setinformal	-.25***		-.25***		-.21***		-.21***	
Setnenhum	-5.26***		-5.26***		-7.22***		-7.22***	
Norte	-.14***	-.17***	-.14***	-.18***	-.04***	-.09***	-.04***	-.09***
Nordeste	-.39***	-.22***	-.39***	-.22***	-.31***	-.11***	-.31***	-.11***
Sul	-.06***	.11***	-.06***	.11***	-.12***	.19***	-.12***	.19***
CentroOeste	-.004	.09***	-.004	.09***	.003	.10***	.004	.10***
Urbano	.32***	.12***	.32***	.12***	.26***	.09***	.26***	.09***
Horas	.01***		.01***		.01***		.01***	
_cons	3.97***	1.16***	3.80***	1.09***	4.31***	1.53***	4.24	1.45***
Lambda	.67***		.67***		.28***		.28***	
Rho	0,74		0,74		0.34		0.34	

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora. * significante ao nível de 10%; ** significante ao nível de 5% *** significante ao nível de 1%.

Tabela 13 - Estimadores do modelo Heckman do efeito da variável origem (nacionalidade), além de outras, sobre índice de *status* ocupacional no mercado de trabalho brasileiro.

	Modelo 1(Brasileiros não-migrantes comparados com imigrantes internacionais)		Modelo 2(Imigrantes internacionais comparados com brasileiros não-migrantes)		Modelo 3(Brasileiros migrantes comparados com imigrantes internacionais)		Modelo 4(Imigrantes internacionais comparados com brasileiros migrantes)	
	Indiceoc	Ter trabalho	Indiceoc	Ter trabalho	Indiceoc	Ter trabalho	Indiceoc	trabalho
Brasileiro	-.70***	-.07***			-.46***	-.08***		
Argentino			1.05**	.12**			.89**	.14***
Boliviano			.34	.06			-.01	.07
Chileno			-.51	.04			-.39	.09*
Paraguaio			1.34**	.15**			.05	.09
Peruano			1.72***	-.08			1.93***	-.07
Uruguaio			-.91*	.03			-1.19***	.005
Chines			3.36***	.14*			3.07***	.16**
Coreano			1.90**	.13			2.01***	.21**
Educ	2.06***	.02***	2.06***	.02***	1.87***	.002***	1.87***	.002***
Exp 1	.14***	-.01***	.14***	-.01***	.18***	-.02***	.18***	-.02***
Exp 2	-.003***	-.0002***	-.003***	-.0002***	-.003***	-.0002***	-.003***	-.0002***
Branca	1.57***	.05***	1.57***	.05***	1.38***	.05***	1.38***	.05***
TerRelig	-.07**	.06***	-.07**	.06***	-.09***	-.04***	-.09***	-.04***
Casado	1.62***	.15***	1.62***	.15***	1.18***	.12***	1.18***	.12***
Separado	2.10***	.12***	2.10***	.12***	1.70***	.13***	1.70***	.13***
Viúvo	-.23***	-.01	-.23***	-.01	-.17	-.01	-.17	-.01
Conjuge	-1.28***	-.20***	-1.28***	-.20***	-.93***	-.22***	-.93***	-.22***
Filho	-4.91***	-.66***	-4.91***	-.66***	-4.21***	-.71***	-4.21***	-.71***
Outposicdom	-4.48***	-.53***	-4.48***	-.53***	-3.03***	-.47***	-3.03***	-.47***
Setinformal	-2.23***		-2.23***		-1,90***		-1.90***	
Setnenhum	-5.96***		-5.96***		-3.63***		-3.63***	
Norte	-.09**	-.17***	-.09**	-.17***	.06	-.09***	.06	-.09***
Nordeste	-.21***	-.22***	-.21***	-.22***	.64***	-.12***	.64***	-.12***
Sul	-.31***	.11***	-.31***	.11***	-.33***	.18***	-.32***	.18***
CentroOeste	.51***	.09***	.51***	.09***	.79***	.10***	.79***	.10***
Urbano	8.26***	.13***	8.26***	.13***	7.95***	.10***	7.95***	.10***
Horas	-.005***		-.005***		.01***		.01***	
_cons	17.77***	1.15***	17.08***	1.08***	20.02***	1.53***	19.57	1.45***
Lambda	13.65***		13.64***		8.83***		8.81***	
Rho	0,98		0,98		0.74		0.74	

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 (sub-amostra). Dados trabalhados pela autora. * significante ao nível de 10%; ** significante ao nível de 5% *** significante ao nível de 1%.